

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Roselaine Tereza Piber

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: UM
OLHAR A PARTIR DOS NÚCLEOS DE AGRICULTORES FAMILIARES
NO MUNICÍPIO DE MATA - RS**

Santa Maria, RS
2021

Roselaine Tereza Piber

**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: UM OLHAR A
PARTIR DOS NÚCLEOS DE AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE
MATA – RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestra em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto

Santa Maria, RS
2021

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Piber, Roselaine Tereza
AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: UM
OLHAR A PARTIR DOS NÚCLEOS DE AGRICULTORES FAMILIARES NO
MUNICÍPIO DE MATA - RS / Roselaine Tereza Piber.- 2021.
164 p.; 30 cm

Orientador: Everton Lazzaretti Picolotto
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós
Graduação em Extensão Rural, RS, 2021

1. Agricultura Familiar 2. Desenvolvimento Rural 3.
Organização I. Picolotto, Everton Lazzaretti II. Título.

sistema de geração automática de ficha catalográfica da unam. dados fornecidos pelo autor(s). sob supervisão da direção da divisão de processos técnicos da biblioteca central. bibliotecária responsável paula schoenfeldt matta cma 10/1728.

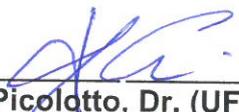
Declaro, ROSELAINÉ TEREZA PIBER, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Roselaine Tereza Piber

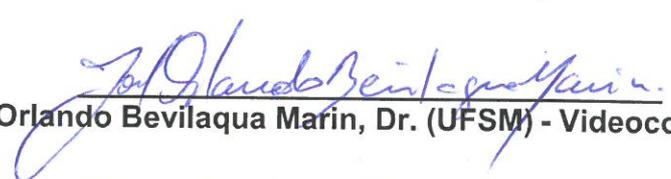
**AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: UM OLHAR A
PARTIR DOS NÚCLEOS DE AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE
MATA – RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestra em Extensão Rural**.

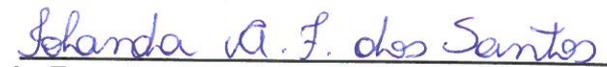
Aprovada em 16 de dezembro de 2021:



Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (UFSM) - Videoconferência
(Presidente/ Orientador)



Joel Orlando Bevilacqua Marin, Dr. (UFSM) - Videoconferência



Iolanda Araujo Ferreira dos Santos, Dra. (UFSM) - Videoconferência

Santa Maria, RS
2021

DEDICATÓRIA

Esse texto é dedicado aos meus antepassados, mulheres e homens que saíram de sua realidade em busca de uma vida nova e aqui viveram com seus descendentes, como marceneiros, ferreiros, agricultores familiares, até que minha mãe e pai se encontraram e ensinaram a seus filhos que o amor ao trabalho e à terra, e a todos os seres, faz parte de nossa essência. E, neles, honro a todas as famílias agricultoras do Município de Mata -RS. Em especial, dedico à minha irmã Cleonir de Lourdes Piber (in memoriam), que há três meses nos deixou fisicamente, mas antes de partir, ensinou suas filhas amar a terra, os animais, as plantas, as águas e as pedras e flores diminutas e belas. E foi a minha maior incentivadora de retomar os estudos e concluir o Mestrado.

A vida pode ser entendida exatamente
como aquilo que excede
qualquer relato que dela
possamos dar. (Butler, 2015)

RESUMO

AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: UM OLHAR A PARTIR DOS NÚCLEOS DE AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE MATA – RS

AUTORA: Roselaine Tereza Piber
ORIENTADOR: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto

A dissertação apresenta um estudo sobre os Núcleos de Agricultores Familiares (NAFs), constituídos em cinco aglomerados rurais do Município de Mata-RS. A pesquisa tem como objetivo analisar a existência de Núcleos de Agricultores Familiares como experiência de organização da agricultura familiar no Município de Mata, ao longo do tempo, com o intuito de conhecer e explicitar o seu papel para o desenvolvimento do Município. Com uma abordagem metodológica qualitativa, numa perspectiva participativa, o instrumento de coleta de dados escolhido foi a entrevista semiestruturada: cinco entrevistas presenciais, uma a cada um dos dirigentes de cinco núcleos de agricultores familiares, durante o segundo semestre de 2020. Bem como diálogos e entrevistas com outros nove (9) atores do município e análise documental (livro de atas de quatro núcleos e outros documentos). A metodologia empregada para a interpretação dos dados coletados, pode-se considerar como análise de conteúdo, tanto para os documentos como para as entrevistas. Além disso, usou-se dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Agropecuários 1970-2017, para incorporar ao estudo algumas características da Agricultura Familiar no Município. O texto da dissertação está constituído de introdução, três capítulos temáticos e considerações finais. O primeiro capítulo trata do referencial teórico e aborda o processo sócio-histórico de formação da agricultura familiar no município de Mata RS. O segundo está organizado em três seções, que apresentam experiências de organização coletiva no rural, instituições locais e sua relação com os NAFs, o contexto sociopolítico durante a instituição dos mesmos e o Projeto de Patrulha Agrícola. O terceiro faz um esforço por compreender o papel dos NAFS nas dinâmicas da agricultura familiar e o sentido de desenvolvimento rural experimentado e expressado nas atas e nas falas dos entrevistados, suas ações coletivas e reivindicativas, assim como quais os desafios e oportunidades para o desenvolvimento local e o papel dos núcleos de agricultores familiares nesse contexto. Esta pesquisa conclui que os NAFs, apesar de muitas dificuldades e limites, tiveram papel fundamental nas dinâmicas produtivas e nos processos coletivos das unidades de produção familiar, na busca conjunta de solução dos problemas para a melhoria da qualidade de vida e reprodução social. Portanto, podem ser reconhecidos como lugar social de construção coletiva de alternativas que promovem o desenvolvimento.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Desenvolvimento Rural. Organização.

ABSTRACT

FAMILY FARMING AND RURAL DEVELOPMENT: A VIEW FROM THE NUCLEUS OF FAMILY FARMERS IN THE MUNICIPALITY OF MATA – RS

AUTHOR: Roselaine Tereza Piber
ADVISOR: Prof. Dr. Everton Lazzaretti Picolotto

The dissertation presents a study on the Family Farmers Nucleus (NAFs), constituted in five rural agglomerates in the Municipality of Mata-RS. The research aims to analyze the existence of Family Farmers Nucleus as an experience of organizing family farming in the Municipality of Mata, over time, in order to know and explain their role in the development of the Municipality. With a qualitative methodological approach, in a participatory perspective, the chosen data collection instrument was the semi-structured interview: five face-to-face interviews, one with each of the leaders of five family farmer nuclei, during the second half of 2020. As well as dialogues and interviews with nine (9) other actors in the municipality and document analysis (book of minutes from four cores). The methodology used to interpret the collected data can be considered as content analysis, both for documents and interviews. In addition, data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), Agricultural Census 1970-2017, was used to incorporate into the study some dynamics of Family Farming in the Municipality. The dissertation text consists of an introduction, three thematic chapters and final considerations. The first chapter deals with the theoretical framework and addresses the socio-historical process of formation of family farming in the municipality of Mata RS. The second is organized into three sections, which present experiences of collective organization in rural areas, Local institutions and their relationship with the NAFs, the socio-political context during their institution and the Agricultural Patrol Project. The third makes an effort to understand the role of NAFS in the dynamics of family farming and the meaning of rural development expressed in the minutes and speeches of the interviewees, their collective actions and demands, as well as the challenges and opportunities for local development and the role of family farmer nuclei in this context. This research concludes that the NAFs played a fundamental role in the productive dynamics and collective processes of family production units, in the joint search for problem solving to improve quality of life and social reproduction. Therefore, they can be recognized as a social place for the collective construction of alternatives that promote development.

Keywords: Family Farming. Rural Development. Organization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|------------|---|----|
| Figura 1 - | Localização do Município de Mata em Relação ao Rio Grande do Sul e limite entre Serra Geral e Depressão Central | 19 |
| Figura 2 - | Localização dos Aglomerados Rurais no Município de Mata..... | 42 |
| Figura 3 - | Placas do Monumento aos Escravizados e foto de Paixão Procópio Figueira (três fotos unidas) | 46 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 - Série histórica Soja em Grão – área colhida em hectares variação anual (2004 - 2020) | 65 |
| Gráfico 2 - Relação entre idade do produtor e número de estabelecimentos. Censo 2006 | 71 |
| Gráfico 3 - Relação entre idade do produtor e total de estabelecimentos (%) | 72 |
| Gráfico 4 - Relação entre idade do produtor e número de estabelecimentos Censo 2017 | 73 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------|--|----|
| Tabela 1 - | Evolução do número de estabelecimentos e da área total – Mata RS – Censos Agropecuários (1970 a 2017) | 49 |
| Tabela 2 - | Número de estabelecimentos e área total, por tipologia agricultura familiar – Mata RS 2006 e 2017 | 51 |
| Tabela 3 - | Condição legal das terras – número de estabelecimentos por forma de ocupação – 1970 a 2017 | 53 |
| Tabela 4 - | Condição legal das terras –área dos estabelecimentos (em números absolutos e percentuais) por forma de ocupação – 1970 e 2017..... | 54 |
| Tabela 5 - | Condição legal das terras – Agricultura Familiar e Não familiar - número de estabelecimentos por forma de ocupação – 2006 e 2017..... | 55 |
| Tabela 6 - | Grupos de área total – Número (absolutos e percentual) de estabelecimentos. Censos 1970 a 2017..... | 56 |
| Tabela 7 - | Grupos de área total -. Número (absolutos e percentual) de estabelecimentos por Tipologia (Agricultura Familiar e Não familiar) - 2006 e 2017..... | 57 |
| Tabela 8 - | Área dos estabelecimentos por grupos e tipologia Agricultura Familiar Mata RS – 2006 e 2017 | 58 |
| Tabela 9 - | Utilização das terras para lavouras- número de estabelecimentos e porcentagem de lavouras temporárias | 60 |
| Tabela 10 - | Utilização das terras para lavouras - área total e variação com relação ao censo anterior, em porcentagem..... | 60 |
| Tabela 11 - | Área de Lavouras por tipologia Agricultura Familiar - Mata RS - Censos 2006 e 2017..... | 61 |
| Tabela 12 - | Número de estabelecimentos agropecuários utilização das terras como lavouras. Agricultura Familiar - Mata RS – Censos 2006 e 2017 | 62 |
| Tabela 13 - | Principais culturas da lavoura temporária, área colhida em hectares e quantidade produzida (toneladas), Censos 1970 a 2017 | 64 |
| Tabela 14 - | Agricultura familiar – principais cultivos de lavoura temporária MATA RS – Censo 2017..... | 66 |
| Tabela 15 - | Pastagens Naturais e Plantadas – Evolução no número de estabelecimentos e na área em hectares. Censos 1970-2017. | 67 |
| Tabela 16 - | Utilização das terras como pastagens naturais e plantadas. Tipologia Agricultura Familiar e Não-Familiar. Censos 2006 e 2017..... | 68 |
| Tabela 17 - | Efetivo de rebanhos principais: aves, bovinos, ovinos e suínos. Variação em números relativos entre os censos 1970 -2017 | 68 |
| Tabela 18 - | Participação da agricultura familiar nos principais rebanhos, número de cabeças: aves, bovinos, ovinos e suínos. Percentual com relação ao total. Censo Agro 2017..... | 69 |
| Tabela 19 - | Faixa de idade do produtor e número de estabelecimentos Censos 2006-2017..... | 70 |

| | | |
|-------------|--|-----|
| Tabela 20 - | População Município de Mata RS Censos Demográficos 1970 a 2010..... | 70 |
| Tabela 21 - | Condição do produtor com relação a cor ou raça. Número de estabelecimentos – 2017..... | 74 |
| Tabela 22 - | Instituições que mais participaram nas reuniões (registradas nos livros de atas). Percentual de participação em relação ao total de atas analisadas..... | 93 |
| Tabela 23 - | Número de Estabelecimentos associados a cooperativas/sindicatos – censos 1970-2017..... | 119 |
| Tabela 24 - | Estabelecimentos de produtores associados a cooperativas/sindicatos Tipologia AF 2006-2017..... | 120 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Caracterização dos entrevistados – dirigentes dos Núcleos de Agricultores Familiares..... | 25 |
| Quadro 2 - Resumo comparativo entre os livros de atas..... | 124 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---|
| AF | Agricultura Familiar |
| EMATER | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| NAFs | Núcleos de Agricultores Familiares |
| PADRS | Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável |
| SMA | Secretaria Municipal de Agricultura |
| STR | Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata - RS |
| URI | Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus Santiago |

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 18 |
| 2 | CAPÍTULO I FORMAÇÃO SOCIO-HISTÓRICA DA AGRICULTURA FAMILIAR (AF) NO MUNICÍPIO DE MATA | 29 |
| 2.1 | AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO..... | 29 |
| 2.2 | COMPOSIÇÃO DA AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MATA | 38 |
| 2.3 | EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E PERFIL DOS PRODUTORES NO MUNICÍPIO DE MATA DESCRIÇÃO E ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS – IBGE | 48 |
| 2.3.1 | Características dos estabelecimentos agropecuários | 48 |
| 2.3.1.1 | <i>Número e área total de estabelecimentos</i> | <i>49</i> |
| 2.3.1.2 | <i>Situação dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição legal das terras – formas de ocupação (1970-2017)</i> | <i>52</i> |
| 2.3.1.3 | <i>Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos por grupos de área total - Mata RS - 1970 a 2017</i> | <i>56</i> |
| 2.3.1.4 | <i>Distribuição da área e número de estabelecimentos, segundo a utilização das terras para lavouras permanentes e temporárias</i> | <i>59</i> |
| 2.3.1.5 | <i>Principais cultivos de lavoura temporária em Mata-RS de 1970 a 2017</i> | <i>62</i> |
| 2.3.1.6 | <i>Distribuição da área e número de estabelecimentos, segundo a utilização das terras para pastagens e efetivo de rebanho – pecuária</i> | <i>66</i> |
| 2.3.2 | Perfil do produtor responsável pelo estabelecimento, com respeito à idade, raça e condição legal em relação às terras | 69 |
| 2.3.2.1 | <i>Dados relativos à faixa de idade do produtor - Mata RS - Censos 2006 e 2017 e população municipal</i> | <i>69</i> |
| 2.3.2.2 | <i>Condição do produtor com respeito à cor ou raça. Número de estabelecimentos e porcentagem. Censo Agro 2017</i> | <i>73</i> |
| 3 | CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO CLASSISTA DA AF EM MATA | 78 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 3.1 | PROCESSO ORGANIZATIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MATA - CARACTERÍSTICAS E EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA NO RURAL | 79 |
| 3.1.1 | Cooperativa Escolar do Sertão (CESE) | 84 |
| 3.1.2 | Associação de Produtores de São Roque (APROROQUE)..... | 86 |
| 3.1.3 | Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS | 88 |
| 3.2 | INSTITUIÇÕES LOCAIS E SUA RELAÇÃO COM OS NÚCLEOS DE AGRICULTORES FAMILIARES (NAFs) | 91 |
| 3.2.1 | Escritório Municipal da Emater/Ascar-RS | 94 |
| 3.2.2 | Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata (STR) | 96 |
| 3.2.3 | Administração Municipal (Secretaria Municipal de Agricultura) | 99 |
| 3.3 | CONSTITUIÇÃO DE NÚCLEOS DE AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE MATA – RS | 100 |
| 3.3.1 | Contexto sócio-político quando da instituição dos NAFs | 101 |
| 3.3.2 | Projeto Patrulha Agrícola | 105 |
| 4 | CAPÍTULO III - O PAPEL DOS NAFs NAS DINÂMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL | 111 |
| 4.1 | O SENTIDO DE DESENVOLVIMENTO E AS CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS QUE O FAVORECEM | 112 |
| 4.2 | PRODUTORES ASSOCIADOS A COOPERATIVAS/SINDICATOS MATA RS – REFLEXÃO A PARTIR DOS DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970-2017 | 118 |
| 4.3 | ANÁLISES DAS AÇÕES DOS NÚCLEOS DE AGRICULTORES: ATORES, PARTICIPAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO | 120 |
| 4.3.1 | ATER – Assessoria Técnica e Extensão Rural para o desenvolvimento rural sustentável, oferecida pelo escritório de EMATER-ASCAR RS aos Agricultores Familiares que faziam parte dos NAFs..... | 125 |
| 4.3.2 | Políticas Públicas de incentivo à agricultura familiar e relação da Administração Municipal e suas secretarias com os NAFs . | 127 |

| | | |
|----------------|---|------------|
| 4.3.3 | Ações Participativas e Reivindicativas, representação sindical e desenvolvimento..... | 134 |
| 4.4 | O PAPEL DOS NAFS NAS DINÂMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE MATA-RS E NO DESENVOLVIMENTO RURAL | 140 |
| 4.5 | DESENVOLVIMENTO RURAL: DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA AGRICULTURA FAMILIAR EM MATA. ... | 144 |
| 4.5.1 | Potencialidades | 144 |
| 4.5.2 | Desafios | 146 |
| <i>4.5.2.1</i> | <i>O desafio da sucessão rural</i> | <i>149</i> |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 151 |
| | REFERÊNCIAS | 155 |
| | APÊNDICE | 164 |

1 INTRODUÇÃO

Porque escrever sobre a Agricultura Familiar (AF) presente no Município de Mata-RS? Seria uma tentativa por contribuir com uma reflexão favorável à vida dos sujeitos que moram e trabalham em ambiente rural? Eu nasci e cresci no município da Mata, entre a área urbana e a área rural, e depois de décadas longe, regressei e tive oportunidade de realizar o Censo Agropecuário 2017, momento em que, como recenseadora contratada pelo IBGE¹, pude conviver brevemente com famílias agricultoras, que moram e trabalham nas localidades rurais do município de Mata. Essa trajetória possibilitou-me certo conhecimento sobre as dinâmicas que se dão na localidade. Por essa razão, enquanto projetei minha pesquisa, refleti sobre qual seria meu olhar e como ele influencia as diferentes fases da minha pesquisa/dissertação.

O Município de Mata – RS, com apenas cinquenta e seis anos, desde a primeira administração municipal, datada em junho de 1965, pertence ao Território da Cidadania Região Central/RS, juntamente com trinta e três outros municípios. À Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense e à Microrregião Santa Maria. Relativamente pequeno em extensão (316,121 km²)², limita com os municípios de Jaguari, São Pedro do Sul, Jarí, Toropi e São Vicente do Sul e faz parte do COREDE Vale do Jaguari, com outros oito municípios³. Conforme se pode observar no Mapa 1, o município abrange uma faixa de transição entre a Depressão Central do Rio Grande do Sul e o Rebordo de Planalto Central Brasileiro, onde se localizam os sítios paleontológicos, sobre rochas sedimentadas e rochas vulcânicas.⁴

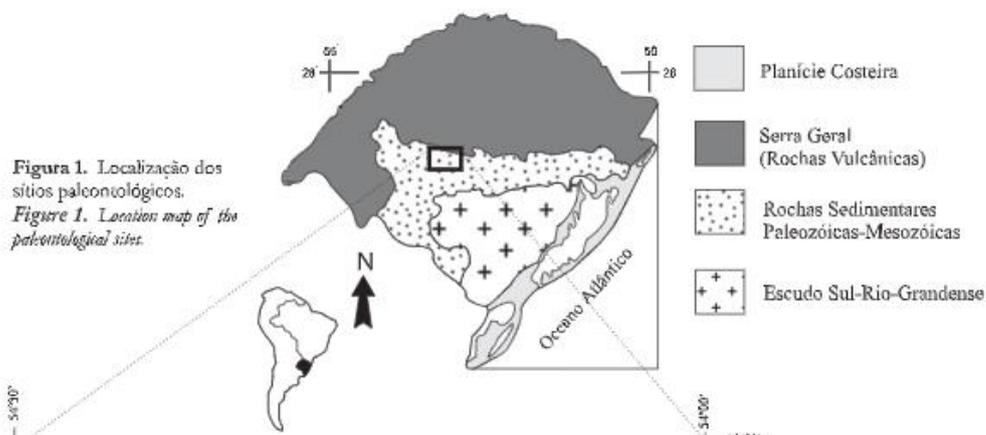
¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

² Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mata/panorama>> Acesso em outubro 2021.

³ Capão do Cipó, Cacequi, Jaguari, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul, Unistalda.

⁴ Disponível em <<https://docplayer.com.br/16095261-Sitios-paleobotanicos-do-arenito-mata-mata-e-sao-pedro-do-sul-rs.html>> Consultado em agosto de 2019.

Figura 1: Localização do Município de Mata em Relação ao Rio Grande do Sul e limite entre Serra Geral e Depressão Central.



Fonte: Silva e Vendruscolo 2012, p. 285.

No entanto, meus questionamentos iniciais se relacionavam ao desenvolvimento do Município de Mata e à sua organização, como proteção e garantia de inserção no mercado competitivo (CHAYANOV, 1991/2017) e de reprodução social das unidades de produção familiar. Iniciei este trabalho com a ideia pré-concebida, que julgo agora, equivocada, de que havia uma resistência a associar-se, à ação coletiva, parti do pressuposto de que os produtores rurais de mata eram individualistas. Para quê pesquisar, se eu já havia concebido minha resposta? Essa premissa pretendeu arremeter a responsabilidade sobre a realidade do meu município - que eu julgava pouco desenvolvida - nos ombros dos membros da agricultura de base familiar. Mas meu orientador me desafiou, e talvez tenha sido um dos primeiros momentos em que hesitei sobre qual tipo de desenvolvimento eu estava pensando e baseando meu projeto de pesquisa.

Derivado do exposto, minha intenção era trabalhar questões relacionadas ao estigma, impropério de um sacerdote católico ao povo matense, expressado na falta de motivações para o trabalho coletivo e de organização para o desenvolvimento. Porém, essa forma de olhar para a agricultura de base familiar no município de Mata estava impregnada de objeções e ideias preconcebidas. Cheguei a concluir, sem antes haver realizado minha pesquisa, que os diferentes atores que formam a agricultura de base familiar em Mata viviam sob o carma do individualismo.

Nesse sentido, novamente, o orientador me interpela, ao perguntar o que sabia eu sobre os ganhos e as conquistas da AF em Mata, no intuito de encontrar o lado positivo do ser e fazer dos diferentes produtores de base familiar. No entanto, não percebo valor de sua reflexão, no momento tão cegada por uma visão capitalista de desenvolvimento, pese a que convivi por vários anos com etnias indígenas⁵, quando pude perceber qualidade de vida em modos coletivos, simples e austeros de viver, formas alternativas e mais sustentáveis de se relacionar com o espaço e com a vida presente nele.

Não obstante, como recenseadora⁶, pernoitei e participei de refeições junto às famílias que moram no espaço rural do município de Mata-RS e, durante esse trabalho, reconheci formas diferenciadas de riqueza. Onde um olhar mais abstrato veria pobreza, reconheci bem-estar, trabalho e saúde, fartura e formas de reciprocidade. Não necessariamente o tipo de riqueza que a sociedade de consumo valoriza ou o padrão de conforto estabelecido como hegemonia dominante e considerado universal: a qualidade de vida urbana e ocidental. Reconheci a existência de diversidade alimentar e de produção vegetal e animal e de capital cultural, religioso, político e social. Formas de solidariedade⁷ e resistência. Formas privilegiadas de desenvolvimento.

No início do primeiro semestre de 2020, depois de ter passado o período das disciplinas, onde tive a oportunidade de conhecer temas relacionados à extensão rural, até então desconhecidos para mim, e aprofundar outros temas, relacionados às ciências sociais e ao desenvolvimento rural sustentável, e já enfocada no meu projeto de Dissertação de Mestrado, percebi que muitos aspectos mudaram no projeto e em mim, assim como a capacidade de argumentação e reflexão. Nesse sentido, sigo surpreendendo-me e adquirindo novos conhecimentos a cada dia, exemplo disso é a descoberta de que a ONU decretou a década 2019-2028 como “Decênio das Nações Unidas para a Agricultura Familiar”⁸. No entanto, o ano de 2020 foi bastante difícil e complicado, senti medo, solidão e incertezas, passava os

⁵ Morei em municípios indígenas, Venezuela, por 19 anos, sendo que treze deles foram dedicados ao trabalho de assessoria em aldeias indígenas, com os temas: educação, organização, desenvolvimento sustentável e direitos humanos.

⁶ Censo Agro 2017 (período outubro 2017 a abril de 2018)

⁷ Enquanto eu visitava famílias na área rural do Município de Mata, houve uma tormenta, que destruiu muitos tetos de casas e galpões e salões comunitários e deixou por vários dias o setor sem energia elétrica e com dificuldades de circulação de veículos. Pude comprovar várias formas de solidariedade presente, inclusive as caronas entre vizinhos, já que o ônibus não circulou por alguns dias.

⁸ Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-decade/home/es/>> Acesso em 13 março 2020.

dias angustiada, sentada debaixo de uma árvore, pensando apenas em sobreviver. Prestes a desistir de tudo, recebi estímulo de algumas pessoas queridas e comecei a reformular meu projeto de pesquisa, pois devido à pandemia por Sars-coV-2, às limitações sanitárias e às recomendações de quarentena e distanciamento, não consegui realizar minha pesquisa de campo, conforme o planejado para os meses de maio a julho do citado ano. Inclusive, uma normativa da UFSM, que proibia o regresso de moradores da Casa do Estudante, tornou inviável minha saída da CEU, para realizar a coleta de dados, no segundo semestre de 2020.

Ao realizar revisão bibliográfica, constatei, para minha surpresa e alegria, que existe certo material de estudo sobre o Município de Mata/RS, trabalhos acadêmicos elaborados, sobretudo por cidadãos matenses, enquanto estudantes de graduação e pós graduação, em algumas universidades da região. No entanto, foi encontrada maior ênfase sobre a ocupação dos luso-brasileiros, na região de campos, hoje setor São Rafael, na figura do patriarca Randolpho José Pereira da Silva, muito bem representada nos diversos estudos sobre o município, (PEREIRA, 2005. MORAES, 2009. UBERTI, 2011 e 2012. HARTMANN, 2016). Por esse motivo, entre outros, decidi escrever sobre a agricultura de base familiar localizada na região serrana do município.

Circunstância favorável e desafiadora para quem deseja escrever sobre uma realidade conhecida empiricamente, no intuito de trazer luz a questões ainda com certo grau de obscuridade. Tanto para mim como para as filhas e filhos deste solo, que se atreveram a esquadrihar sua realidade, torna-se árdua tarefa. Como bem ressaltou Minayo (2016), ao interrogar sobre a cientificidade das ciências sociais: “Que método poderia ser proposto para explorar uma realidade da qual fazemos parte e é tão marcada pela especificidade e pela diferenciação, com sua própria identidade e consciência histórica?” Como resposta a estes e outros dilemas, Minayo (2016) propõe um acordo fundamentado na partilha de princípios e não de procedimentos, onde a pesquisa social encontre “seu núcleo mais profundo de contribuição na construção do campo científico” (p. 11).

Nesse aspecto, surgem algumas indagações: Como transcorreu a formação da Agricultura Familiar no município de Mata? Quais são os atores envolvidos, interesses e decisões tomadas? Quais são as perspectivas futuras para a agricultura familiar em Mata e as possibilidades de reprodução social? Como pode superar dificuldades para alcançar melhores níveis de desenvolvimento social e econômico?

Enfim, o questionamento que impulsiona a pesquisa se refere ao desejo de entender quais foram os fatores que influenciam a permanência de agricultores familiares no município de Mata/RS, pese a toda a pressão histórica para o êxodo rural em larga escala, influenciado pela Revolução Verde e pelo sistema de produção agroindustrial brasileiro, e sua concepção sobre a terra e a produção agropecuária.

Com estes questionamentos, essa pesquisadora se depara com a existência de Núcleos de Agricultores Familiares (NAFs), que resumidamente se podem caracterizar como representações de agricultores familiares, residentes nos aglomerados rurais⁹ do município, que se reúnem esporadicamente, para resolver assuntos de seu interesse, especialmente relacionados à produção, organização, compra coletiva de insumos, reivindicação de direitos e eleição de representação junto às instituições e autoridades municipais, ou delegados em eventos fora do município. Esses núcleos elegem uma diretoria a cada dois anos e a condição para ser membro do núcleo é participar das reuniões. Apesar de não possuírem registro legal oficial, têm seu livro de atas das reuniões, nas quais se pode constatar que a iniciativa de constituição destes núcleos deu-se no início dos anos 1980, com a intenção de facilitar o serviço de assistência técnica e extensão rural, organizar os agricultores para o acesso às políticas públicas e melhorar a comunicação entre a sede e as comunidades rurais do município de Mata-RS.

Não obstante, a questão inspiradora desse trabalho dissertativo é a seguinte: Qual o papel dos Núcleos de Agricultores Familiares na organização e permanência das famílias nos aglomerados rurais, ao longo do tempo e ainda hoje? Em que sentido e a que tal nível essa influência acontece?

O presente trabalho objetiva indagar sobre as questões anteriores e colher algumas respostas, com a pretensão de contribuir para que problemas sejam debatidos e, quem sabe, possam ser resolvidos. Simplesmente, se almejam adquirir ou aprofundar alguns conhecimentos sobre o tema, que, nesse caso, se pode resumir como: AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL: UM OLHAR A PARTIR DOS NÚCLEOS DE AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE MATA-RS. Para conseguir seu propósito, pretende-se compreender

⁹ Clara, São José, Campestre, Capoeira, Chacrinha, Boa Esperança, Linha Canoa, Linha Holanda, São José do Louro, São Rafael (Pedreira), Demétrio Ribeiro, Picada dos Kaiser, Rincão dos Fontana, Sertão, Grama, Laje, São Roque, São Xavier e Pinheirinho, que tem sua sede comunitária do lado do Município Jaguari, mas o núcleo de agricultores pertence ao município da Mata, pois a localidade tem suas casas separadas pela estrada geral, que limita os dois municípios.

o processo de formação sócio-histórica, algumas experiências de organização, bem como as dinâmicas da AF no município de Mata, tendo como referência o estudo de cinco núcleos de agricultores familiares, através da análise sobre seu papel junto aos Agricultores Familiares, ao longo do tempo. Portanto, o intuito desta pesquisa é descobrir até que ponto características do campesinato estão presentes nas unidades de produção familiares e qual a influência desta forma de existir e relacionar-se, ainda presente nas unidades de produção familiar e suas associações. Bem como averiguar sobre o papel desses núcleos junto aos produtores familiares e no desenvolvimento do município.

Durante a fase exploratória da pesquisa de campo, fala-se que a miscigenação na constituição da população matense é causa de certa letargia na execução de um trabalho mais cooperativo, bem como dificulta a geração de ações coletivas de desenvolvimento. No entanto, a diversidade cultural, na definição do espaço histórico e sociocultural de Mata, pode ser fator de enriquecimento e potencial humano para o município, por isso, é um tema que pede uma análise mais aprofundada. Portanto, se define o **objetivo geral**: Analisar a existência de Núcleos de Agricultores Familiares (NAFs) como experiência de organização da agricultura familiar no Município de Mata, ao longo do tempo, com o intuito de conhecer e explicitar seu papel para o desenvolvimento do Município.

A partir da definição do tema central da pesquisa e do estabelecimento do objetivo geral, que norteiam a busca por elementos explicativos, os objetivos específicos ficam assim determinados, pois se pretende:

1. Apresentar, à luz da teoria mais ampla sobre o campesinato, a formação sócio-histórica da agricultura familiar no Município de Mata, através de fontes secundárias (documentos, Censos Agropecuários e estudos anteriores sobre o município) e pesquisa de campo - entrevista semiestruturada aos dirigentes dos Núcleos de Agricultores Familiares (NAFs) e outros atores.
2. Investigar sobre a relação entre Instituições, como EMATER-RS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Secretaria Municipal de Agricultura (SMA) e os NAFs, e os efeitos desta relação. Através da análise dos livros de atas dos núcleos e das falas de seus dirigentes.
3. Compreender o papel dos NAFs nas dinâmicas da AF e no desenvolvimento rural.

Com o intuito de lograr os objetivos deste trabalho, passo a relatar aspectos metodológicos da pesquisa: opta-se pela abordagem qualitativa, numa perspectiva mais participativa, construtivista, dialética, interacionista, porque importa o processo, os sujeitos e suas relações. Como bem expressa Poupart. et al: “a pesquisa qualitativa enfatiza o campo, não apenas como reservatório de dados, mas também como uma fonte de novas questões” (2010, p. 148). A intenção inicial era realizar um estudo de caso e observação participante, conforme Thiollent (2018, p. 87): “a concepção participativa do desenvolvimento rural sugere que a concepção da pesquisa que lhe é associada, seja também participativa”.

Porém, as limitações impostas pelo contexto de pandemia, obrigaram reformular alguns procedimentos para a coleta de dados. Portanto, os instrumentos escolhidos são, por um lado, a entrevista semiestruturada, aplicada em uma amostra intencional (tendo em vista que não se pretende realizar generalizações a partir do estudo proposto), concordando-se com Gil (2002). Cinco (5) entrevistas presenciais, uma a cada um dos dirigentes de cinco¹⁰ núcleos de agricultores familiares. Bem como diálogos e entrevistas com outros nove (9) atores do município. Por outra parte, retira-se dados¹¹ da página web do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), onde se identificam algumas variantes produtivas, que configuram a realidade da base da economia do município de Mata. Assim como nos livros de atas de quatro núcleos de agricultores, durante o segundo semestre de 2020, analisa-se mais de duzentas (200) atas, datadas entre os anos 1980 e 2020.

Os contatos para as entrevistas com os dirigentes dos núcleos são feitos através de telefone e redes sociais, possibilitados por membros de suas famílias e pelo presidente do Sindicato dos Trabalhados Rurais de Mata - RS (STR). Os cinco agricultores, acompanhados por suas famílias, na sua casa, em espaço aberto, durante as entrevistas¹², mostram-se receptivos e interessados em falar de sua experiência como participantes e dirigentes dos núcleos. O roteiro¹³. serve somente para nortear a conversa, pois a intenção é deixar que expressem sua visão em relação aos NAFs e as instituições locais.

¹⁰ Grama, Pinheirinho, Boa Esperança, Chacrinha e São José.

¹¹ Censos agropecuários anos 1970, 1980, 1995-6, 2006 e 2017. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil>> acesso em várias datas, desde 2019, mas especialmente em abril e maio de 2021.

¹² Realizadas durante o segundo semestre de 2020, sendo a maioria na segunda quinzena do mês de dezembro desse ano.

¹³ Em anexo, se poderá ver o roteiro da entrevista semiestruturada.

A continuação, apresenta-se o perfil resumido dos cinco entrevistados (quadro 1). A média de idade é cinquenta e um anos (51). Sendo um entrevistado de cor de pele negra e quatro de cor branca. Quatro deles ocupam o cargo repetidas vezes e desde a última eleição, estão há mais de três anos, sendo que a cada dois anos devem trocar de dirigente. Um deles está no cargo há dois anos. Todos desempenham outras funções de representação, seja no sindicato, ou na diretoria da Capela. Média de quatro (4) pessoas residindo na unidade de produção e de trinta e cinco hectares (35,4 ha) a média de área total. Pelo menos um filho mora com o casal e em duas unidades produtivas, um dos filhos se casou e acrescentou outro membro à família. Atividades principais revelam a diversidade da AF: lavouras de fumo, milho, soja, feijão, mandioca, uva e pecuária de pequenos animais, de corte e leite. Agroindústria familiar de vinho, queijo, morcilha e banha. Para substituir os nomes verdadeiros de cada entrevistado, utilizaram-se nomes fictícios, de cultivos em lavouras.

Quadro 1: caracterização dos entrevistados – dirigentes dos Núcleos de Agricultores Familiares (dezembro/2020).

| Entrevistado | Idade (em anos) | Raça/cor do entrevistado | Número de pessoas na UPF | Área da unidade produtiva | Forma de ocupação | Principais atividades produtivas |
|--------------|-----------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---|--|
| Arroz | 57 | negra | 03 | 10 hectares | Própria e arrendo | Lavoura de Fumo, mandioca, feijão, batata doce. Pecuária de pequenos animais. Produção de banha e morcilha |
| Feijão | 53 | branca | 05 | 37 hectares | Própria | Lavoura de Fumo e pecuária. Venda de bezerras. |
| Milho | 52 | branca | 03 | 10 hectares | Própria | Lavoura de milho, e fumo. Pecuaria |
| Pêssego | 41 | branca | 04 | 70 hectares ¹⁴ | Própria | Pecuária de corte e lavoura de fumo, milho, feijão, mandioca. |
| Uva | 52 | branca | 05 | 50 hectares ¹⁵ | Própria, herança (esperando inventario) e arrendo | Lavoura de soja, fumo e Uva, pecuária de leite. Produção de vinho e queijos |

Fonte: Arranjo próprio a partir das entrevistas realizadas, 2021.

¹⁴ Boa parte dessa terra é arrendada para o cultivo de soja.

¹⁵ Na fala, o entrevistado diz que planta soja em 20ha em terras próprias e 80ha em áreas arrendadas. Estimo que tenha cerca de 130ha

Com a finalidade de complementar as entrevistas com os dirigentes e conhecer mais sobre o processo histórico dos NAFs, assim como obter informação relevante e diversificada para a dissertação, outros atores são entrevistados. Com o intuito de coletar alguns dados pontuais, para enriquecer as referências pois, devido as restrições do momento, e as dificuldades para acessar documentos nas instituições, as entrevistas se realizam, especialmente, através das redes sociais, como e-mail, WhatsApp, Messenger e chamadas telefônicas. Algumas entrevistas de forma presencial, como a do atual presidente do STR. Diferentemente das falas dos dirigentes dos núcleos, acontecem em vários períodos de tempo: no segundo semestre de 2019, no segundo semestre de 2020 e no ano 2021.

Esses atores são, em sua maioria, representantes de Instituições. São eles: ex-presidente do STR (gestão 1987-2014), líder comunitário e ex-secretário municipal de agricultura; Atual presidente do STR (iniciou o mandato em 2014); Professor, Ex-membro do Conselho Municipal de Agricultura e ex-vereador (2016-2020); Ex-assistente administrativa do escritório municipal da Emater, aposentada; Atual chefe do escritório da Emater no município; Ex-secretário municipal de agricultura (mandato 2013-2016) e ativador do programa patrulha agrícola; Atual secretário municipal de agricultura (mandato 2020- 2024); Agricultora, membro da diretoria do aglomerado rural São José; Pesquisador, diretor do museu Fragmentos do Tempo (São José do Louro). Todos os entrevistados foram ou são agricultores, ou pertencem a famílias de agricultores e tem ou tiveram alguma relação com os NAFs, se não como membros, como instituição.

A metodologia empregada para a interpretação dos dados coletados, pode-se considerar como análise de conteúdo, tanto para os documentos (livros de atas e dados do IBGE) como para as entrevistas, pois esse tipo de análise implica desde a organização física do material coletado, até o exercício de interpretar e inferir sobre ele, indo uma e outra vez sobre as fontes de dados, a partir da priorização de alguns temas/categorias, com a intenção de apreender o sentido que os próprios sujeitos entrevistados atribuem à sua vida e ações (POUPART, 2010, p. 217). As falas dos cinco dirigentes são gravadas, logo passam pelos processos de degravação e categorização, conforme sua relevância para alcançar os objetivos propostos. A análise documental se realiza com os dados dos censos agropecuários, desde 1970 até 2017, coletados no site do IBGE e com o resumo comparativo e categorização, por temas, das atas registradas nos livros de quatro núcleos de agricultores.

Antes de passar à apresentação dos capítulos temáticos, urge esclarecer como esse estudo compreende os conceitos: Campesinato, Agricultura Familiar e Desenvolvimento. Cabe ressaltar que estes termos são apresentados mais profundamente durante o desenrolar da dissertação. Define-se, inicialmente, a agricultura familiar como a combinação de três elementos (gestão, propriedade e trabalho) intimamente ligados à família, como as grandes coordenadas que delineiam o que se entende por agricultura familiar e permite a identificação de um estabelecimento familiar como, ao mesmo tempo, uma unidade de produção, de consumo e de reprodução social (WANDERLEY, 1996). Assim, nessa forma de entendimento, não se separa unidade familiar e unidade produtiva, e a família é quem detém o controle da exploração agrícola (BIANCHINI, 2020).

Por outro lado, entende-se Campesinato não como um modo de viver do passado, mas presente no processo histórico brasileiro como patrimônio sociocultural identitário das famílias agricultoras atuais e elemento político desta forma social, ao caracterizar-se pelas lutas por um espaço produtivo, pela constituição do patrimônio familiar e pela estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho e da família (WANDERLEY, 1996).

Outrossim, enfatiza-se que Desenvolvimento, abordado nesta pesquisa, é conceito multifacetado, sujeito a juízos de valor, o qual suscita inúmeras posições políticas (SOUZA, 2012, p. 264). Entendido como desenvolvimento humano, sustentável, em harmonia com o ambiente e os outros seres, possui elementos socioeconômicos, que implicam melhoria nas condições de vida da população.

Desenvolvimento como liberdade, quando confronta a centralidade das liberdades individuais com a força das influências sociais. E por esse motivo, resultado de um processo social, que amplia as capacidades e oportunidade de fazer escolhas, diferente de crescimento econômico e mais abrangente, pois supõe comprometimento social e capacidade para enfrentar os problemas (SEN, 1999/2010, p. 9). Enfim, desenvolvimento como “caminho do meio”, relacionado ao bem-estar social e à qualidade de vida, incluída a proteção da natureza (VEIGA, 2008).

Nesse sentido, a presente dissertação constitui-se de introdução, três capítulos temáticos e considerações finais. O primeiro capítulo trata do referencial teórico e aborda o processo sócio-histórico de formação da agricultura familiar no município de Mata RS, que transcorreu e resultou na configuração do espaço sócio

produtivo, onde hoje é o território pertencente ao Município, através da presença de diferentes atores que o ocuparam e se consolidaram, por intermédio de seus descendentes, e todavia permanecem como produtores nas localidades rurais e se enquadram na categoria sócio profissional Agricultura Familiar, bem como a forma de utilização que deram a essas terras. Assim como o Rio Grande do Sul, Mata tem na produção agropecuária a base de sua economia, e na agricultura de base familiar sua figura mais importante (MORAES, 2009). Além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, através de dados do IBGE, Censos agropecuários a partir de 1970, foram usados para abalizar essa análise.

O segundo capítulo, intitulado Organização Social e Representação Classista da AF em Mata, apresenta uma reflexão sobre as características culturais da população rural do município e algumas experiências de organização coletiva, pertencentes aos aglomerados rurais, que se consolidaram durante o processo de ocupação exercida tanto pela vinda dos imigrantes italianos e alemães, e seus descendentes, como pelos luso-brasileiros e povos de origem africana, assim como alguns indígenas, que aqui permaneceram e conseguiram sobreviver. O capítulo é organizado em três seções, que apresentam experiências de organização coletiva no rural, Instituições locais e sua relação com os NAFs e o contexto sociopolítico durante a instituição desses núcleos, bem como apresenta o Projeto de Patrulha agrícola.

O terceiro capítulo, com o título: O papel dos Núcleos de Agricultores Familiares nas dinâmicas da AF, desafios e potencialidades para o desenvolvimento rural; trata de refletir sobre as questões apresentadas nos dois capítulos anteriores. Bem como analisar os livros de atas de quatro núcleos e compreender o sentido de desenvolvimento rural expressado nas atas e nas falas dos entrevistados, suas ações coletivas e reivindicativas, assim como os desafios e oportunidades para o desenvolvimento local e o papel dos núcleos de agricultores familiares nesse contexto.

2 CAPÍTULO I - FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MATA-RS

O capítulo está subdividido em três seções, que se complementam. A primeira faz um recorrido por diversos autores, com a intenção de explicar o sentido do termo Agricultura de Base Familiar, compreendido e empregado neste estudo, e sua relação com o termo campesinato. Assim como apresenta seu referencial teórico, que norteou as análises e reflexões discutidas na presente dissertação, especialmente as teorias da economia camponesa e das cooperativas camponesas, de Alexander Chayanov¹⁶. A segunda se concentra no processo de formação da AF, nos períodos anteriores à emancipação do Município de Mata. Buscando fazer uma breve diferenciação entre a ocupação da área de campos, por luso-brasileiros e a ocupação realizada pelos imigrantes, sobretudo alemães e italianos.

Enfim, a terceira parte analisa a evolução da categoria agricultura familiar, segundo dados coletados nos Censos Agropecuários realizados entre os anos 1970 e 2017, posteriores à instituição do Município de Mata, com a finalidade de complementar a reflexão sobre a composição da AF e suas características, realizada nas seções anteriores.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINATO: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO.

O título desta seção do capítulo I responde ao objetivo de construir a base teórica da dissertação e ao interesse pessoal, motivado principalmente pelas palavras de duas pesquisadoras consagradas, Medeiros¹⁷ e Wanderley¹⁸, inspiradoras de minha pesquisa, e da intenção por compreender o significado, a significação e as relações entre AF e Campesinato. A partir da vida e visão da diversidade de famílias que existem, resistem, produzem e reproduzem no rural brasileiro. Ambas autoras são capazes de transmitir, a partir de sua trajetória pessoal - que construiu uma sensibilidade e uma sabedoria inovadoras – celeridade

¹⁶ Economista agrário russo, viveu entre os anos 1888 e 1937. Estudioso da sociologia rural e teórico sobre as unidades de produção camponesas. Sua grande contribuição foi a teoria da economia camponesa.

¹⁷ Fala de fechamento da III atividade virtual do GT “Violência e repressão no campo: direitos de organização e direitos de resistência”, Live 24/02/2021. YouTube/RedesdeEstudosRuraisOficial

¹⁸ Palestra de Abertura do VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley: "Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro", 27 a 30 de agosto de 2018, UFSC, FLORIANÓPOLIS-SC.

por aprofundar pessoalmente e almejar dar voz *aos povos do campo, das florestas de das águas* [grifo próprio] e ao mesmo tempo multiplicar o conhecimento e o amor genuíno pelo SER,¹⁹ que habita a tal ponto junto ao bem natural, ao qual a Constituição da República Federativa do Brasil, (1988), atribuiu a primazia da sua função social: a Terra²⁰, e não raro, confunde-se com ela, que sem ela perderia o sentido de existir, resistir e, portanto, persistir. E mesmo se a vende, troca, doa, arrenda, entrega ou perde, não a considera alijada de si.

Nesse aspecto, como o tema de pesquisa trata sobre a agricultura de base familiar e desenvolvimento, o enfoque sobre o conceito de agricultura familiar parte daquele oficial, com o Decreto 9.064, de 31/05/2017²¹, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. O decreto também define as características gerais para que o agricultor e o empreendedor rural sejam reconhecidos com a forma social oficial de agricultura familiar.

No entanto, a partir dos anos 1990, com o reconhecimento da categoria agricultura familiar, a qual até então era invisibilizada, o Estado começou a direcionar políticas públicas específicas para essa categoria, como a criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996)²². Segundo Ghizelini e Araguão (2019), a agricultura familiar é reconhecida por organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), fato que confirma o relevante papel desse modo de fazer agricultura e sua contribuição para a soberania alimentar dos povos, gerando emprego e renda, ao mesmo tempo em que apresenta como característica fundamental uma perspectiva de sustentabilidade, tanto social, ambiental como economicamente.

Segundo o exposto, Garcia Jr e Heredia (2009) admitem o leque de possibilidades que o reconhecimento dado à agricultura familiar pelo Estado trouxe para a diversidade de produtores rurais, mas alertam sobre os perigos do termo

¹⁹ Não consigo encontrar outra palavra que expresse o valor e a necessidade de estudar, fortalecer, reconhecer a importância da multiplicidade de seres humanos e não humanos, em relação intrínseca com espécies vegetais, a tal ponto que são parte integrante deste espaço conhecido como rural: coletivo humano em relação

²⁰ Terra considerada aqui no seu conceito mais amplo possível: território imaginário, de preservação de memória e conhecimentos ancestrais, medicina, terra como espaço social e de moradia, provedora de água e alimentos, bem-estar e possibilidade de Vida, mais além de um mero recurso financeiro, não que não seja capaz de fornecer ingressos e renda econômica.

²¹ Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/dap/cadastro-nacional-da-agricultura-familiar-caf>> Acesso em 13 de março de 2020.

²² Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996.

“ficar vinculado apenas a uma política pública” (p. 215), pois reduzir o termo *familiar* [grifo próprio] ao sentido oficial, desmereceria a essência da agricultura familiar e seus diferentes sentidos específicos, ademais de induzir ao equívoco de atrelar seu significado, em oposição, à agricultura patronal ou agronegócio. Para os autores, no universo de mudanças fundamentais no rural brasileiro, o “adjetivo familiar é marcador de questões sociológicas a serem examinadas e de ferramentas conceituais para fazê-lo” (p. 216). Esta dissertação espera contribuir para o debate, especialmente no espaço social que se identifica como Município de Mata – RS.

Nesse sentido, Bianchini (2020), salienta que, a partir da década de 1990, especialmente, inúmeros autores acenderam o debate e contribuíram para a consolidação da categoria agricultura familiar²³, que reuniria, simultaneamente, as seguintes características: propriedade, trabalho e gestão, onde consumo e produção são interdependentes e a família é quem possui o controle sobre a exploração agrícola (p. 3). Essas características são confirmadas por Ploeg (2016), ao abordar o tema sobre a lógica diferenciada da unidade de produção familiar, aliada ao cuidado por reproduzir suas bases de recursos, como legado camponês, a qual está em busca constante de equilíbrio entre forças que garantam sua reprodução social e por isso enfrenta situações adversas e é capaz de alcançar maior produção por área colhida, em comparação a outros modelos produtivos.

Dessa forma, a dissertação considera, principalmente, às autoras e aos autores que estabelecem relação entre campesinato e agricultura familiar, pois assim é que compreende as famílias que vivem e moram no espaço rural. Outrossim, inspirada em teóricos como Maria de Nazareth Baudel Wanderley e Alexander Chayanov, pondera haver convergências entre estas duas formas históricas de existir. Devido à força do momento histórico, poder-se-ia inferir que a sociedade camponesa do passado não se reproduz na base social dos aglomerados rurais do município de Mata. No entanto, poderia ser correto afirmar que seu legado cultural permanece? Assim como lê-se em Wanderley (2000, p. 89, grifo da autora)

O agricultor moderno, particularmente o agricultor familiar, predominante nos países ditos “avançados”, pelo fato mesmo de ser familiar, guarda laços profundos – de ordem social e simbólica – com a tradição “camponesa” que recebeu de seus antepassados.

²³ O autor cita GASSON; ERRINGTON, 1993; WANDERLEY, 1996 e ABRAMOVAY, 1997.

Outrossim, Neves (2007) oferece uma síntese sobre diferentes contribuições à consolidação da categoria agricultura familiar no Brasil, ao ressaltar como emblemática a contribuição de Sônia Bergamasco que, a partir de dados do Pnad²⁴, caracterizou e delimitou a grandeza da presença de agricultores que se valiam do trabalho familiar. Reconhece seu esforço, num ambiente tão negacionista para com a importância da reprodução da organização familiar. Segundo a autora, Bergamasco e Nazaré Wanderley, com a colaboração de Abramovay e Eli da Veiga, organizaram um número temático na edição número vinte e cinco (25), da Revista Reforma Agrária (Maio-Dez. 1995), onde lograram consagrar o tema na academia e nos grupos mobilizados para a construção de políticas públicas de apoio aos agricultores familiares que se enquadravam. O termo agricultura familiar, seu reconhecimento, foi quase unânime nos artigos da revista. Picolotto e Medeiros (2017) coincidem, em parte, com Neves, quando afirmam que a consagração da Agricultura Familiar como categoria política, se deu em meados da década de 1990, “por efeito da eficácia da política dos Gritos da Terra” (p. 352).

Segundo Picolotto (2014), o reconhecimento da agricultura familiar no país deu-se de três formas distintas e complementares: com o aumento de sua importância política e dos atores que se constituíram como seus representantes; com o reconhecimento institucional e a definição de espaços no Estado, como a criação de políticas públicas e a Lei da Agricultura Familiar. E, finalmente, com o esforço de diferentes atores (sindicalismo, academia e Instituições do Estado) por reverter as “valorações negativas que eram atribuídas a este modelo de agricultura”.

[...] como um processo complexo de construção de grupos ou categorias sociais rurais inferiorizadas historicamente e em luta por fazer-se reconhecer frente a outros atores e perante o Estado. [...] A definição atual da categoria **agricultura familiar** é resultado de um trabalho de construção política e de sentidos realizada nos embates travados em um "campo de forças". (PICOLOTTO, 2014, grifo do autor, p. 3)

Segundo Marx (2013), houve um desenvolvimento do capitalismo agrário, mas não houve desenvolvimento para os autênticos donos das terras. O que houve foi usurpação, violência e morte. Inclusive, esse tipo de desenvolvimento existente em nossa sociedade, é questionável e contraditório. Os métodos de expropriação, citados pelo autor, fazem parte da acumulação primitiva e dão os fundamentos para

²⁴ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

o surgimento da acumulação capitalista, ao “incorporar a terra ao capital e criar para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre” (p. 979). O autor analisa como o sistema de produção capitalista vai se consolidando, com uma profunda relação entre o campo e a cidade, na medida em que a cidade recebe o povo expulsado de suas terras. Vemos como a cidade infla na mesma proporção em que o campo se esvazia de pessoas.

Como consequência, o camponês, produtor de base familiar, que conseguiu permanecer na terra, e tem uma lógica relacional empiricamente distinta do modo de atuar capitalista, é abominado pelo sistema, que às vezes o ignora e o torna invisível, às vezes lhe dá certo protagonismo, quando precisa de alimentos para a população local. Mas, seguindo o pensamento de Marx (2013), esse mesmo sistema dominante tenta manipulá-lo, subjugá-lo e acabar com ele. Uma e outra vez, no decorrer da história, “grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho” (p. 963).

Reflexão semelhante encontra-se nos estudos de Wanderley²⁵(2017) sobre o processo histórico que vem acontecendo no Brasil e a situação de exclusão sofrida pela população rural, incluídos povos das florestas e das águas. Uma constante expulsão e atropelamento dos direitos, e sua sistemática tentativa de suprimir as mais diversas formas de agricultura familiar camponesa ou ‘periférica’:

No mundo rural brasileiro, formas semelhantes de exclusão social produziram, historicamente, efeitos devastadores sobre a própria identidade social daqueles que estão associados a outros modos de viver e de produzir no campo, distintos do modelo dominante. A pobreza que permanece no Brasil, tanto no campo como em suas áreas urbanas, não pode ser entendida como aquela que não foi atingida pelos processos de desenvolvimento. Ao contrário, ela é, fundamentalmente, uma pobreza gerada como consequência direta do modelo de desenvolvimento prevalecente na sociedade brasileira (p. 69).

Segundo Fernandes (2012, p. 746), a produção capitalista e sua lógica relacional, destroem as relações de produção vicinais. Nesse sentido, Gorz (2003) afirma que a racionalidade capitalista reduz à dimensão econômica todos os outros interesses, finalidades e lógicas distintas, os quais considera irracionais, como se pode ler a seguir:

²⁵ Trabalho apresentado no Seminário Nacional Agricultura Familiar Brasileira: *Desafios Atuais e Perspectivas e Futuro*, realizado em Brasília, de 13 a 15 de agosto de 2014.

[...] faz tábua rasa de todos os valores e fins irracionais do ponto de vista econômico e só mantém, entre os indivíduos, relações monetárias, entre as classes, relações de força, entre o homem e a natureza uma relação instrumental (p. 28).

Nesse aspecto, o conglomerado agroindustrial que atua no Brasil, reconhecido amplamente como agronegócio, historicamente coopta apoio no parlamento, na mídia, nos recursos públicos estatais e estão muito bem representados por essas entidades. (MARTINE, 1991). Terra e território perdem seu valor social e se tornam mercadoria, assim como a força de trabalho humana, campo e cidade, rural e urbano são submetidos à lógica do Capital. Segundo Medeiros (1989), a história dos movimentos sociais no campo está pautada por lutas pela terra e por direitos. Por uma sucessão de conflitos que, não poucas vezes, trouxe finais catastróficos para a diversidade de trabalhadores do campo, das florestas e das águas.

No entanto, os diversos atores que são compreendidos na categoria *agricultura familiar* [grifo próprio] resistem e organizam estratégias de reprodução social, assim como expressa Wanderley (2011), ao referir-se à especificidade do camponês como ator social, quem possui valores orientadores de seu modo de vida e de sua forma de reprodução, explicada não somente “pela subordinação ao capital, mas também por sua própria capacidade de resistência e adaptação” (p. 83). Como podemos ler no texto de Fernandes et al (2009, p. 31):

Mesmo enfrentando os lancinantes processos expropriatórios, as políticas de criminalização e as estratégias de controle político, os camponeses seguem construindo seu futuro, rompendo com as separações entre campo e cidade e buscando o direito de viver da terra, de produzir alimentos, de constituir suas comunidades.

Nesse sentido, pese a todas as forças contrárias, a agricultura de base familiar em Mata sobrevive e se reproduz, assim como em todos os cantos do Brasil, não sem conflitos (MEDEIROS, 2009) e ali está, ocupando as regiões mais íngremes e afastadas, ano após ano, produzindo alimentos, mas, além disso, também fumo e commodities, e gastando seus ingressos no comércio local. Na análise das entrevistas, se percebe a consciência que os entrevistados têm de que são, em alguns aspectos, diferentes das pessoas que vivem na área urbana, e do papel que desempenham para o desenvolvimento do município. Uma classe social,

que deve lutar pelos seus direitos, “um pobrero aqui no campo, mas que sem nós a cidade de Mata estaria perdida, não viveria” (UVA, 2020).

Realidade confirmada pelos estudos de Ploeg (2016): “três quartos dos pobres do planeta vivem em áreas rurais” (p. XXIII), realidade, no entanto dialética e contraditória, uma vez que o mesmo autor, explicita sobre as características das famílias camponesas, sendo que uma das suas principais características seria contribuir para o crescimento econômico da sociedade em geral, onde está inserida, uma vez que é impulsada pelo ambiente a gerar o maior valor agregado possível à sua produção. Essa condição camponesa, mesmo que invisibilizada por outros atores, que assumem o protagonismo sobre a produção, é responsável pela reprodução das bases de recursos que utiliza. “Essa reprodução diz respeito a todos os elementos necessários para fazer a agricultura funcionar de maneira harmoniosa” (p. 67), pois aponta a outra característica da agricultura familiar camponesa: trabalhar sobre pressão e recursos limitados e, assim, ser mais produtiva que outras formas de agricultura.

O foco na criação e ampliação do valor agregado reflete a condição camponesa: enfrentar um ambiente hostil gerando renda de maneira independente no curto, médio e longo prazo. Mais que visar o lucro, a agricultura camponesa se preocupa em melhorar sua base de recursos, por isso é o modo mais sustentável de agricultura. (PLOEG, 2016, p. 87).

No entanto, de acordo aos estudos de Wanderley (2003), inspirados na teoria de Chayanov (1974), a exploração familiar é uma realidade que apresenta múltiplas formas e supera o modo de produção camponesa, pois, apesar de levar em si um patrimônio sociocultural, legado camponês, difere do campesinato tradicional por sua capacidade de adaptar-se aos desafios impostos pela sociedade global e às exigências do mercado, e, assim, seguir existindo e desempenhando seu papel na sociedade atual.

Outrossim, a autora considera o campesinato presente na economia e na sociedade brasileira, como um ator social importante no cenário atual, constituído pela diversidade de produtores rurais; tendo como característica fundamental a gestão da terra e do trabalho baseadas na unidade de produção familiar como categoria socioeconômica. O campesinato seria o fator político dessa forma social de existir, uma vez que o afeto pela terra e o amor pela profissão seriam heranças do campesinato, que se traduzem, hoje, numa resistência à imposição de uma

produção capitalista com fins apenas financeiros. Portanto, a agricultura familiar resiliente e heterogênea, como forma de resistência, apegada à sua própria experiência e lógica, é camponesa e vai construindo sua própria história, enfrentando as provocações da sociedade dominante e os desafios do desenvolvimento rural.

[...] o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil (FERNANDES, et al, 2009, p. 12)

Não obstante, Mendras (1978), distingue o camponês do produtor agrícola, pois produz alimentos para seu consumo e aos demais. Por essa razão, o considera um revolucionário. Para o autor, a superposição da feudalidade e depois da burguesia sobre a sociedade agrária, a transforma em campesinato, pois a sociedade camponesa é quem determina a existência do camponês, pertencente a uma coletividade aldeana e a uma autarquia doméstica. Não necessariamente desenvolvendo o trabalho agrícola, mas poderia ser também artesão. Na visão do autor, chega um momento em que essa sociedade camponesa perde forças e tende a extinguir-se, pois a sociedade industrial não tolera a lógica e forma de vida do campesinato. Porém, características da sociedade camponesa estariam presentes em sociedades de outras latitudes.

O autor cita o fenômeno da “campesinização” do terceiro mundo e diferencia selvagem, camponês e agricultor. Portanto, o ambiente rural, em todas as latitudes do planeta Terra, todavia segue povoado²⁶ por famílias camponesas, ribeirinhas, indígenas; a despeito do fortalecimento de um modelo de produção capitalista, surgem e se fortalecem alternativas que resistem através do tempo e da história, com sua peculiar lógica racional e relacional no que se refere à terra e o “mundo da vida”, mencionado por Pinheiro (2004), ao citar os movimentos sociais, que advogam identidade própria a esses não tão novos sujeitos, entre eles o movimento ecológico.

Lamarche (1993), por sua vez, ao descrever a exploração familiar como realidade multiforme, afirma que ela não pode ser definida como um modo de

²⁶ Segundo a ONU, atualmente 55% da população mundial vive em áreas urbanas e a expectativa é de que esta proporção aumente para 70% até 2050. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701> Consultado em 24/09/2021

produção específico, ao reconhecer que não há um determinismo nem um destino comum para todo produtor agrícola familiar e, justamente por isso, propõe que a exploração familiar seja observada perante duas perspectivas ou elementos: a memória da própria história (patrimônio sociocultural) e as ambições para o futuro (escolhas políticas efetuadas pela sociedade global).

Segundo o autor, cada decisão é tomada sob essas duas forças: uma que representa o peso do passado e da tradição, e a outra impulsada pela atração de um futuro materializado por projetos do porvir. Em função destes dois “domínios”, os exploradores familiares organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças. Portanto, a agricultura familiar se caracteriza por ser “uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família” (p. 15). Memória e esperança de concretização de um projeto de vida, como podemos ler em Pinheiro (2004, p. 100):

Quando o processo de modernização da agricultura impôs um modelo capitalista de utilização da propriedade, considerou que aquele era somente um espaço produtivo, à semelhança da empresa capitalista, mas ignorou que em muitos casos este é, em primeiro lugar, o local onde a família vive. [...] A gestão da propriedade a partir da perspectiva de uma unidade de vida é o que permite o resgate de racionalidades outrora suprimidas ou a construção de novas pela perspectiva de um novo projeto de vida.

Portanto, a lógica diferenciada do processo produtivo, tanto na tomada de decisões como nas relações de trabalho que se estabelecem, tem seu referencial no grupo familiar, pois, segundo Wanderley (2002) está fundada no fato de que a agricultura de base familiar mora onde trabalha, e qualquer ação que realize, com mais ou menos tecnologia, mais ou menos insumos químicos, é fruto de uma decisão que foi pensada e conversada, pois implica afetar sua forma de vida e sua reprodução social, bem como a reprodução de sua base de recursos; por exemplo, decidir sobre a aplicação de agrotóxicos tem a ver com a consciência empírica de que a potabilidade das águas para consumo de sua família e de seus animais poderá ficar comprometida ou não.

Por isso, a relação com a natureza, o entorno próximo, inclusive de parentes e vizinhos, implica na adoção de novas tecnologias ou na rejeição delas. O que pode parecer “atrasado” para a lógica capitalista, tem mais a ver com o valor que a agricultura de base familiar atribui à sua existência como pessoa e como modo de

vida. E o que ela está disposta a perder ou ganhar adquire outro matiz, mais abrangente do que apenas o lucro.

Existe una dinámica campesina abierta sobre un futuro a largo plazo, como existen elementos conservadores, especialmente frente al carácter destructor de la modernidad. En este sentido, este medio puede contribuir en un cambio de mentalidad general: simbiosis entre el género humano y la naturaleza, y solidaridad social. Una cultura rural dinámica que ayuda a salvar el planeta y la humanidad.²⁷ (HOUTART, 2014, p. 15)

Em suma, para encerrar essa seção, enfatiza-se que a escolha destes autores e suas reflexões sobre questões agrárias, campesinato e agricultura família, é apenas uma síntese de todo o processo de apropriação de conteúdo teórico e de abordagens metodológicas inspiradoras na redação deste trabalho. Especificamente no que se refere ao esforço por compreender o contexto, as características e as dinâmicas da agricultura familiar em Mata, e o papel dos Núcleos de Agricultores no desenvolvimento rural.

2.2 COMPOSIÇÃO DA AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE MATA

Tal como os municípios vizinhos, Mata tem sua história de gênese municipal determinada fortemente pela agricultura de base familiar. Dessa forma, Malfatti (2006) nos relata algumas características da estrutura familiar, que foi configurando o espaço social e agrícola, que antecedeu sua instituição como município:

A estrutura familiar era simples. Economicamente, agia como uma unidade. [...] Todos trabalhavam na mesma unidade produtora, quer uma lavoura, quer uma empresa familiar, como açougue, ferraria, alambique ou cantina. Com a renda, proviam-se alimentação, vestuário, mantinha-se a moradia, pagavam-se os estudos e as despesas, e promoviam-se investimentos. Cada família era, assim, um pequeno núcleo empresarial, que produzia e consumia. (p. 21).

Nesse sentido, a influência familiar se confirma desde a chegada de um casal de luso-brasileiros ao Vale de Jaguari proveniente de Santa Catarina: Alferes José

²⁷ Existe una dinámica camponesa abierta a um futuro de longo prazo, assim como existem elementos conservadores, especialmente diante do caráter destruidor da modernidade. Nesse sentido, esse ambiente pode contribuir para uma mudança geral de mentalidade: simbiose entre o gênero humano e a natureza e a solidariedade social. Uma cultura rural dinâmica, que ajuda a salvar o Planeta e a Humanidade [tradução livre].

da Silva Pereira e Francisca Pereira Pinto, aproximadamente pelo ano 1825, quem havia recebido da coroa portuguesa uma légua de sesmaria, no ano de 1821, pelos lados de Chiniquá²⁸, terras que vendeu para adquirir um total de seis fazendas²⁹, na região de campo, hoje setor São Rafael, Município de Mata, com o compromisso de povoar, proteger e desenvolver a região através da pecuária extensiva, produção de trigo e soja e, mais tardiamente, produção de arroz. Segundo Hartmann (2016), o casal é fundador de uma das primeiras propriedades constituídas no Vale do Jaguari: Estância São Rafael, “onde se localiza boa parte da várzea do Rio Toropi, em Mata - RS, e são cultivados grande parte dos arrozais” (p. 37).

Assim como Uberti (2011), em seu estudo sobre o sistema de compadrios, na figura de Randolpho José da Silva Pereira, um dos sucessores desse primeiro casal, consegue desvelar a complexa rede de relações que se estabeleceram nesta Região do Vale do Jaguari, considerada um lugar estratégico tanto para o comércio com a fronteira, por Uruguaiana, através da navegação sobre o Rio Toropi, como com outras partes do Estado, inclusive relata-se a existência de um engenho de produção de farinha de mandioca, usada para intercambiar por erva mate (UBERTI, 2012). Processo semelhante ocorreu em outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, como podemos ler no recorte seguinte:

No decorrer dos decênios, os sesmeiros, para não perder os direitos de propriedade e melhor administrar as sesmarias, dividiram-nas em fazendas. A área mais nobre, fértil e vistosa, no ponto mais elevado junto aos rios e arroios, servia para estabelecer a sua sede, com moradia dos feitores, peões e escravos, galpões e demais anexos (AHLERT e GEDOZ, 1999, p. 3).

Como Randolpho e seus irmãos não se interessaram pela região serrana de Mata, e o processo de imigração era uma realidade no estado, como expressa Hertz (2017), “a imigração alemã no RS se deu em diferentes fases, dependendo das circunstâncias políticas, a partir de 1824”; chegaram ao local, no ano de 1885, inicialmente, vinte famílias de imigrantes alemães (Raimann, 2013), para habitar a região mais alta, de floresta, caracterizada por possuir muitas pedras e perau³⁰. Posteriormente, chegaram famílias de descendentes de imigrantes italianos que, unidos aos alemães já instalados, ocuparam, além da região serrana, a Sede ao

²⁸ Localidade rural pertencente ao município de São Pedro do Sul.

²⁹ Informação oral de um pesquisador, descendente de José da Silva Pereira.

³⁰ Expressão comum na região, significa precipício, despenhadeiro, barranco, abismo.

redor da construção da ferrovia e da Estação Ferroviária, inaugurada no ano de 1919. Os italianos vieram de outras áreas de imigração primária no estado: Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Jaguari e Garibaldi (MALFATTI, 2006). Assim descreve Barros (1980³¹), a saga dos imigrantes, depois de longa viagem:

Com recursos poucos, enfrentando serras nativas e acidentadas, abrindo picadas entre os vales, procurando atingir a pequena gleba de terra que lhe foi assignada. A clareira foi aberta na mata virgem para a primeira pousada na sua propriedade brasileira. (p. 49)

No entanto, o espaço geográfico, que hoje pertence ao município³² é muito mais longo, inclusive as madeiras fossilizadas, datadas de mais de 200 milhões de anos, são testemunhos desta antiguidade do território. Nesse sentido, a ocupação humana é muito mais recente. O Museu Municipal Padre Daniel Cargnin, com seu acervo de mais de 2.500 peças, entre elas utensílios rústicos, testemunha a presença de povos originários na localidade, além da presença de figuras rupestres e urnas funerárias na localidade. Os nativos, que habitavam por toda a região central do estado, foram denominados Guaranis ou Gês. Essas populações eram agricultoras de policultivos, como milho, feijão, mandioca, batata e abóbora³³. Fato que permite pensar que não foram os imigrantes que introduziram o cultivo variado na região do município de Mata, mas que a diversidade de culturas para a subsistência é, de certa forma, herança dos nativos que aqui habitavam e, em um momento, fizeram parte da Missão Jesuítica São José, instalada na região de São Vicente do Sul.

Segundo Lovois de Andrade (2013), os sistemas agrários no RS foram se configurando sob duas linhas evolutivas distintas e bem definidas, de acordo com as características naturais predominantes, no momento do processo de ocupação do território: por um lado, o Bioma Pampa, conhecido como região de campos, caracterizado por paisagem pouco acidentada e um conjunto de vegetação formado por arbustos e plantas herbáceas. Nesse espaço gaúcho, se desenvolveram as fazendas de criação extensiva de gado bovino e ovino e, mais tardiamente, lavouras de arroz. Por outra parte, como segunda linha evolutiva, encontramos o Bioma Mata

³¹ Data estimada, pois no livro não aparece a data de publicação. Mas faz referência a obras anteriores, até o ano de 1979.

³² Cerca de 316,121 km² [2020] Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mata/pesquisa/24/76693>> Acesso em março 2021

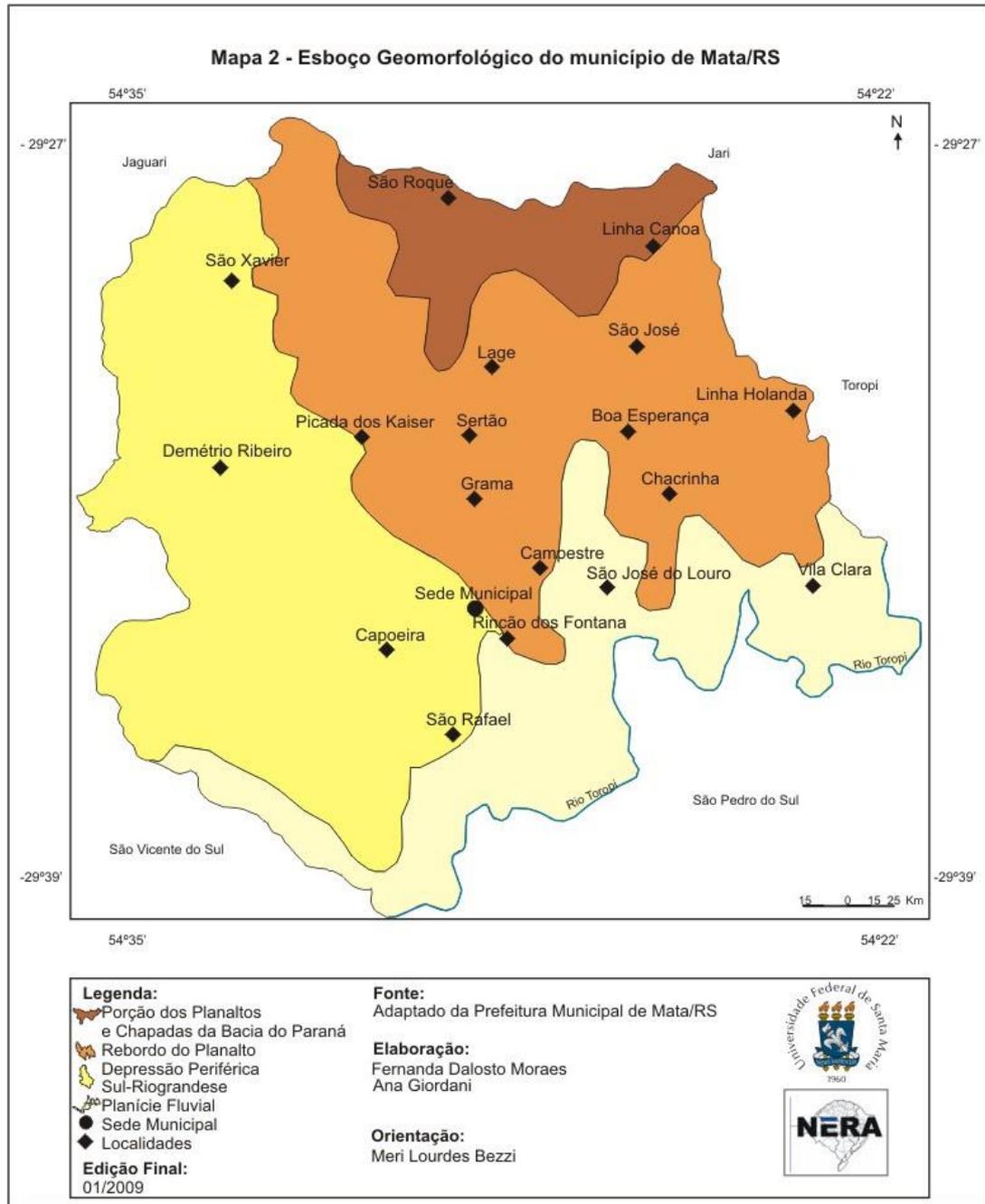
³³ Disponível em: <https://proffernando.com.br/aulas-de-historia/indios-do-rio-grande-do-sul/> Acesso em 01/10/2020.

Atlântica, conhecida como região de florestas, com uma vegetação natural onde predominam as árvores, relevo mais acidentado, espaço onde se desenvolveram as lavouras diversificadas e a criação de pequenos animais.

Assim como aconteceu no RS, o espaço do município de Mata possui uma diferenciação binária tanto nos aspectos físicos, como no tipo de sujeitos que ocuparam esse espaço, e conseqüentemente, diferenças no tipo de estabelecimento produtivo e de relação com a terra. Fato que foi ressaltado no estudo de Moraes (2009), ao enfatizar que o tipo dual presente na topografia do Município, composto pela Depressão Periférica Sul-Rio-Grandense e pelos Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná, influenciou a existencia de distintas paisagens e a diversificação da produção agrícola; “essa dualidade espacial também se reflete no processo de ocupação e na estrutura fundiária do Município” (p. 13).

Essas características são observadas no Mapa (Figura 2), adaptado por Moraes (2009), onde é apresentada a localização dos aglomerados rurais. Segundo a autora, Mata possui dois distritos, a sede, na área urbana, como primeiro distrito, e Vila Clara, na área rural. Compostos por um total de dezoito localidades rurais: Sertão, Grama, São Rafael, Campestre, São Xavier, Lage, São Roque, Demétrio Ribeiro, Picada dos Kaiser, Capoeira e Rincão dos Fontana, pertencentes ao primeiro distrito Sede, enquanto Clara, São José do Louro, Chacrinha, Linha Holanda, BoaEsperança, São José e Linha Canoa conformam o segundo distrito (p. 72). No Mapa, se podem ver ainda, os municípios que limitam com Mata: Jaguari, Jari, São Pedro do Sul, São Vicente do Sul e Toropi.

Figura 2: Localização dos Aglomerados Rurais no Município de Mata



Fonte: Moraes, 2009.

Por um lado, como herança do casal de estancieiros luso-brasileiros, que receberam, da coroa portuguesa, uma légua de sesmaria de campos, e foram incorporando novas terras, onde se constituiu a Estância São Rafael (UBERTI, 2011), se formaram algumas fazendas, especialmente na zona de várzea e nas coxilhas, Bioma Pampa, produtoras de arroz e pecuária, que está sendo substituída, há

algumas décadas, pelo cultivo de soja. No entanto, as primeiras estâncias produtivas de que se tem registro, no Vale do Jaguari, datam do período em que os jesuítas, junto aos nativos, estabeleceram suas missões e desenvolveram suas atividades, como podemos constatar em alguns trechos do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Jaguari (2016, p. 26):

Os jesuítas, além do cultivo de algodão, trigo e de outras culturas de subsistência, desenvolveram a pecuária no solo gaúcho e estabeleceram grandes estâncias para a criação de gado. [...]São Vicente do Sul tem suas origens em 1632, onde era um aldeamento indígena Guarani.

De outro lado, animada pela qualidade das terras, provenientes de rochas vulcânicas e pelas políticas do governo imperial português, que incentivou a vinda de imigrantes europeus, com a finalidade de obter uma base social que auxiliasse os estancieiros (HARTMANN, 2016), a corrente migratória vinda da Alemanha³⁴, a bordo do navio Bismark atracou no Rio de Janeiro, de onde seguiram ao porto Ilha das Flores, hoje Porto Alegre, e depois, por terra até Santa Maria da Boca do Monte. Segundo Raimann (2013), essa colonização se iniciou com o senhor João Holf, em 1885 e, por um período de seis anos, foram integrando-se novas famílias, dando início ao povoado do Sertão de São Vicente, onde a população organizou-se em pequenas propriedades, na zona de floresta, ponta da Mata Atlântica. Pois obtiveram “terras particulares³⁵ de boa qualidade com colônias de quarenta e oito hectares, este fato garantiu uma prosperidade econômica, no qual se refletiu a vida comunitária” (p. 12). No entanto, Barros (1980), em seu resumo sobre a comunidade do Sertão, afirma que ela estava constituída por uma minoria de nativos, mestiços, africanos e açorianos, além dos imigrantes germânicos. Paralelamente, as famílias de origem italiana se instalaram nas localidades de São José e Campestre, o lote assignado era de aproximadamente vinte e cinco (25) hectares.

No período em que os imigrantes chegaram às terras que hoje constituem o município de Mata, a Lei de Terras de 1850 já proibia a doação de terras devolutas pelo sistema de sesmaria. O que indica que essas famílias tiveram que comprar

³⁴ Muitos destes imigrantes denominados germânicos ou alemães, vieram de várias regiões, como Áustria, Suíça, Polônia e Bélgica.

³⁵ Elisa Weber, em sua monografia apresentada a UNIVATES, 2016, explica que a partir de 1850 houve interesse da parte do governo em “estimular cada vez mais a criação de colônias particulares para povoar a Província”. Portanto, a colonização de áreas de mata se intensificaram, “havendo uma espécie de expansão de colônias” (p. 28)

suas terras em dinheiro ou trocar por trabalho de abrir estradas e desmatar a floresta. Segundo Chiristillino (2010), os interesses pela imigração europeia fizeram parte de uma realidade complexa, conformada por diferentes fatores, entre eles as transformações na conjuntura dos países europeus, onde camponeses e artesãos perderam espaço e dignidade, assim como a influência das teorias de Eugenia³⁶ sobre intelectuais brasileiros e o interesse pelo comércio de terras, que beneficiava a elite brasileira. Bem como a necessidade de povoamento para proteção das fronteiras. “Os sucessivos tratados em torno dos limites ao sul do Império e as disputas na região Platina mostraram à Coroa a necessidade do estabelecimento de núcleos populacionais nestas áreas” (p. 147).

Com base em diferentes estudos (MALFATTI 2006, MORAES 2009, UBERTI 2011 e 2012), pode-se comprovar que o processo de povoamento do espaço geográfico de Mata é fruto da miscigenação ancorada na diversidade de culturas, nacionalidades e etnias. Processo complexo e de nenhum modo pacífico, pelo menos para a população não branca, ou seja, para os africanos e para os indígenas. No que se refere aos nativos, nesse local, as Missões Jesuíticas, de São José e de São Tomé, localizadas nos territórios dos Municípios de São Vicente do Sul e Jaguari, respectivamente, foram reconhecidas pela organização baseada no trabalho coletivo dos indígenas e pela pecuária, e contavam com aproximadamente seis mil nativos, dos quais pouco se sabe, quando os jesuítas foram expulsos.

Oficialmente, a ocupação do Vale do Jaguari remonta a época da fundação de dezoito povoados jesuítico-guaranis denominados de reduções, experiência efêmera que chegou ao final ainda na primeira metade do século XVII motivada principalmente pela preação de índios por parte dos bandeirantes paulistas. Entre os pueblos organizados pelos curas espanhóis, que ficavam dentro da configuração espacial do Vale, destacam-se os de São José e São Tomé, criados em 1632. No que tange aos seus balizadores territoriais conforme aponta Milton José Bolzan (1998) ao norte seria a Serra de São Martinho e o rio Jaguari, ao sul o rio Toropi, a leste a região do planalto e a oeste o rio Ibicuí. (UBERTI, 2012. Nota de rodapé, p. 5)

Nesse sentido, a saga dos africanos não foi distinta. Se, por um lado, os indígenas foram caçados por bandeirantes ou fugiram para o outro lado da fronteira, após o decreto de expulsão dos missionários jesuítas. Os africanos e seus

³⁶ O termo foi criado pelo matemático britânico Francis Galton, no final do século 19. Sob o pretexto da melhoria genética, foi um conceito que fortaleceu práticas de exclusão de pessoas pobres, de outras etnias e que tivessem alguma característica indesejada à sociedade. Disponível em <<https://tab.uol.com.br/faq/pseudociencia-e-racismo-entenda-o-que-e-eugenia-e-seu-impacto-na-sociedade.htm?cmpid>> Consultado em agosto 2021.

descendentes não tiveram melhor sorte, foram vítimas do preconceito que se instalou na mente e na atuação de diferentes atores, tanto intelectuais como fazendeiros e grileiros, como também nas Câmaras Municipais, que assim como se constituíram em “elementos de unidade e de continuidade entre o Reino e seus domínios, foram igualmente órgãos fundamentais de representação dos interesses e das demandas dos colonos” (BICALHO, 1998). Por fatos ocorridos na história do Rio Grande do Sul, como a saga dos Lanceiros Negros durante a Revolução Farroupilha, onde muitos negros perderam suas vidas, pode-se refletir que a ocupação das diferentes regiões do território gaúcho não foi pacífica e nem todos os atores tiveram as mesmas oportunidades. E o fruto deste processo histórico, como o vemos hoje, não é, como querem nos fazer crer, resultado do esforço ou da capacidade de certas etnias em empreender e inovar, mas das oportunidades desiguais para diferentes atores, conforme sua origem ou raça, entre outros fatores. Processo que ainda precisa e merece outros estudos mais aprofundados.

As Câmaras Municipais, em sua correspondência, viam com desconfiança a concentração da população livre e pobre nas áreas florestais. Defendiam que era preciso civilizar o mato, através de colonos estrangeiros (CHRISTILLINO, 2010, p. 146).

A presença de pessoas escravizadas na região do que hoje é município de Mata, é um fato comprovado. Junto com a ocupação por luso-brasileiros e o sistema de sesmaria, foram trazidos negros escravizados, sobretudo para as regiões de grandes fazendas e pecuária extensiva. Segundo Weber (2016), no seu relato sobre o povoamento do Vale do Taquari: “A mão de obra escrava foi utilizada em todo o território regional, acompanhando o crescimento populacional e a chegada de novos senhores” (p. 41).

Nesse sentido, as pesquisas do Senhor Eron Haesbaert³⁷, ao fazer um resgate histórico da saga de seus antepassados na ocupação do município de Mata, confirmam essa presença. Com o monumento aos escravizados, erigido no espaço do Museu Fragmentos do Tempo, podemos ver placas (figura 1) que contém descrições sobre a existência de escravos. Além disso, Eron nos relata a possibilidade de que no morro das Duas Corcovas,³⁸ em São José do Louro,

³⁷ Cidadão matense, descendente de alemães, portugueses, africanos e franceses, diretor e fundador do Museu Fragmentos do Tempo, localizado em São José do Louro, Município de Mata.

³⁸ Cerro que se pode vislumbrar desde o pátio do Museu Fragmentos do Tempo.

houvesse um miniquilombo, onde ele encontrou o túmulo de Paixão Procópio Figueira (figura 3), falecido em 1933, aos noventa anos de idade, considerado um negro muito valente, uma especie de guarda-costas de seu bisavô, Coronel Cristiano Haesbaert.

Figura 3: Placas do Monumento aos Escravizados e foto de Paixão Procópio Figueira.



Fonte: Acervo Eron Haesbaert Museu Fragmentos do Tempo (2021)

Entretanto, por fatores descritos anteriormente, e outros não incluídos nesta reflexão, a influência da ocupação e consolidação de atores provenientes de imigração italiana e germânica, se constata com a posse do primeiro prefeito eleito, no ano de 1965, Ângelo André Paraboni, e do vice-prefeito, Rubens Haesbaert, um de ascendência italiana e outro alemã. Outrossim, a miscigenação entre descendentes de nativos, africanos, europeus e luso-brasileiros, se reflete nos sobrenomes dos integrantes da primeira legislatura da Câmara Municipal de Vereadores, que funcionou a partir de 13 de junho de 1965: Camargo, Ramos, Flores, da Silva, Machado, Dambrós, Warth, Bolzan, e Taschetto³⁹. Fato que se confirma ainda hoje, nos sobrenomes dos presidentes dos núcleos de agricultores entrevistados: Marques, Bisognin da Silva, Della Giustina, Hofart e Dambrós.

Segundo a pesquisa de Malfatti (2006), a estrutura sociocultural dos povoadores de Mata se fundamenta na religião, a qual determinaria as

³⁹ Disponível em <<https://www.turismo.rs.gov.br/cidade/195/mata>> Acesso em março 2021

características das outras instituições, como a família, a escola, a economia e a administração pública. A forte religiosidade cristã se impôs como uma característica cultural dominante e moldou a identidade das famílias produtoras. O aglomerado de casas se constituiu ao redor de uma capela-escola, seja luterana ou católica, um cemitério e um salão de festas e bailes, e a cancha⁴⁰ de bochas⁴¹. Segundo Barros (1980), nos primeiros anos, a Igreja era o centro de congregação da colônia e servia também de escola. “A maioria dos agricultores, de origem germânica, frequentava a Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Os católicos eram de diversas origens: germânica, açoriana, italiana e indígena, e frequentavam a Capela de Santo Antônio, na Estação da Mata” (p. 31).

Os alemães e italianos fundaram dois núcleos principais. (...) Deve-se ressaltar que tanto na região de origem alemã quanto na de origem italiana, deu-se a fusão de raças, etnias e culturas, o que originou um novo tipo de gaúcho brasileiro, pois havia também a presença de negros, índios, mestiços e açorianos (MALFATTI, 2006. p. 12)

Os produtos coloniais da agroindústria familiar, inclusive a cachaça, o vinho e os rolos de fumo, bem como a variedade de alimentos da lavoura e da horta, da pecuária de pequenos animais e da produção de ovos, com exceção de gado e arroz, provenientes das zonas baixas, todos vinham da zona alta, da família “colona”, composta em sua maioria por descendentes de imigrantes italianos e alemães. Barros (1980), ao realizar uma crônica da sociedade matense, resalta a importância do comércio a partir dos frutos produzidos pelas famílias residentes na localidade, quando faz referência ao movimento que existia na estação ferroviária do distrito de Mata, nas décadas de 1920 e 1930, chegando a ser mais importante que as estações vizinhas, de Vila Clara e Taquarichim:

Uma convergência de produtos agrícolas das colônias que circundavam a vila, forçava a viação férrea a pôr à disposição do comércio matense inúmeros vagões, que geralmente eram deficientes, o que obrigava os comerciantes a construir armazéns para depósitos” (p. 46)

⁴⁰ Quadra onde se pratica o esporte.

⁴¹ Disponível em <<https://pt.wikipedia.org/wiki/bocha>> Acesso em março 2021. Esporte trazido ao Sul pelos imigrantes italianos.

2.3 EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E PERFIL DOS PRODUTORES NO MUNICÍPIO DE MATA, DESCRIÇÃO E ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO IBGE

O presente subtítulo está dividido em duas partes. A primeira faz um recorrido sobre as características dos estabelecimentos agropecuários, enquanto a segunda analisa o perfil dos produtores. Os dados coletados⁴² para realizar essa análise, foram encontrados na página web do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE).

Na primeira parte, iniciamos pela análise das tabelas relativas à condição legal das terras e a dinâmica ocorrida entre os censos agropecuários⁴³, nas seguintes variáveis: número de estabelecimentos, área e formas de ocupação. Em seguida, nos concentramos em analisar os dados relativos à utilização das terras. Logo, seguiremos com a análise dos grupos de área total. Para concluir essa análise, apresentamos as tabelas por culturas da lavoura temporária e da pecuária.

2.3.1 Características dos estabelecimentos agropecuários⁴⁴

Neste subtítulo, apresentamos e analisamos os dados relativos às principais características dos estabelecimentos agropecuários: condição legal das terras, grupos de área total e formas de utilização destas terras, considerando suas principais dinâmicas produtivas, cultivos principais de lavoura temporária, área destinada a esses cultivos e número de unidade produtivas, bem como efetivos de pecuária e área de pastagens.

⁴² Censos agropecuários anos 1970, 1980, 1995-6, 2006 e 2017. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil>> acesso em várias datas, desde 2019, mas especialmente em abril e maio de 2021.

⁴³ Censos 1970, 1980, 1995-6, 2006 e 2017. Conferir na página web <https://sidra.ibge.gov.br/> e <https://biblioteca.ibge.gov.br>

⁴⁴ O conceito de estabelecimento agropecuário, conforme recomendado pela FAO, é o que corresponde à unidade econômica de produção agropecuária sob administração única, incluídos os produtores sem área, os produtores que exploram áreas próximas distintas como sendo um único estabelecimento (mesma maquinaria, mesmo pessoal e mesma administração), e os produtores que exploram terras de imóveis rurais na forma de arrendamento, parceria, ou aquelas simplesmente ocupadas. (p.65) Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf> Consultado em Outubro/2021.

2.3.1.1 Número e área total de estabelecimentos

Conforme os dados da tabela 1, que permite visualizar o movimento histórico e a relação entre área total em hectares e número de estabelecimentos, pode-se observar uma redução no número total de estabelecimentos. Desde o censo agropecuário de 1970, até o censo de 2017, a diferença é de duzentos e cinquenta e sete (257) estabelecimentos, ou seja, vinte e cinco por cento (25%) das unidades produtivas deixaram de existir no Município, desde o primeiro censo analisado, até a coleta de dados no censo agropecuário 2017. Com exceção do censo de 2006, onde houve um incremento de sete por cento (7%) no número de estabelecimentos, para, novamente, haver um decréscimo de oito por cento (8%) no número total de estabelecimentos entre os censos 2006 e 2017⁴⁵. No entanto, para a variável área total, o movimento foi mais dinâmico, pois se observa um acréscimo de três por cento (3%) na área total dos estabelecimentos entre os censos 1970 e 1980 e uma redução de dois e quatro por cento (2% e 4%) para os dados dos censos 1995/6 e 2006, respectivamente. Enquanto que no último período analisado, entre os censos agropecuários 2006 e 2017, transcorridos onze anos, houve um acréscimo de quinze por cento (15%) na área total dos estabelecimentos. Conclui-se que, apesar da diminuição do número total de estabelecimentos para todo o período analisado, houve um incremento de onze por cento (11%) na área total dos estabelecimentos, o que corresponde a dois mil setecentos e setenta e um hectares (2.771ha).

Tabela 1 - Evolução do número de estabelecimentos e da área total – Mata RS – Censos Agropecuários (1970 a 2017)

| Ano | Área dos estabelecimentos (hectares) | Diferença em relação ao censo anterior (%) | Número de estabelecimentos | Diferença em relação ao censo anterior (%) |
|--------|--------------------------------------|--|----------------------------|--|
| 1970 | 24652 | - | 1025 | - |
| 1980 | 25403 | 03 | 890 | (-) 13 |
| 1995-6 | 24954 | (-) 02 | 778 | (-) 12 |
| 2006 | 23755 | (-) 04 | 836 | 07 |
| 2017 | 27423 | 15 | 768 | (-) 08 |

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE, censos agropecuários 1970, 1980, 1995-6, 2006 e 2017.

⁴⁵ A divulgação dos dados que mostram a redução no número de estabelecimentos da agricultura familiar, em especial nas regiões Nordeste e Sul, quando comparado com o Censo de 2006, permitiu acender o debate sobre as mudanças metodológicas para categorizar e quantificar esta importante categoria (Bianchini, 2020, p.12).

Nesse sentido, para os censos agropecuários de 2006 e 2017, a pesquisa do IBGE estabelece as tipologias agricultura familiar e não familiar, portanto, passamos a analisar as dinâmicas ocorridas na agricultura familiar, em comparação aos estabelecimentos não familiares. Em 2017, foram registrados cento e vinte e sete (127) estabelecimentos na agricultura não familiar, e seiscentos e quarenta e um (641) na agricultura familiar, enquanto se registraram, no censo 2006, oitenta e oito (88) na agricultura não familiar e setecentos e quarenta e oito (748) na agricultura familiar.

Conforme dados na tabela 2, pode-se observar a redução 14,3% no número total de estabelecimentos da agricultura familiar: cento e sete (107) estabelecimentos, e um incremento de 44,32% no número de estabelecimentos da agricultura não familiar: trinta e nove (39) estabelecimentos, no período compreendido entre os dois censos analisados. Segundo o estudo de Bianchini (2020), essa tendência foi registrada também em termos gerais no Brasil, sendo que a Região Sul foi a que apresentou maior redução no número de Estabelecimentos Familiares. “O estado do Rio Grande do Sul teve uma redução de 84.654 em números relativos, ou seja, um decréscimo de vinte e dois por cento (22%), nas unidades familiares” (p. 4).

No entanto, ao analisar a área total dos estabelecimentos na agricultura familiar, se percebe a mesma tendência de diminuição constatada no número de estabelecimentos, ou seja, uma redução de cerca de sete e meio por cento (7,43%): que totalizam um mil e setenta e três hectares (1.073ha). Enquanto os estabelecimentos agropecuários não familiares registraram um incremento de cinquenta e um por cento (50,94%), equivalente a quatro mil setecentos e quarenta e um hectares (4.741ha). Portanto, a agricultura não familiar vem crescendo e ocupando espaço na produção do município de Mata. Tendência observada por Bianchini (2020), com respeito à região Sul, onde houve uma redução de treze por cento (13%) na área dos estabelecimentos familiares: 1,75 milhões de hectares, “a maior redução do país em termos relativos” (p. 5) e o incremento de dez por cento (10%) na área dos estabelecimentos não familiares, correspondente a 2,9 milhões hectares.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos e área total, por tipologia agricultura familiar – Mata RS 2006 e 2017.

| Tipos de Agricultura | Ano Censo | Área total (ha) | | Número de Estabelecimentos | | Área média |
|----------------------|-----------|-----------------|-------|----------------------------|-------|------------|
| | | Abs. | % | Abs. | % | |
| Familiar | 2006 | 14448 | 60,82 | 748 | 89,47 | 19,31 |
| Não Familiar | | 9307 | 39,18 | 88 | 10,53 | 105,76 |
| Total | | 23755 | 100 | 836 | 100 | 28,41 |
| Familiar | 2017 | 13375 | 48,77 | 641 | 83,5 | 20,86 |
| Não familiar | | 14048 | 51,23 | 127 | 16,5 | 110,61 |
| Total | | 27423 | 100 | 768 | 100 | 35,7 |

Fonte: IBGE/SIDRA Censos Agropecuários 2006 e 2017. Arranjo Piber, 2021.

Em consonância com a redução no número de estabelecimentos familiares, dados revelados no Censo Demográfico 2010 apresentam, pela primeira vez na história do município, a população urbana ultrapassando a população rural⁴⁶. Nesse sentido, com base em certo conhecimento empírico⁴⁷ e dados de outros estudos, elencados neste trabalho, e dos censos demográficos⁴⁸, que indicam tendência histórica de redução da população municipal, com aumento na porcentagem de residentes na área urbana e, conseqüente, redução da população rural⁴⁹, elaboramos alguns fatores causantes desta redução. Pelo aumento no número de estabelecimentos não familiares, podemos deduzir que alguns estabelecimentos deixaram de enquadrar-se na categoria agricultura de base familiar, ou por superar o topo dos módulos fiscais⁵⁰, por empregar pessoal ocupado permanente não familiar, ou ainda porque a maior parte da renda familiar deixou de ser proveniente do estabelecimento.

Nesse sentido, Bianchini (2020) analisa as três principais variáveis que motivaram as mudanças na forma de classificar a Agricultura Familiar no Censo de 2017: predomínio de renda fora do estabelecimento, crescimento do uso da mão-de-

⁴⁶ Censo demográfico 2010. População Total 5.111. Urbana 51,22% e Rural 48,78%.

⁴⁷ Refiro-me à constatação in loco de um alto número de sedes abandonadas ou que simplesmente deixaram de existir, quando fui recenseadora e percorri vários setores do município, para coletar dados para o Censo Agropecuário 2017.

⁴⁸ Censos demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/200#resultado>> Consultado em 30/04/2021.

⁴⁹ Plano Estratégico de Desenvolvimento do COREDE Vale do Jaguari (2016, p. 33): “[...]conclui-se que a redução da população entre 2000 e 2010 teve como origem a diminuição da taxa de natalidade e a migração, principalmente da população rural, para outras regiões, com provável destino a cidade de Santa Maria”.

⁵⁰ Cada módulo fiscal corresponde a 22ha, variando se for zona de várzea ou barranco.

obra contratada e exclusão da agricultura familiar em áreas arrendadas e ou sem propriedade de terra e ou em estabelecimentos sem áreas. O autor afirma:

A exclusão de estabelecimentos familiares no Brasil e no Paraná e em sua maioria sua reclassificação como não familiares, se deve mais a alterações metodológicas no Censo 2017, do que um novo ciclo de concentração produtiva (p. 7)

Outros motivos seriam a redução na taxa de natalidade e o envelhecimento dos produtores familiares que, aposentados, se mudam para a área urbana sem sucessor para a unidade produtiva, devido ao histórico êxodo rural de famílias inteiras e da juventude, especialmente moças. Como afirma Abramovay (1999):

A existência de uma grande subocupação de mão-de-obra, sobretudo no interior da agricultura familiar faz com que migrem justamente aqueles com maiores chances de encontrar trabalho nas cidades, ainda que em condições precárias, ou seja, os - e sobretudo as - mais jovens. (p. 8)

2.3.1.2 Situação dos estabelecimentos agropecuários segundo a condição legal das terras – formas de ocupação (1970-2017).

Os estabelecimentos agropecuários do município possuem terras *próprias* [grifo próprio], ou *ocupadas* ou *arrendadas*, desde o primeiro censo analisado (1970). Nos três últimos censos, é acrescentada a classificação *em parceria* e nos dois últimos, *terras concedidas por órgão fundiário, sem título definitivo*. Finalmente, no censo agro 2017, é registrada a condição legal *em comodato*. Com exceção de terras próprias e de terras sem titulação, todas as outras formas são terras consideradas de terceiros, mas fazem parte do total das terras dos estabelecimentos, registradas pelos recenseadores. O que as distingue é a forma de pagamento para uso: em terras arrendadas é ajustada uma quantia fixa, geralmente em dinheiro ou o equivalente em produtos; em terras em parceria, o pagamento será parte da produção; em regime de comodato, a forma de ocupação é através de um contrato ou acerto, onde o proprietário é quem assume as obrigações. Nas terras ocupadas (públicas ou particulares), não há pagamento pelo uso (posseiros).⁵¹

⁵¹ Os conceitos das formas de ocupação estão disponíveis no subtítulo *Distribuição da área total das terras do estabelecimento agropecuário*, páginas 17 e 18, em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf> Consultado pela última vez em 16.out.2021.

Conforme a tabela 3, enquanto os estabelecimentos apresentaram uma tendência de aumento para terras *próprias* entre os censos 1970 e 2017, tanto em números absolutos (de 539 em 1970 para 666 em 2017) como relativos (percentual de aumento sobre o total foi de 55% em 1970 a 76% em 2006, com uma redução de 10% para 2017). O mesmo não ocorreu para terras *arrendadas* ou *ocupadas* que, mesmo sofrendo alguma variação de aumento ou redução na série histórica, perderam estabelecimentos em 2017, com relação ao censo de 1970 (redução de 58% e 50%, respectivamente). No entanto, para ambas condições de ocupação, cabe destacar que os estabelecimentos aumentaram em números absolutos, do censo 2006 para o censo 2017. Bem como o registro de setenta e sete (77) estabelecimentos com terras em *comodato* (oito por cento sobre o total), no censo 2017. Os estabelecimentos com condição de terras *em parceria* eram cento e quarenta e nove, equivalentes a dezesseis por cento (16%) sobre o total, no censo de 1995-6; essa condição legal sofreu uma redução percentual de oitenta e três (-83%) em 2006 e oitenta e cinco por cento (-85%) em 2017, ocupando, respectivamente, três (3%) e dois por cento (2%) do total de estabelecimentos.

Tabela 3 - Condição legal das terras – número de estabelecimentos por forma de ocupação. Censos 1970 a 2017.

| Ano | 1970 ⁵² | | 1980 | | 1995-6 ⁵³ | | 2006 | | 2017 | |
|-------------------------------------|--------------------|-----|------|-----|----------------------|-----|------|-----|------|-----|
| | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| Próprias | 539 | 55 | 478 | 61 | 599 | 63 | 603 | 76 | 666 | 69 |
| Arrendadas | 293 | 30 | 206 | 26 | 64 | 7 | 95 | 12 | 123 | 13 |
| Ocupadas | 142 | 15 | 94 | 13 | 134 | 14 | 61 | 8 | 71 | 7 |
| Em Parceria | - | - | - | - | 149 | 16 | 25 | 3 | 22 | 2 |
| Aguardando titulação (fundiário) | - | - | - | - | - | - | 06 | 1 | 03 | 0,3 |
| Em Comodato | - | - | - | - | - | - | - | - | 77 | 8 |
| Total | 974 | 100 | 778 | 100 | 946 | 100 | 790 | 100 | 962 | 100 |

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE, censos agropecuários 1970 a 2017.

Com respeito à área total dos estabelecimentos, dados que se podem observar na tabela 4, foi considerada a variação entre os censos dos anos 1970 e 2017, primeiro e último censos analisados, os quais mostram um aumento de vinte e

⁵² Os censos de 1970 e 1980 oferecem dados sobre formas de ocupação mista (ex: próprias + arrendadas), mas não foram objeto de análise desta pesquisa.

⁵³ A partir do censo 1995-6, somente aparece condição de ocupação única.

nove por cento (29%) na área total entre os dois censos. Bem como um pequeno aumento na condição de área próprias (9%) e um aumento de cento e quinze por cento (115%) no total de terras arrendadas. As terras ocupadas tiveram uma redução de quarenta e nove por cento (-49%). Portanto, as terras que mais tiveram variação positiva para o período foram as arrendadas, com aumento de três mil quinhentos e trinta e sete hectares (3537).

Tabela 4 - Condição legal das terras –área dos estabelecimentos (em números absolutos e percentuais) por forma de ocupação – 1970 e 2017.

| Ano | 1970 ⁵⁴ | | 2017 | | Variação entre os censos |
|---------------------------------|--------------------|-----|-------|-----|--------------------------|
| | Ha | % | Ha | % | |
| Condição legal | | | | | % |
| Próprias | 16303 | 77 | 17850 | 65 | 9 |
| Arrendadas | 3065 | 14 | 6602 | 24 | 115 |
| Ocupadas | 1840 | 9 | 940 | 3 | -49 |
| Em Parceria | - | - | 585 | 2 | - |
| Aguardando titulação (fundário) | | - | 26 | 0,1 | - |
| Em Comodato | | - | 1424 | 5 | - |
| Total | 21208 | 100 | 27427 | 100 | 29 |

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE, censos agropecuários 1970 e 2017.

No entanto, com os censos agropecuários 2006 e 2017, o IBGE estabeleceu as tipologias agricultura familiar e não familiar. Por esse motivo, apresenta-se uma análise entre ambos os censos, somente da variação no número de estabelecimentos, por não conseguir dados das áreas por condição legal das terras, relativos ao censo 2006.

Através dos dados da tabela 5, observa-se que os estabelecimentos com terras próprias aumentaram nas variáveis absolutas (total geral e tipologias) no censo 2017, com relação ao censo anterior. No entanto, o percentual de aumento foi maior para a agricultura não familiar (48%) enquanto que AF aumentou em seis por cento (6%). Apesar de o número total de estabelecimentos arrendatários ter aumentado vinte e nove por cento (29%) entre 2006 e 2017, ao passar de noventa e cinco (95) para cento e vinte e três (123), o aumento mais significativo foi para a agricultura não familiar, com cento e oitenta e três por cento (183%). Na agricultura

⁵⁴ Os censos de 1970 e 1980 apresentam duas condições de ocupação: mista e única. No entanto, seus dados não foram analisados.

familiar, porém, o número aumentou em apenas sete por cento (7%), passando de oitenta e três (83) para oitenta e nove (89) estabelecimentos. Conforme o trecho do estudo de Moraes (2008, p. 53):

Em Mata o arrendamento está presente para os mais diversos cultivos. No entanto, predomina o arrendamento para o arroz e a soja, uma vez que estes cultivos necessitam de extensas áreas para a obtenção de um rendimento satisfatório da produção. Esse sistema ocorre, principalmente, entre pecuaristas e produtores rurais capitalizados que buscam aumentar sua renda e produção .

Tabela 5 Condição legal das terras – Agricultura Familiar e Não familiar - número de estabelecimentos por forma de ocupação – 2006 e 2017.

| CENSO | Tipologia | Sem titulação (fundiário) | | Próprias | | Arrendadas | | Ocupadas | | Parceria | |
|--------------------|--------------|---------------------------|-----|----------|----|------------|----|----------|----|----------|----|
| | | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| 2006 | Familiar | 06 | 100 | 538 | 89 | 83 | 87 | 56 | 92 | 23 | 92 |
| | Não Familiar | - | - | 64 | 11 | 12 | 13 | 5 | 8 | 2 | 8 |
| 2017 ⁵⁵ | Familiar | 02 | 67 | 571 | 86 | 89 | 72 | 58 | 82 | 17 | 77 |
| | Não Familiar | 01 | 33 | 95 | 14 | 34 | 28 | 13 | 18 | 5 | 23 |

Fonte: Elaboração própria com base no IBGE, censos agropecuários 2006 e 2017.

Para a condição de terras ocupadas, houve aumento geral no número de estabelecimentos; foi de cento e sessenta por cento (160%) para a agricultura não familiar: de cinco (5) passou a treze (13). Enquanto que a agricultura familiar aumentou em quatro por cento (4%): de cinquenta e seis (56) passou a cinquenta e oito (58) estabelecimentos. Em parceria, os estabelecimentos tiveram uma redução de vinte e seis por cento (-26%) na agricultura familiar e um aumento de cento e cinquenta por cento (150) na agricultura não familiar. Estabelecimentos aguardando a titulação das terras reduziu sessenta e sete por cento (-67%) para a agricultura familiar, de 2006 para 2017, quando foi registrado um (1) estabelecimento da agricultura não familiar.

⁵⁵ No censo de 2017, foram registrados 77 estabelecimentos como condição de Comodato, sendo 61 da AF.

2.3.1.3 Número de estabelecimentos e área dos estabelecimentos por grupos de área total⁵⁶ - Mata RS - 1970 a 2017.

A classificação dos estabelecimentos agropecuários em grupos de área total permite visualizar a evolução no número de estabelecimentos e a na distribuição de suas áreas, assim como “os principais movimentos do mercado de terras” (Santos et.al. 2020, p. 4).

Tabela 6: Grupos de área total – Número (absolutos e percentual) de estabelecimentos. Censos 1970 a 2017.

| Grupos de área total | 1970 | | 1980 | | 2006 ⁵⁷ | | 2017 | |
|----------------------|------|-----|-------------------|-----|--------------------|------|------|-----|
| | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| Menos de 5 ha | 238 | 23 | 121 | 13 | 148 | 19 | 156 | 20 |
| De 5 a menos 20 | 390 | 38 | 378 | 42 | 312 | 39 | 279 | 36 |
| De 20 a menos 50 | 272 | 27 | 262 | 29 | 213 | 27 | 226 | 29 |
| De 50 a menos 100 | 95 | 9 | 106 | 12 | 80 | 10 | 62 | 8 |
| De 100 a menos 500 | 29 | 3 | 44 | 5 | 36 | 5 | 38 | 5 |
| De 500 a mais | - | - | - | - | 01 | 0,13 | 07 | 1 |
| Total | 1024 | 100 | 911 ⁵⁸ | 100 | 790 | 100 | 768 | 100 |

Fonte: Arranjo próprio com base no IBGE, censos agropecuários 1970 a 2017.

Segundo dados mostrados na tabela 6, os estabelecimentos reduziram o número nos estratos até cem (100) hectares, na comparação entre os censos 1970 e 2017. O que ocorreu no município de Mata reflete o ocorrido no RS e no Brasil, pois, segundo Bianchini (2020), o principal motivo desta dinâmica foram as alterações metodológicas, conforme o trecho:

No Brasil, se não tivesse sido alterado o critério para levantar agricultores assalariados sem-terra, que cultivavam nas propriedades que trabalhavam, como ocorreu em 2006, o número de estabelecimentos teria aumentado [...] (p. 5)

No censo de 2017, mantém-se a dinâmica dos censos anteriores, com o predomínio dos estabelecimentos de até cinquenta hectares (50ha). Abarcando

⁵⁶ Não foram encontrados dados sobre o número de estabelecimentos por grupos de área total no censo 1995/6, por isso não se faz referência na tabela 2.3.1.3.1

⁵⁷ Estabelecimentos sem área 2006(apicultores, entre outros) - total 46: Agricultura não familiar – 05. Agricultura familiar – 41

⁵⁸ O censo 1980 apresenta um total de 890 estabelecimentos, mas na tabulação por grupos de área total, a somatória dos diferentes grupos apresenta um total de 911 estabelecimentos. Apesar de revisar o documento do IBGE para o censo 1980, não encontrei a razão nem o local que pudesse justificar a diferença ou erro de digitação, por isso decidi manter estes dados assim como foram apresentados.

oitenta e seis por cento (86%) do total de estabelecimentos. Segundo Moraes (2009), a contribuição fundamental desses estabelecimentos à economia do Município de Mata é “a produção de alimentos, geralmente, de milho e feijão, além do cultivo de fumo” (p. 137).

Conforme mostram os dados da tabela 7, a AF reduziu o número de estabelecimentos em todos os extratos de área total, e onde mais se registrou a perda de estabelecimentos foi no extrato de *cinco (5) a menos vinte (20) hectares* [grifo próprio]: redução em quinze por cento (-15%). Ao passo que a agricultura não familiar aumentou em noventa e dois por cento (92%) para este mesmo segmento. Segundo Bianchini (2020), esse movimento se deve à metodologia de classificação da AF para a coleta e a sistematização de dados durante o Censo de 2017. “[...] o principal critério que levou à exclusão deste grupo foi o predomínio na renda familiar advinda de rendas de atividades fora do seu estabelecimento” (p. 8).

A somatória dos três grupos onde aparece a AF (menos de 100 hectares) apresenta uma redução de nove por cento (-9). Enquanto que a agricultura não familiar aumentou seus números em todos os extratos, sendo o extrato *quinhentos (500) hectares e mais* o que teve o maior aumento: seiscentos por cento (600%), passando de um (1) estabelecimento em 2006 para sete (7) em 2017.

Tabela 7: Grupos de área total -. Número (absolutos e percentual) de estabelecimentos por Tipologia (Agricultura Familiar e Não familiar) - 2006 e 2017

| Ano Censo | Tipo de agricultura | Menos de 5ha | % | De 5 a menos 20 | % | De 20 a menos 100 | % | De 100 a menos 500 | Mais de 500 |
|-----------|---------------------|--------------|----|-----------------|----|-------------------|----|--------------------|-------------|
| 2006 | Não Familiar | 19 | 13 | 13 | 4 | 14 | 5 | 36 | 01 |
| | Familiar | 129 | 87 | 299 | 96 | 279 | 95 | - | - |
| 2017 | Não Familiar | 39 | 25 | 24 | 9 | 19 | 7 | 38 | 07 |
| | Familiar | 117 | 75 | 255 | 91 | 269 | 93 | - | - |

Fonte: Arranjo próprio com base no IBGE, censos agropecuários 2006 e 2017

De acordo com os dados mostrados na tabela 8, a somatória da área dos estabelecimentos que se situam nos estratos de área com maior presença da agricultura familiar, reduziu em mil cento e setenta e três hectares, o que corresponde a oito por cento (-8%) da área total dos estabelecimentos. Enquanto que, na somatória de todos os extratos, a agricultura não familiar aumentou em

cinquenta por cento (51%) a área de seus estabelecimentos, especialmente no grupo de quinhentos (500) hectares e mais: trezentos e trinta e três por cento (333%), equivalente a um acréscimo de quatro mil novecentos e vinte hectares (4920ha).

A agricultura familiar perdeu área em todos os extratos, mas especialmente no grupo de menos de cinco hectares, quando teve uma redução de dezenove por cento (-19%). No entanto, a agricultura não familiar aumentou cento e sessenta e dois por cento (162%) neste mesmo grupo. Segundo Bianchini (2017), ao seguir as orientações do Decreto Presidencial⁵⁹, os dados do Censo Agro 2017, desclassificam da categoria agricultura familiar, a estabelecimentos, “em sua maioria produtores pobres, com pouca terra e com uma agricultura de subsistência, que vendem sua força de trabalho” (p. 8) devido a que a renda proveniente da unidade de produção é menor que a metade dos ingressos totais.

Tabela 8 – Área dos estabelecimentos por grupos e tipologia Agricultura Familiar Mata RS – 2006 e 2017.

| Grupos de área total | 2006 | | | | 2017 | | | | 2006-2017 | |
|----------------------|----------------------|-----|--------------|-----|----------------------|----|--------------|------|--------------|--------------|
| | Agricultura Familiar | | Não Familiar | | Agricultura Familiar | | Não Familiar | | Variação (%) | |
| | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % | Familiar | Não Familiar |
| Menos de 5 ha | 304 | 2 | 37 | 0,5 | 247 | 2 | 97 | 19 | -19 | 162 |
| De 5 a menos 20 | 3319 | 23 | 139 | 1,5 | 2922 | 22 | 239 | 39 | -12 | 72 |
| De 20 a menos 100 | 10826 | 75 | 926 | 10 | 10170 | 76 | 1005 | 27 | -7 | 9 |
| De 100 a menos 500 | - | - | 6726 | 72 | - | - | 6308 | 10 | - | -6 |
| De 500 a mais | - | - | 1479 | 16 | - | - | 6399 | 0,13 | - | 333 |
| Total | 14449 | 100 | 9307 | 100 | 13276 | - | 14048 | 100 | -8 | 51 |

Fonte: Arranjo próprio com base no IBGE, censos agropecuários 2006 e 2017.

⁵⁹ O Decreto Presidencial n.º 9064 de 31/05/2017 que regulamenta a Lei n.º 11.326 diz que o estabelecimento familiar precisa ter, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento. Disponível em < https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?legisla/legislacao.nsf/View_Identificacao/DEC%209.064-2017&OpenDocument > Acesso em novembro 2021.

2.3.1.4 Distribuição da área e número de estabelecimentos, segundo a utilização das terras para lavouras permanentes⁶⁰ e temporárias⁶¹.

No que concerne à utilização das terras, consideramos os dados que se referem às terras de lavouras, permanentes e temporárias. A análise iniciou pelo número de estabelecimentos e logo passou para a área total utilizada para esse fim.

Conforme dados expressados na tabela 9, o número de estabelecimentos que declararam utilizar suas terras para lavoura é bem diverso em cada censo. No entanto, é alta a porcentagem de estabelecimentos que utilizam lavoura temporária, em relação aos que utilizam lavoura permanente⁶². Somente no censo de 1980 é que estabelecimentos com lavoura temporária superaram em apenas setenta por cento (70%) os que possuíam lavouras permanentes, pois nos outros censos, esse número esteve ao redor de noventa por cento (90%). Neste mesmo ano, os dados mostraram uma redução de quatorze por cento (-14%) na utilização de lavouras temporárias e um incremento de quarenta e dois por cento (42%) no uso de lavouras permanentes.

Em relação à lavoura permanente, houve variação negativa no censo de 1995/6, com uma redução de noventa por cento (-90%), e variação positiva no censo de 2006, com um aumento de quarenta e um por cento (41%) no número de estabelecimentos. Para os dados do censo 2017, houve queda de vinte e quatro por cento (-24%), na utilização de lavoura permanente. No entanto, com relação ao censo de 1970, essa redução chegou a cinquenta e sete por cento (-56,64%), segundo os dados do censo 2017.

No que se refere à lavoura temporária, há variação temporal negativa desde o censo de 1970 até 2017, com a redução de trinta e seis por cento (-36%) no número de estabelecimentos, uma leve variação positiva no censo de 2006 (9%) e um decréscimo de dezoito por cento (-18%), no censo de 2017.

⁶⁰ IBGE Censo Agro 2017, resultados definitivos: Corresponde à área plantada (ou em preparo para o plantio) com culturas de longa duração, as quais, após a colheita, não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos consecutivos.

⁶¹ Corresponde à área plantada (ou em preparo para o plantio) com culturas de curta duração (geralmente inferior a um ano) e que só produzem uma vez, pois, na colheita, a planta se destrói (p.20)

⁶² Identificar os estabelecimentos que utilizam ou não os dois tipos de lavoura, não foi objeto desta pesquisa.

Tabela 9 - Utilização das terras para lavouras- número de estabelecimentos e porcentagem de lavouras temporárias.

| Ano do censo | Lavouras | | | | |
|--------------|-------------|------------|-------------|------------|----------------------|
| | Permanentes | | Temporárias | | % Lavoura temporária |
| | Número | Variação % | Número | Variação % | |
| 1970 | 143 | - | 940 | - | 87 |
| 1980 | 342 | 42 | 811 | (-)14 | 70 |
| 1995-6 | 34 | (-)90 | 671 | (-)17 | 95 |
| 2006 | 82 | 41 | 729 | 9 | 90 |
| 2017 | 62 | (-)24 | 598 | (-)18 | 91 |

Fonte: IBGE censos agropecuários 1970, 1980, 1995-6, 2006 e 2017

Segundo dados analisados na tabela 10, na área destinada à lavoura permanente, houve uma redução de trinta e um estabelecimentos (62%) sendo que a maior queda se deu entre os censos 1980 e o de 1995-6, com uma variação negativa de setenta e oito por cento (-78%), correspondente a sessenta e dois estabelecimentos. Com um expressivo aumento no seu número em 2006, de quatrocentos e oitenta e dois por cento (482%). No censo de 2017, houve uma redução de quarenta e nove por cento (-49%), totalizando cinquenta (50) estabelecimentos com lavoura permanente. Enquanto que o item lavoura temporária obteve um incremento de vinte e oito por cento (28%): mil oitocentos e sessenta e sete hectares (1867ha), entre os censos de 1970 e 2017. E um incremento de trinta e dois por cento (32%), equivalente a dois mil e noventa hectares (2.090ha) no período entre os censos de 2006 e 2017. Esses dados sobre lavoura temporária seguem a mesma tendência histórica de incremento percebido na área total dos estabelecimentos.

Tabela 10 - Utilização das terras para lavouras - área total e variação com relação ao censo anterior, em porcentagem.

| Ano do censo | Lavouras | | | |
|--------------|-------------|------------|-------------|------------|
| | Permanentes | | Temporárias | |
| | Hectares | Variação % | Hectares | Variação % |
| 1970 | 81 | - | 6.772 | - |
| 1980 | 79 | -2,5 | 7754 | 14,5 |
| 1995-6 | 17 | -78 | 5284 | -32 |
| 2006 | 99 | 482 | 6544 | 24 |
| 2017 | 50 | -49 | 8639 | 32 |

Fonte: IBGE censos agropecuários 1970, 1980, 1995-6, 2006 e 2017

Por conseguinte, ressaltam-se os dados relativos à variável área de lavouras nos dois últimos censos analisados (2006 e 2017), uma vez que distinguem a utilização das terras pelo tipo de agricultura: familiar e não familiar.

Com os dados mostrados na tabela 11, observa-se que a agricultura familiar sofreu uma redução de dezoito por cento (-18%) em suas lavouras, ao perder novecentos e trinta e cinco hectares (935ha), no último censo analisado, em comparação ao censo de 2006. Enquanto que a agricultura não familiar foi responsável pelo aumento de cinquenta e sete por cento (57%) na área total dos estabelecimentos, destinada às lavouras, ao incrementar sua área em três mil e cinco hectares (3005ha), para o mesmo período. Ao observarmos os percentuais de cada tipo sobre o total, a agricultura não familiar aumentou sua área em todas as variáveis, tanto nos censos como nas tipologias: de onze (11%) a 24 por cento (24%) na lavoura permanente e de quarenta e sete (47%) a setenta por cento (70%) na lavoura temporária. O inverso ocorreu com a agricultura familiar, que diminuiu sua área em todas as variáveis: de oitenta e oito hectares (88ha) dedicados à lavoura permanente em 2006, passou a trinta e oito hectares (38ha) em 2017; e na lavoura temporária, perdeu oitocentos e oitenta e cinco hectares (885ha), uma redução de trinta e quatro por cento (-34%).

Tabela 11 – Área de Lavouras por tipologia Agricultura Familiar - Mata RS - Censos 2006 e 2017.

| Tipos de Agricultura | Área de lavouras (ha) | | | | | | | |
|----------------------|-----------------------|-----|------|-----|-------------|-----|------|-----|
| | Permanentes | | | | Temporárias | | | |
| | 2006 | | 2017 | | 2006 | | 2017 | |
| | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| Familiar | 88 | 89 | 38 | 76 | 3493 | 53 | 2608 | 30 |
| Não Familiar | 10 | 11 | 12 | 24 | 3051 | 47 | 6031 | 70 |
| Total | 99 | 100 | 50 | 100 | 6544 | 100 | 8639 | 100 |

Fonte: IBGE/SIDRA Censos Agropecuários 2006 e 2017. Arranjo Piber, 2021.

No entanto, com os dados sobre número de estabelecimentos, conforme mostra a tabela 12, há uma tendência, na tipologia agricultura familiar, em abandonar os cultivos de lavoura permanente, pois no censo de 2006, eram setenta e cinco (75) estabelecimentos que declararam possuir esse tipo de lavouras, número que, em 2017, passou a quarenta e oito (48), uma redução de trinta e seis por cento

(-36%). Essa tendência se observa com relação ao número de estabelecimentos com lavoura temporária, para a tipologia AF: redução de vinte e um por cento (-21%). Ou seja, cento e trinta e cinco estabelecimento a menos no último censo analisado. Os estabelecimentos não familiares aumentaram o número em todas as variáveis, mas o aumento mais significativo foi da lavoura permanente, de cinquenta por cento (50%).

Por conhecimento da realidade local, pode-se afirmar que alguns estabelecimentos da AF ainda conservam lavouras permanentes, especialmente dos antigos parreirais⁶³, devido à presença física de pelo menos a matriarca da família, ao menos em dois destes estabelecimentos. Porém, a tendência é que desapareçam, com a possível ausência da figura de pelo menos um idoso.

Tabela 12 - Número de estabelecimentos agropecuários utilização das terras como lavouras. Agricultura Familiar - Mata RS – Censos 2006 e 2017.

| Tipos de Agricultura | Número de estabelecimentos por uso em lavouras | | | | | | | |
|----------------------|--|------------|-----------|------------|-------------|------------|------------|------------|
| | Permanentes | | | | Temporárias | | | |
| | 2006 | | 2017 | | 2006 | | 2017 | |
| | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| Familiar | 75 | 91 | 48 | 77 | 658 | 90 | 523 | 87 |
| Não Familiar | 7 | 9 | 14 | 23 | 70 | 10 | 75 | 13 |
| Total | 82 | 100 | 62 | 100 | 729 | 100 | 598 | 100 |

Fonte: IBGE/SIDRA Censos Agropecuários 2006 e 2017. Arranjo Piber, 2021.

2.3.1.5 Principais cultivos de lavoura temporária em Mata-RS de 1970 a 2017

Segundo dados do Censo Agro 2017, o número de estabelecimentos que informaram utilizar suas terras com lavouras temporárias foi de noventa e um por cento (91%), em área colhida total de oito mil seiscentos e trinta e nove hectares (8639ha), contra nove por cento (9%) com lavouras permanentes, em área total de cinquenta hectares (50ha). Portanto, por sua importante presença na economia do município, optou-se por analisar a dinâmica das principais culturas de lavoura temporária no município, que são: arroz, cana-de-açúcar, feijão, fumo, milho e soja, nas variáveis área colhida e quantidade produzida. Se excluirmos outras culturas e variáveis dentro da produção agrícola de Mata.

⁶³ No caso, conjunto de videiras.

Das seis culturas apresentadas na tabela 13, as únicas que não reduziram sua área no censo 2017, com relação ao censo de 2006, foram as culturas do arroz e da soja em grão. A cultura de arroz mostra um aumento constante a cada censo, tanto em área colhida como em produtividade, fato que confirma sua consolidação no município desde os inícios da ocupação de seu território, conforme o estudo de Hartmann (2016, p. 39):

[...] foi determinante para que a paisagem da várzea começasse a ser alterada, culminando nas configurações atuais. Isso somente foi possível porque Doíto optou, na época, por arrendar as terras da várzea para terceiros, oriundos de famílias que estavam chegando na região, trazidas pelo processo de imigração europeia ocorrido no Rio Grande do Sul. Da opção de Doíto em receber a várzea, tem início o processo de ocupação com arroz irrigado, que deve estar entre a década de 20, do século XX, como marco temporal do início do cultivo.

Destacamos o aumento de setenta e cinco por cento (74,67%) na produção de arroz, em 2017, com relação ao primeiro censo analisado (1970), enquanto que a área colhida aumentou em quarenta e dois por cento (41,18%). No entanto, cinquenta e cinco por cento (55%) do total de área colhida no município, no ano de 2017, foram destinadas ao cultivo de soja. Um incremento de quatrocentos e trinta e oito por cento (437,55%), o equivalente a três mil novecentos e trinta e oito hectares (3938ha), com relação ao censo de 2006.

A cultura de fumo oscilou entre os censos, tanto em área colhida como em produtividade, com aumento entre os censos de 1970 e 2006 e redução no período entre os censos 2006 e 2017, de área colhida em trinta e um por cento (-31,91%) e na produção reduziu em quarenta e sete por cento (-47,45%). Chama a atenção essa redução no cultivo de fumo⁶⁴, pois é uma atividade predominantemente da AF. Oscilação semelhante se observa na cultura do milho em grão, pois a cada censo alterna entre redução e aumento de área colhida, sendo que reduziu quarenta e três por cento (-43%) entre 1970 e 2017 e aumentou a produção em oitenta e oito por cento (87,94%), no mesmo período. Portanto, a cultura do milho aumentou o rendimento, mesmo que tenha reduzido sua área. Fato que pode ser atribuído ao

⁶⁴ Na pesquisa como recenseadora para coleta de dados ao Censo Agro 2017, vários estabelecimentos declararam haver deixado o fumo, por dois motivos: os produtores mais idosos, porque estão aposentados e cansados, sem sucessor da propriedade. Sendo que produtores mais jovens, optam pelo cultivo de soja e pecuária de corte.

aumento do uso de sementes de milho transgênico⁶⁵, capaz de controlar a lagarta da espiga. Em 1970, o rendimento era de pouco mais de uma tonelada por hectare (1,02T/ha), passando para cerca de duas e meia (2,4T/ha) em 2006 e de mais de três toneladas (3,38T/ha) em 2017.

Assim como grande parte da variedade de culturas produzidas no município, a cana de açúcar e o feijão perderam espaço nas unidades produtiva, apesar de sua importância para a agricultura familiar, reduziram área, enquanto a cultura da soja aumentou sua área. Ambas culturas, atualmente, são produzidas para autoconsumo e vendidas em duas feiras e de porta em porta (via oferecimento nas redes sociais), de forma informal. O feijão in natura e os processados da cana: melado e açúcar mascavo. Existe agroindústria familiar para a produção de cachaça (alambiques) e um mercado de venda deste produto.

Tabela 13 - Principais culturas da lavoura temporária, área colhida em hectares e quantidade produzida (toneladas), Censos 1970 a 2017.

| Ano do Censo | Arroz em casca | | Cana-de-açúcar | | Feijão preto | | Fumo | | Milho em grão | | Soja em grão | |
|--------------------|----------------|-------|----------------|------|--------------|-----|------|------|---------------|------|--------------|-------|
| | Ha | T | Ha | T | Ha | T | Ha | T | Ha | T | Ha | T |
| 1970 | 1069 | 3371 | 10 | 98 | 1090 | 833 | - | 222 | 1992 | 2040 | 566 | 534 |
| 1980 | 1026 | 3525 | 75 | 988 | 710 | 287 | 135 | 144 | 2229 | 2003 | 4611 | 5134 |
| 1995-6 | 1489 | 8225 | 122 | 2489 | 460 | 191 | 384 | 452 | 1606 | 2567 | 636 | 694 |
| 2006 ⁶⁶ | 1600 | 9600 | 100 | 2475 | 400 | 360 | 1200 | 2160 | 2500 | 6000 | 900 | 3286 |
| 2017 | 1849 | 13312 | 86 | 2196 | 49 | 48 | 829 | 1218 | 1135 | 3834 | 4838 | 14851 |

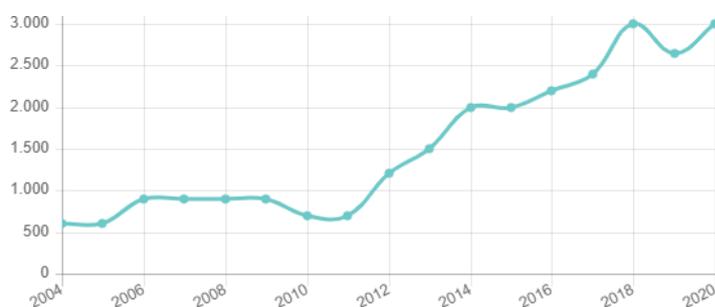
Fonte: IBGE Censos agropecuários de 1970, 1980, 1995, 2006 e 2017. Arranjo próprio 2021

O seguinte gráfico foi inserido com a intenção de ilustrar a evolução da cultura da soja em grão sobre a área colhida, nos últimos anos, com um crescimento acelerado e contínuo, a partir de 2011, e redução no ano de 2019, para voltar a subir em 2020.

⁶⁵De 2016 a 2019, aumentou de 10% a 65% o uso de milho transgênico, entre os associados. Segundo entrevista realizada em agosto 2019, com presidente do STR do município.

⁶⁶ Esses dados não foram encontrados no Censo Agro 2006, mas na Produção Agrícola Municipal, disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mata/pesquisa>> Última vez consultada dia 28/01/2021.

Gráfico 1 - Série histórica Soja em Grão – área colhida em hectares variação anual (2004-2020)⁶⁷



Fonte: IBGE/Cidades Mata RS.

Com a intenção de encerrar este subtítulo, que trata da utilização das terras para lavouras, apresentamos os dados do Censo Agro 2017, referentes aos principais cultivos da lavoura temporária (arroz, cana de açúcar, feijão, fumo, milho e soja), na tipologia agricultura familiar e as seguintes variáveis: número de estabelecimentos, produção em toneladas e área colhida.

Segundo mostram os dados contidos na tabela 14, a agricultura familiar detém mais de noventa por cento dos estabelecimentos que cultivam cana, feijão, fumo e milho. Sendo o fumo a cultura mais empregada nos estabelecimentos familiares (95,75%). Enquanto esse número se reduz a menos de sessenta por cento para as culturas de arroz e soja.

No que se refere à variável quantidade produzida no município, a unidade de produção familiar é responsável por noventa e seis por cento (96,02%) da produção de fumo e por dez por cento (9,74%) da produção de soja. No que diz respeito à área colhida para a agricultura familiar: cana, feijão, fumo e milho ocupam mais de oitenta e oito por cento da área destinada a cada uma dessas culturas enquanto que arroz ocupa quinze por cento (15,4%) e soja dez por cento (10,38%).

⁶⁷ Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mata/pesquisa/>> Acesso em março 2021.

Tabela 14 - Agricultura familiar – principais cultivos de lavoura temporária MATA RS – Censo 2017⁶⁸

| Variáveis selecionadas | Agricultura familiar | Não familiar | % Ag.Familiar |
|--------------------------|----------------------|--------------|---------------|
| Arroz em casca | | | |
| Estabelecimentos | 15 | 11 | 57,7 |
| Quantidade produzida (T) | 1807 | 11505 | 13,6 |
| Área colhida (ha) | 285 | 1565 | 15,4 |
| Cana de açúcar | | | |
| Estabelecimentos | 87 | 6 | 93,55 |
| Quantidade produzida (T) | 1841 | 355 | 83,83 |
| Área colhida (ha) | 76 | 10 | 88,37 |
| Feijão preto | | | |
| Estabelecimentos | 155 | 15 | 91,18 |
| Quantidade produzida (T) | 44 | 4 | 91,67 |
| Área colhida (ha) | 44 | 5 | 89,8 |
| Fumo | | | |
| Estabelecimentos | 293 | 13 | 95,75 |
| Quantidade produzida (T) | 1760 | 73 | 96,02 |
| Área colhida (ha) | 790 | 39 | 95,3 |
| Milho em grão | | | |
| Estabelecimentos | 418 | 38 | 91,7 |
| Quantidade produzida (T) | 3338 | 496 | 87,06 |
| Área colhida (ha) | 1011 | 124 | 89,07 |
| Soja em Grão | | | |
| Estabelecimentos | 36 | 28 | 56,25 |
| Quantidade produzida (T) | 1446 | 13404 | 9,74 |
| Área colhida (ha) | 502 | 4336 | 10,38 |

Fonte: IBGE Censo agropecuário 2017. Arranjo próprio 2021

2.3.1.6 Distribuição da área e número de estabelecimentos, segundo a utilização das terras para pastagens⁶⁹ e efetivo de rebanho – pecuária.

Segundo os dados mostrados na tabela 15, para as pastagens naturais, não houve variação relevante em número de estabelecimentos, desde o censo 1970 até 2017 (redução de 5,45%). Mas, a variação em hectares aumentou em quarenta e um por cento (40,68%) para o mesmo período. Não obstante, no que se refere às

⁶⁸ CENSO AGRO 2017. Disponível em:

<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html> consultado em 14/03/2021

⁶⁹ Pastagem natural (campo natural, faxinal e outros) – corresponde à área de pasto não plantado, mesmo que tivesse sido objeto de limpeza, utilizada ou destinada ao pastejo dos animais existentes no estabelecimento. Pastagem plantada em boas condições de uso (incluída a pastagem que estava em processo de recuperação) – corresponde à área plantada ou em preparo para o plantio de espécies vegetais, destinada ao pastejo dos animais existentes no estabelecimento IBGE Censo 2017, resultados definitivos. (p. 18)

pastagens plantadas, houve incremento significativo: aumento de duzentos e setenta e nove por cento (279%) no número de estabelecimentos e de mil novecentos e vinte por cento (1920%) na área de pastagens plantadas.

Tabela 15 - Pastagens Naturais e Plantadas – Evolução no número de estabelecimentos e na área em hectares. Censos 1970-2017.

| Ano do censo | pastagens | | | |
|--------------|-----------|----------|-----------|----------|
| | Naturais | | plantadas | |
| | Número | Hectares | Número | Hectares |
| 1970 | 696 | 11805 | 24 | 54 |
| 1980 | 712 | 12.559 | 53 | 309 |
| 1995-6 | 697 | 15.276 | 79 | 424 |
| 2006 | 637 | 12983 | 27 | 363 |
| 2017 | 658 | 12287 | 91 | 1091 |

Fonte: IBGE Censos agropecuários de 1970, 1980, 1995, 2006 e 2017.

Referindo-se à utilização de terras como pastagens, apresenta-se, na tabela 16, dados relativos aos tipos de agricultura: familiar e não familiar, segundo as variáveis número de estabelecimentos e área em hectares, entre os dois últimos censos analisados (2006 e 2017). O número de estabelecimentos, na agricultura familiar reduziu em menos de dois por cento (-1,57%), com relação às pastagens naturais, enquanto que nas plantadas, esse número aumentou em duzentos e quatorze por cento (214%). Para a tipologia Não-familiar, o número aumentou em quarenta e sete por cento (47%) nas pastagens naturais e em trezentos e dezessete por cento (316,66%) nas plantadas.

Nesse sentido, a área de pastagens naturais, utilizada pela agricultura familiar, reduziu o equivalente a quarenta e um por cento (-40,62%). Aumentando em quatrocentos e cinquenta e um por cento (451%) a área de pastagens plantadas. Enquanto na Agricultura Não-familiar, a área de pastagens naturais aumentou em cinquenta e três por cento (52,6%) e a área de pastagens plantadas aumentou em cento e onze por cento (111%).

Tabela 16 – Utilização das terras como pastagens naturais e plantadas. Tipologia Agricultura Familiar e Não-Familiar. Censos 2006 e 2017.

| Censo e Tipo de Agricultura | Pastagens | | | |
|-----------------------------|----------------------------|-----------|------------------|-----------|
| | Número de estabelecimentos | | Área em hectares | |
| | Naturais | Plantadas | Naturais | Plantadas |
| 2006 | 637 | 27 | 12983 | 351 |
| Familiar | 573 | 21 | 8072 | 138 |
| Não Familiar | 64 | 06 | 4911 | 213 |
| 2017 | 658 | 91 | 12287 | 1091 |
| Familiar | 564 | 66 | 4793 | 641 |
| Não Familiar | 94 | 25 | 7494 | 450 |

Fonte: IBGE censos agropecuários 2006 e 2017.

Sobre o exposto anteriormente, os dados apresentados em seguida se referem aos principais rebanhos presentes no município: bovinos, ovinos e suínos. Como se pode observar na tabela 17, rebanho bovino reduziu em 2006, mas foi o único que voltou a aumentar em 2017. Quanto a ovinos e suínos, houve redução progressiva a cada censo.

Tabela 17 – Efetivo de rebanhos principais: bovinos, ovinos e suínos. Variação em números relativos entre os censos 1970 -2017.

| Censo | Pecuária (efetivo de cabeças) | | | | | |
|--------|-------------------------------|-----------------------------|--------|---------------|--------|---------------|
| | Bovinos | | Ovinos | | Suínos | |
| | N. | Variação ⁷⁰ em % | N. | Variação em % | N. | Variação em % |
| 1970 | 12191 | - | 1173 | - | 6548 | - |
| 1980 | 17642 | 44,7 | 2301 | - | 6356 | -3 |
| 1995-6 | 18798 | 6,5 | 2804 | - | 4603 | -27,6 |
| 2006 | 17293 | -8 | 1601 | - | 3686 | -10 |
| 2017 | 18350 | 6 | 1551 | - | 2309 | -7,3 |

Fonte: IBGE Censos agropecuários de 1970, 1980, 1995, 2006 e 2017

O rebanho de galináceos, bem como a produção e venda de porta em porta, de ovos, assim como a criação de outras aves, é expressiva no município, pela tradição em cada unidade de produção familiar, possuir suas aves para consumo.

De acordo com esses dados (tabela 18), pode-se verificar que, em termos percentuais, a participação da agricultura familiar é mais forte na suinocultura e na avicultura, porém, em números absolutos, a maior quantidade de rebanho é de aves

⁷⁰ Variação com relação ao censo anterior.

e bovinos, a qual detém mais da metade do efetivo nos quatro tipos de rebanho. Os dados revelam a diversificação na produção familiar.

Tabela 18- Participação da AF nos principais rebanhos, número de cabeças: aves, bovinos, ovinos e suínos. Percentual com relação ao total. Censo Agro 2017.

| Tipo de rebanho | Número de cabeças total (A) | Número agricultura familiar (B) | B/A*100 (%) |
|-----------------|-----------------------------|---------------------------------|-------------|
| Aves | 25000 | 21000 | 84 |
| Bovinos | 18350 | 10899 | 59 |
| Ovinos | 1551 | 1209 | 78 |
| Suínos | 2309 | 1995 | 86 |

Fonte: IBGE Censo 2017

2.3.2 Perfil do produtor responsável pelo estabelecimento, com respeito à idade, raça e associação.

2.3.2.1 Dados relativos à faixa de idade do produtor - Mata RS - Censos 2006 e 2017 e população municipal.

Começamos por analisar alguns dados relativos ao perfil do produtor na variável faixa de idade, como se pode observar na tabela 19. Nos censos agropecuários de 2006 e 2017 pode-se analisar a classe de idade do produtor responsável pelo estabelecimento agropecuário, já que nos outros censos não foi encontrada essa variável. Em ambos os censos, a maior porcentagem de produtores responsáveis pelos estabelecimentos se encontra nas idades entre 35 a menos de 65 anos, somando 64,55%, no censo de 2006, e 63,93%, no censo de 2017, com uma leve oscilação de 0,62% a favor do censo anterior.

A faixa de idade de 45 a menos de 55 anos foi a única em que aumentou a porcentagem de um censo para outro, variando positivamente em 3,91 pontos percentuais. Em 2006, eram cento e setenta e três (173) produtores nesta faixa de idade, enquanto em 2017, foram registrados cento e oitenta e nove. Por outro lado, os produtores com menos de 35 anos totalizavam 15,67%, em 2006, e em 2017, no entanto, eram somente 8,72%. Uma queda de quase sete pontos percentuais. Em números absolutos, pode-se observar essa queda abrupta: enquanto no censo de 2017 eram sessenta e sete produtores, no censo anterior somavam cento e trinta e um.

Tabela 19: Faixa de idade do produtor e número de estabelecimentos Censos 2006-2017.

| Faixa de idade | 2006 | | 2017 | |
|--------------------------|------|-------|------|-------|
| | Abs. | % | Abs. | % |
| Menos de 25 anos | 21 | 2,51 | 03 | 0,39 |
| De 25 a menos de 35 anos | 110 | 13,16 | 64 | 8,33 |
| De 35 a menos de 45 anos | 184 | 22,01 | 134 | 17,44 |
| De 45 a menos de 55 anos | 173 | 20,69 | 189 | 24,6 |
| De 55 a menos de 65 anos | 183 | 21,89 | 168 | 21,87 |
| De 65 a menos de 75 anos | 165 | 19,74 | 136 | 17,7 |
| De 75 anos e mais | - | - | 74 | 9,63 |

Fonte: IBGE -Censos Agro 2006 e 2017. Arranjo Piber, 2021.

Uma nova classificação surge no último censo: de 75 anos e mais que, com a soma dos produtores com 65 anos e mais, totalizam 27,33%. Houve aumento significativo no número de produtores com 65 anos e mais, com relação ao censo anterior, que apresentava para essa faixa de idade 19,74%.

Como censos anteriores não mostraram dados com relação à idade do produtor, não podemos avaliar desde quando existe essa tendência. Mas podemos comparar com censos demográficos dos anos 1970 a 2010, através da tabela 20, que mostra os resultados da população urbana e rural do município. Enquanto a população total do município sofreu redução, a população urbana cresceu, em detrimento da população rural, que enfrenta um processo de decréscimo paulatino. Essa tendência está presente nas estimativas para o próximo censo demográfico⁷¹.

Tabela 20– População Município de Mata RS Censos Demográficos 1970 a 2010.

| Ano do censo | Total | População urbana | % | População rural | % |
|--------------|-------|------------------|-------|-----------------|-------|
| 1970 | 7347 | 1613 | 21,95 | 5734 | 78,05 |
| 1980 | 6166 | 2079 | 33,71 | 4087 | 66,28 |
| 1991 | 5578 | 2199 | 39,42 | 3379 | 60,58 |
| 2000 | 5575 | 2526 | 45,31 | 3049 | 54,69 |
| 2010 | 5111 | 2618 | 51,22 | 2493 | 48,78 |

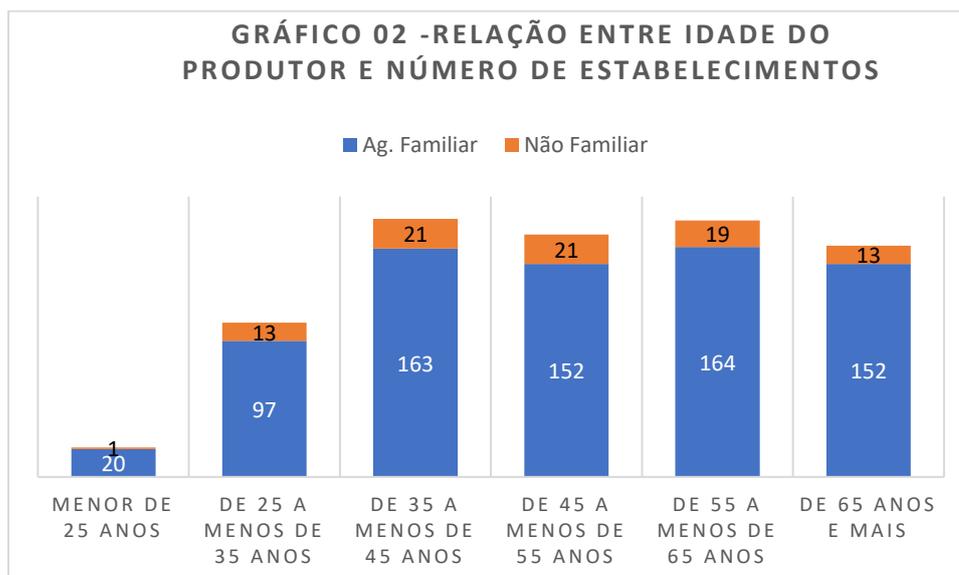
Fonte: IBGE Arranjo Piber, 2021.

⁷¹A população estimada do município para 2021 é de 4.760 habitantes, segundo o site <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mata/panorama>> consultado em outubro/2021.

Com a intenção de distinguir as unidades de produção familiar e estabelecer relações entre censos e tipos de agricultura, apresentamos três gráficos, dois referentes ao censo 2006 e um ao censo 2017, que mostram as variáveis número de estabelecimentos e idade do produtor responsável do estabelecimento, tanto na agricultura familiar como não familiar.

No gráfico 02, que se refere ao censo 2006, pode-se observar que em todas as faixas de idade, a agricultura familiar supera a agricultura não familiar em número de produtores responsável pelos estabelecimentos. Poderia se dizer que isto tem lógica, porque o total geral para a Agricultura familiar é de setecentos e quarenta e oito (748) estabelecimentos, enquanto o número total de estabelecimentos da agricultura não familiar é de oitenta e oito (88). Porém, há um detalhe curioso, o número de estabelecimentos na agricultura não familiar é treze, tanto para a faixa de idade de 25 a menos de 35 anos como para a faixa de 65 anos e mais. Sem embargo, o número de estabelecimentos na agricultura familiar para a faixa de 65 anos e mais é superior ao número da faixa de 25 a menos de 35 anos. E coincide em número com a faixa de 45 e menos de 55 anos, ambas com cento e cinquenta e dois estabelecimentos.

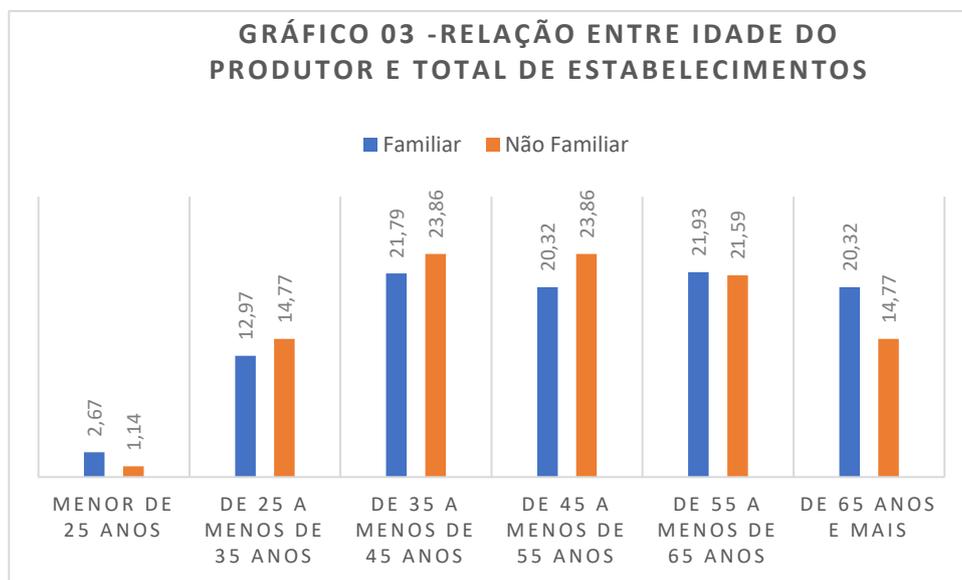
Gráfico 2 – Relação entre idade do produtor e número de estabelecimentos – Censo 2006



Fonte IBGE Censo agropecuário 2006. Arranjo Piber, 2021

No que se refere ao gráfico 03, respeitando a proporção sobre o total dos dois tipos de unidade produtiva, a maior porcentagem de produtores responsáveis pelos estabelecimentos, na agricultura não familiar, se encontra na faixa etária entre 25 a menos de 55 anos, com 62,41%. Já na agricultura familiar, a maior porcentagem de produtores está na faixa de idade de 55 anos e mais, com uma porcentagem de 42,25%.

Gráfico 3 - Relação entre idade do produtor e total de estabelecimentos (%)

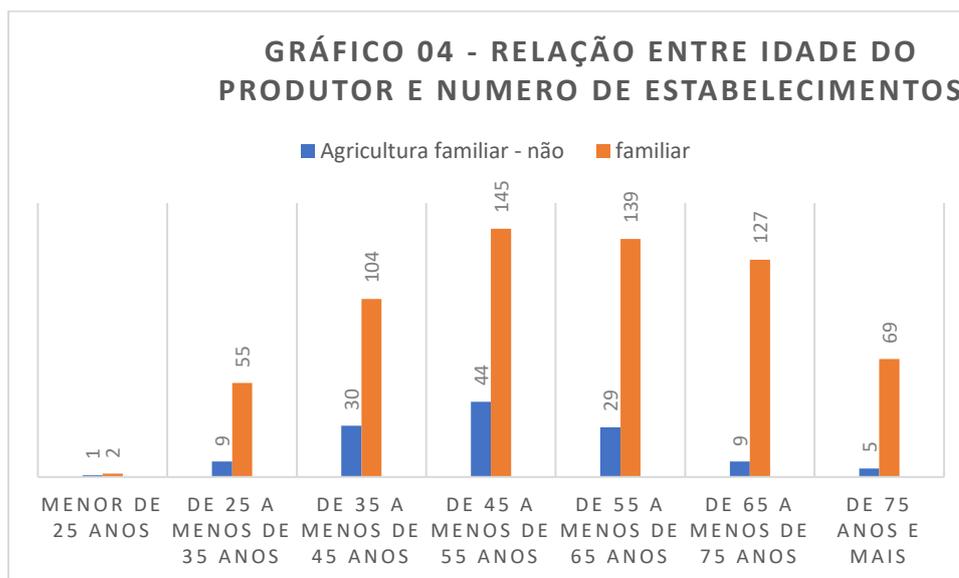


Fonte IBGE Censo Agropecuário 2006. Arranjo Piber, 2021

Queremos ressaltar, no Gráfico 04, algumas semelhanças e algumas diferenças nas faixas de idade da agricultura familiar, com relação ao censo de 2006. Desta vez, a idade predominante na agricultura familiar corresponde às faixas de 45 a menos de 65 anos. No entanto, a população rural segue a tendência ao envelhecimento, pois há um total de cento e noventa e seis estabelecimentos chefiados por um produtor com 65 anos e mais, única faixa etária que teve um incremento, sendo que todas as demais sofreram uma redução no número de produtores responsáveis por um estabelecimento familiar. O dado mais chamativo é o que se refere à faixa de menos de 25 anos, pois no censo de 2006, havia vinte estabelecimentos dirigidos por uma pessoa extremamente jovem, enquanto no censo de 2017, há somente dois. No bloco de idades menos de 25 a menos de 45

anos, o último censo registrou cento e sessenta e um estabelecimentos, uma redução de cento e dezenove, com relação ao censo de 2006, que tinha duzentos e oitenta estabelecimentos sob a responsabilidade de um produtor menor de 45 anos.

Gráfico 4 - Relação entre idade do produtor e número de estabelecimentos. Censo 2017



Fonte IBGE Censo Agropecuário 2017. Arranjo Piber, 2021.

2.3.2.2 *Condição do produtor com respeito à cor ou raça. Número de estabelecimentos e porcentagem. Censo Agro 2017.*

Este subtítulo, confirma, de certa forma, algumas reflexões trazidas por este trabalho em outras seções: o município é resultado de miscigenação entre diversos povos e raças, aqui habitavam povos indígenas, reunidos por missionários jesuítas na redução de São Tomé, que foi destruída com a expulsão dos Jesuítas, no entanto alguns indígenas se mudaram para zona de floresta. Logo, se iniciou a chegada de luso-brasileiros (militares e suas famílias), para resguardar e ocupar e produzir, quem adquiriram, através do sistema de doação de sesmarias, terras de fazenda, no bioma Pampa. Junto com esses proprietários de fazendas, foram trazidos povos de origem africana escravizados e, mais tarde, com a intenção de “branquear o mato” e ocupar o espaço do bioma Mata Atlântica, vieram imigrantes e descendentes de

povos germânicos e italianos, que compraram em torno a 25 hectares de terras por família.

Os dados da tabela 21 revelam que em noventa e cinco por cento dos estabelecimentos o produtor se declarou branco, em contrapartida, pouco mais de um por cento se declarou negro. A somatória de negros e pardos totaliza menos de cinco por cento (4,69%). Destacamos que em um estabelecimento, o produtor se autodeclarou indígena.

Tabela 21 – Condição do produtor com relação a cor ou raça. Número de estabelecimentos – 2017.

| Censo | Total Estab. | Raça declarada | | | | | | | |
|-------|--------------|----------------|-------|-------|------|-------|------|----------|------|
| | | Branca | | Negra | | Parda | | Indígena | |
| | | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % | Abs. | % |
| 2017 | 768 | 731 | 95,18 | 09 | 1,17 | 27 | 3,52 | 1 | 0,13 |

Fonte: IBGE/SIDRA. Arranjo próprio, 2021.

Para concluir este capítulo, relativo à análise dos dados das tabelas dos censos agropecuários, destacam-se algumas variantes produtivas, que informam sobre algumas características relevantes da agricultura familiar no município de Mata e configuraram a realidade de sua base econômica: a produção agropecuária e suas principais culturas: arroz, cana de açúcar, feijão, fumo, milho e soja, e a variação de área destinada a esses produtos, bem como o efetivo dos principais rebanhos: bovinos, suínos e galináceos e utilização de terras de pastagens. Apresentam-se, também, algumas reflexões sobre o perfil dos produtores, nos quesitos: idade, raça e condição do produtor em relação às terras.

Apesar de observar a evolução da produção do município a partir do Censo Agropecuário de 1970⁷², é nos censos de 2006 e 2017 que a análise enfatiza a tipologia Agricultura Familiar. Ao comparar e estabelecer relações entre os dois últimos censos agropecuários, encontramos dados reveladores, que aportam informações para a análise aqui pretendida: feijão e fumo perderam área nas últimas décadas, enquanto a soja ganhou espaço e produtividade. Um dado que queremos destacar, se refere ao aumento significativo da área colhida de soja. Em 2006, foram

⁷²Esse corte temporal foi motivado pela data de criação do Município. Portanto, o primeiro Censo agropecuário quando Mata já havia se tornado um município gaúcho, é o Censo de 1970.

900 hectares de área colhida, enquanto em 2017, foram 4.838 hectares⁷³. O que confirma a tendência analisada por Moraes (2009) e lhe acrescenta um novo viés, uma vez que se constatou aumento na produção de soja também entre agricultores familiares, como forma de agregar renda à sua unidade produtiva.

As lavouras de soja vêm se expandindo desde 2005, especialmente, nas áreas de campo de Mata, pressionando as áreas até então destinadas à pecuária, ocasionando substituição de campos nativos⁷⁴ pela cultura da soja (p. 133).

Enfim, a forma de ocupação, com suas variáveis população, raça e distribuição agrária-fundiária, determinou o espaço em que hoje se define o Município de Mata, bem como sua economia. Ocorreram mudanças durante o processo histórico, mas a estrutura permaneceu quase inalterada: os descendentes de luso-brasileiros, em sua maioria, são arroteiros e produtores de pecuária bovina e soja, em fazendas com as maiores áreas. Os descendentes de imigrantes, conhecidos como colonos, agricultores familiares, conservam em média menos de 50 hectares. Enquanto que os agricultores, descendentes de povos indígenas e africanos, são minoria e possuem menos hectares⁷⁵. Suas lavouras são diversificadas, mas especialmente produzem fumo e milho. Essas características possuem similitudes com as características dos dirigentes dos NAFs entrevistados, o que se justifica pelo fato dos núcleos existirem como parte das relações estabelecidas pelas unidades de produção familiar pertencentes aos aglomerados rurais e se constituírem como representantes destas unidades junto às instituições municipais.

Com respeito à análise dos dados relativos ao perfil do produtor responsável pela unidade de produção familiar, na variável idade, há relação entre o surgimento de setenta e quatro produtores com 75 anos e mais, e a diminuição no número de produtores com menos de 35 anos (ver tabela 19). Constata-se o envelhecimento da população rural, mais na agricultura familiar e menos na agricultura não familiar, apesar de que a segunda maior porcentagem de produtores familiares se encontre

⁷³ Disponível em <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura> Acesso em 14/03/2021.

⁷⁴ Bioma Pampa.

⁷⁵ Como recenseadora, Censo Agro 2017, estive na propriedade realizando a coleta de dados na unidade de produção que se declarou indígena. E também comprovei que a maior parte dos estabelecimentos de descendentes de povos africanos, possuíam até 5 hectares, alguns arrendatários ou parceiros. Outros morando entre a estrada e o curso de água.

na faixa de 35 a menos de 45 anos e os produtores familiares também superem em proporção os não familiares, na faixa etária de menos de 25 anos. Ainda assim, a idade produtiva, que compreende as faixas de 25 a menos de 55 anos, proporcionalmente, é inferior na agricultura familiar.

Esses dados mostram que em cerca de dez anos, houve um acentuado envelhecimento⁷⁶ do produtor responsável pela unidade produtiva e uma grande preocupação: a falta de perspectiva de sucessão rural, conforme Mello (2006), “os jovens, especialmente as moças, preferem a vida urbana, os horários fixos e as rendas regulares do trabalho assalariado, a desenvolver atividades agrícolas que lhes parecem mal remuneradas e penosas” (p. 2).

Nesse aspecto, salienta-se que no estudo realizado por Piccolotto e Marin (2018), foram apontados alguns fatores que determinam a não permanência dos jovens rurais no campo: falta de acesso à terra, pois jovens assentados não foram contemplados com lotes, por não serem beneficiários de programas de reforma agrária. “Os jovens entrevistados não participam de movimentos sociais de luta pela terra” (p. 72). Para os autores, ao enfrentarem constrangimentos e restrições burocráticas, como por exemplo o pouco acesso aos créditos fundiários, os jovens optam por migrar para os centros urbanos. Outros fatores são: os altos custos de produção e baixos preços pagos pelos produtos agrícolas, a falta de mercado para a venda, pois os comércios locais preferem trazer produtos forâneos, produzidos por redes agroindustriais, do que comprar dos produtores familiares. As dificuldades para introduzir novos cultivos e produção alternativa, com respeito às tradicionais, e de abertura de novas relações mercantis (p. 83).

Outros fatores relevantes para a juventude rural considerar abandonar o campo, são: a falta de autonomia na gestão da propriedade e a falta de perspectivas de vida, estudo e trabalho nos municípios rurais. Se, por um lado, as relações familiares ainda se baseiam na hierarquização e autoridade dos pais, situação em que os jovens não se sentem estimulados a construir seu próprio futuro com autonomia; por outro lado, os municípios pequenos apresentam poucas possibilidades de crescimento técnico e profissional, estimulando um sentimento de impotência e estagnação. Enfim, esta falta de alternativas dificulta vislumbrar um

⁷⁶ IPEA, texto para discussão 621: Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização do Brasil, panorama dos últimos 50 anos. Ana Amélia Camarano e Ricardo Abramovay, Rio de Janeiro, 1999

futuro de mudança social e inviabiliza a construção de projetos de vida locais (PICCOLLOTTO E MARIN, 2018, p. 85).

3 CAPÍTULO II – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E REPRESENTAÇÃO CLASSISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR EM MATA

“A imagem que herdamos do homem do campo é uma versão construída pelos vencedores no processo histórico.”

A afirmação acima pertence a Medeiros (1989) que, logo na introdução de uma de suas reconhecidas obras⁷⁷, qualifica como um enorme desafio imposto a quem empreende pelas veredas do resgate histórico das lutas dos trabalhadores rurais. Segundo a autora, para o ano de sua obra, existiam poucos registros, confusos e desordenados, no que se refere a essa trajetória de lutas e movimentos. A condição de exploração e exclusão a que são submetidos, dificulta a “preservação de sua memória social”. Mais adiante, a autora atribui à versão histórica difundida pelos dominantes, a responsabilidade causal sobre o pensamento coletivo de que o “homem do campo” seria passivo, submisso e incapaz de formular e lutar por seus interesses, o que ela chama de mecanismo desqualificador:

Esse mecanismo desqualificador atinge, por vezes, o próprio cerne da ação política do trabalhador. Suas vitórias nas lutas miúdas, as conquistas sociais, lhes aparecem como dádivas do Estado ou do patrão e não como produto de sua luta. (p. 13)

Outrossim, com a certeza de que fazemos parte desta história, o mecanismo que desqualifica de forma proposital, pode ser um estigma perpetuado através do tempo e legitimado nas atitudes de diversos atores e instituições, inclusive internalizado pelos próprios agricultores familiares. Desse modo, Medeiros se questiona sobre a necessidade de seguir investigando o tema do campesinato brasileiro e seu protagonismo no processo de construção da realidade rural que conhecemos hoje: resgatar suas vozes e seus silêncios, compreendê-los e trazê-los à luz, é um dever moral.⁷⁸

Nesse sentido, com respeito às expectativas de desenvolvimento rural sustentável, se escuta em diferentes depoimentos que Mata ‘foi sepultada sob uma

⁷⁷ MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989, 216p

⁷⁸Fala de fechamento da III atividade virtual do GT “Violência e repressão no campo: direitos de organização e direitos de resistência”, Live 24/02/2021. YouTube/RedesdeEstudosRuraisOficial.

grande pedra', que não tem solução porque um 'sacerdote lhe rogou uma praga'. Ou ainda, que o problema de Mata é sua política conservadora e clientelista. Segundo opinião de um agricultor e líder comunitário (ENTREVISTA, 2019), o enfraquecimento das comunidades rurais e das lutas organizadas, muitas vezes ancorada numa atitude de apadrinhamento e dependência político-partidária, favoreceu uma forma individualista de cada produtor rural resolver seus assuntos. No entanto, essa pesquisa almeja enriquecer a discussão e elaborar algumas considerações sobre as características da organização e do trabalho cooperado nos aglomerados rurais do Município de Mata.

Este capítulo trata de descrever e analisar aspectos relacionados a algumas experiências organizativas do coletivo rural no Município, desde suas origens até os dias atuais. Para isso, apresenta uma reflexão sobre as características culturais da população rural de Mata e algumas experiências de associação. A segunda seção está dedicada a uma reflexão sobre duas instituições locais, que tiveram papel fundamental tanto na configuração das unidades produtivas familiares como na conformação e no processo histórico dos Núcleos de Agricultores. São: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata (STR) e o Escritório da Emater- Ascar/RS.

Acrescenta-se uma breve reflexão sobre a presença da Administração Municipal de Mata junto aos NAFs, refletida nas atas das reuniões e nas falas dos entrevistados, ao contextualizar o que se tornou o cerne da dissertação, ou seja, o estudo dos Núcleos de Agricultores. Depois de um recorrido sobre alguns autores, que contextualizam os movimentos rurais e a representação política no campo, com o intuito de ubicar a instituição dos NAFs num espaço sócio-político mais amplo, a última seção deste segundo capítulo apresenta o Programa de Patrulha Agrícola, como uma conquista da parceria entre a administração municipal e os NAFs. e trata de responder à indagação planteada no início do presente estudo, ao elaborar uma discussão sobre o papel que exerceram ao longo do tempo: O que os Núcleos de Agricultores trazem de positivo para a Agricultura Familiar do Município?

3.1 PROCESSO ORGANIZATIVO DA AF EM MATA - CARACTERÍSTICAS E EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA NO RURAL.

O processo organizativo da agricultura familiar em Mata tem como um de seus pilares as características socioculturais dos imigrantes, que povoaram e

fundaram as comunidades rurais. Existe consenso sobre as colônias de origem germânicas terem favorecido a inserção de novos cultivos e técnicas de uso do solo. No entanto, sua maior influência ocorreu sobre a consolidação de um formato de organização comunitária e de agricultura de base familiar desconhecidos ou ainda incipientes na região. (FROEHLICH et al, 2008, p. 161). Uma destas características, a organização do espaço a partir da abertura de picadas, pode-se identificar rapidamente, ao observar-se a paisagem dos aglomerados rurais de Mata, onde as casas foram distribuídas ao longo das estradas. Como se a estrada fosse a linha que, ao mesmo tempo, protegesse e fragilizasse cada uma das unidades familiares, revelando a necessidade intrínseca de, ao diferenciar e unir, estabelecer relações de pertencimento e reciprocidade. Relly (2013), em seu estudo sobre as picadas teuto-brasileiras, destaca a presença de capital social e de espírito comunitário nas comunidades organizadas ao longo desses caminhos. O autor alega que estas características são herança da forma em que viviam na Europa, quando a gestão das terras comunais regia-se pelo princípio da autonomia e as instituições coletivas e participativas, de origem feudal, regulavam o regime fundiário.

Como resultado desse processo e amparados em antigas e sedimentadas tradições culturais, os teuto-brasileiros fundaram um regime social baseado no modelo da picada, local de estratégias cooperativas, de obrigações comunitárias e de exercício e recriação do capital social. (p. 5)

Essa lógica de reciprocidade é distinta ao capitalismo, que se baseia na competição entre sujeitos distintos e na dominação de uns sobre outros, lógica do acúmulo de capital econômico-financeiro, que estratifica e privilegia um setor minoritário, em detrimento da maioria. Espaço social sustentado por “ricos cada vez mais ricos às custas de pobres cada vez mais pobres” (CELAM, 1979). No entanto, para o produtor, o espaço rural é “terra de morar e trabalhar”, segundo Wanderley (2002) é a maneira de garantir o pertencimento a uma sociedade local. Aqui por um lado, ressalta-se, a importância da vizinhança e dos grupos cuja integração se alimenta da proximidade e, por outro lado, se estabelece a marca da ruralidade do projeto de vida, distinta do que se pode viver nas cidades, onde morar e trabalhar são vistos como dissociados. (p. 3265)

Outra característica que merece destaque é a organização fundada na religião. Segundo Malfatti (2006), a cultura fundada na fé cristã, representada,

sobretudo, pelas Igrejas Católica e Luterana, foi determinante na configuração da forma de vida e organização dos aglomerados rurais, formadas ao redor de uma capela, um cemitério e um salão de festas e reuniões, os quais, ainda hoje, são chamados de comunidades. Segundo o autor, é a compreensão da cultura cristã que “torna possível compreender tanto as demais instituições, como a família e a escola quanto à economia implantada em Mata” (p. 15).

Nesse sentido, Favaretto (2006) e Picolotto (2011), destacaram o relevante papel das anteriormente nomeadas igrejas cristãs, no processo organizativo das colônias de imigrantes e seus descendentes e, posteriormente, o papel da Comissão Pastoral da Terra (criada em 1975), de índole Católica, junto ao processo histórico de organização, formação e capacitação da diversidade de manifestações rurais que, por diversos motivos, estiveram presentes junto aos trabalhadores e produtores rurais e deram uma forma particular e mística à grande parte dos movimentos e associações rurais.

Os movimentos sociais rurais brasileiros são nitidamente comunitaristas, marcados pela sociabilidade tipicamente rural, que se apoia num código moral tradicional, não escrito e muitas vezes místico, também construído pela necessária solidariedade na produção em cada gleba de terra (FAVARETTO, 2006, p. 324).

Por conseguinte, Castell (2006) e Saquet (2015 *apud* MANFIO e PIEROZAN (2019) conceituam identidade e territorialidade. Identidade seria um conjunto de características e experiências específicas de um povo, e a territorialidade se definiria a partir de quatro aspectos fundamentais: as relações sociais; a apropriação do espaço e sua delimitação, determinadas, em certa forma, por relações de poder; os comportamentos, sentimentos e desejos e as práticas espaço-temporais. Os autores Manfio e Pierozan (2019), com base no estudo sobre território, cultura e identidade dos colonizadores italianos, afirmam que identidade social e identidade territorial possuem uma relação intrínseca, já que “as identidades sociais e culturais remetem à criação de territorialidades e do próprio território”. Assim como os povos germânicos, os colonos italianos e seus descendentes tiveram forte influência na configuração do espaço social do Município de Mata: “quando passa a ocupar, o imigrante italiano começa a se apropriar e transformar esses espaços com práticas,

relações, modos de vida e aspectos da cultura e identidade desse grupo social” (p. 5).

A religião, expressada na organização para a construção da capela, como prioridade para fortalecer a fé e a união entre os vizinhos. Desde mesmo modo, a escola, que segundo Malfatti (2006), era considerada pelos “povoadores do município como aliada da religião e da família” (p. 21), durante longo tempo, compartilhou o mesmo espaço destinado às celebrações, pregações, festas e uniões matrimônias. Ambas foram, e continuam sendo, lugar de encontro entre as famílias, de tomada de decisões e acordos coletivos, de diversão e lazer, de festas e bailes, de casamentos e batizados, de compadrio e de estabelecimento de uma rede de relações, consideradas características camponesas que permanecem atualmente. Como forma de testemunho, acrescento aqui a fala de uma habitante da localidade São José⁷⁹, por ocasião da tormenta que destruiu o salão comunitário, no dia dezanove de outubro de 2017. O salão tem mais de cinquenta anos e pertence à comunidade, é usado para festas religiosas, cursos da Emater, reuniões do STR, do Núcleo de Agricultores e do Grupo de Mulheres. O pessoal associado (dizimista) tem direito, sem outro custo econômico, de usar o salão e as dependências para realizar atividades, como aniversários e casamentos.

Nesse sentido, a entrevistada relata que depois de se recuperarem do assombro por ver uma estrutura tão sólida ser destruída em uma noite de tormenta, pensavam o que poderiam fazer, já que tinham pouco dinheiro em caixa. No entanto, a ajuda surgiu de diferentes pessoas, lugares e instituições do município. Deixaremos aqui registrado só a última parte de todo seu relato, para confirmar que a forma organizacional fundada na comunidade cristã e na colaboração vicinal, desde os primórdios da colonização do município, está arraigada e persiste ao tempo:

Todo mundo se uniu, todo mundo ajudou. E nós conseguimos reinaugar o nosso salão aqui, depois dele estar pronto, com o Baile do Chope, que era um sonho para nós da comunidade. Só foi contratada gente para erguer as paredes, porque o pessoal aqui não tinha experiência. No começo foi meio difícil conseguir pedreiro para reerguer o salão, só conseguimos no final de novembro e o baile estava marcado para o dia treze de janeiro do seguinte ano. Para a coberta do salão, foi todo o pessoal da comunidade, tinha dias que eram vinte homens trabalhando ali em cima, na madeira, na coberta. Eu

⁷⁹Entrevista realizada em maio de 2021. Mulher, 36 anos, agricultora familiar, produtora de fumo. Ela e o esposo eram da diretoria da comunidade na época da tormenta (2017), e coube a eles assumir a direção dos trabalhos na reconstrução do salão comunitário.

fazia o almoço para eles aqui na minha casa, tinha uma família que vinha sempre ajudar. Você sabe, só de estar falando aqui, e lembrando, chega até a ser emocionante (chorou) o tanto que foi recebido de ajuda. Porque a nossa comunidade é muito querida aqui, pelo pessoal das outras comunidades. Ver nosso salão no chão e em poucos meses, ele estar ali, em pé, graças a muita gente que ajudou e estar lotado de gente naquele baile, uma noite maravilhosa, foi muito bom, e naquele ano, em 2018, a gente teve mais dois bailes e, além da festa do Sindicato, mais duas, que são as festas anuais da comunidade. Deu tudo muito certo o resto daquele ano, a gente conseguiu pagar todo o material que tinha comprado e conseguimos, além dos em torno de vinte e cinco mil reais que foi gasto no salão, mais vinte e cinco mil, de dinheiro que a gente arrecadou nestes eventos. E ainda conseguimos reformar e fazer toda a pintura da Igreja, e reformamos ela um pouco por dentro também, numas partes que estavam muito estragadas e caindo o reboco, foi reformado e pintado também. O fato de terem sido tão grandes os bailes e as festas também se deve à bondade do povo, por ter se sensibilizado com o que tinha acontecido com a nossa comunidade. Foi tudo muito bom (AGRICULTORA, 2021).

Sobre estes alicerces antigos, chamados aglomerados ou comunidades rurais, é que se formalizaram os Núcleos de Produtores, a partir de 1980. Pode-se afirmar que os núcleos aqui pesquisados têm sua origem no processo de povoamento e configuração do espaço social que existe em Mata, forjado em inúmeras experiências de organização, tentativas de superação e de reprodução social, pelo menos no que se refere à agricultura familiar da zona serrana.

Assim, pese às dificuldades para rememorar, devido à falta de estudos sobre este tema em Mata e conseqüente falta de registros, queremos abalizar duas experiências associativas que existiram no decorrer do tempo e realçam a cultura comunitária cristã presente na constituição da agricultura familiar em Mata: Cooperativa Escolar do Sertão e Associação de Produtores de São Roque (APROROQUE).

Outras experiências não são descritas neste estudo, pelos motivos elencados anteriormente, mas queremos nomeá-las, por sua importância em seu tempo, junto aos aglomerados rurais, e sua relação próxima aos núcleos de agricultores. São elas: a Cooperativa Agrícola Mista do Sertão LTDA, os Grupos de Mulheres Agricultoras, as Comissões dos Poços, as Diretorias das Capelas, o Viveiro Municipal e a Horta Comunitária.

3.1.1 Cooperativa Escolar do Sertão (CESE)⁸⁰

O aglomerado rural do Sertão é considerado o primeiro assentamento de famílias imigrantes no espaço que pertence hoje ao município de Mata, o qual foi fundado em 1888, segundo Raimann (2013), e tornou-se o quarto distrito do município de São Vicente, da Comarca de General Vargas. Inclusive, foi na localidade do Sertão por onde teve início, no ano de 1980, a constituição dos Núcleos de Agricultores Familiares (NAFs), onde se formou a maior cooperativa agrícola já existente no município⁸¹. Fato é que a organização em torno à escola e à igreja faz parte da própria essência do que se tornou a comunidade do Sertão. Inclusive, durante seis anos, entre 1885 e 1891, instalaram-se os imigrantes e em 1893, compraram uma área de terra coletiva para a futura escola, como nos relata Raimann (2013): “logo que os imigrantes alemães chegaram nesta localidade, se reuniram, formando uma associação escolar, onde havia católicos e evangélicos” (p. 9).

Nesse sentido, apesar das mudanças próprias das dinâmicas histórico-sociais, a educação de seus filhos ainda é considerada relevante para os descendentes dos primeiros habitantes dessa localidade. O que explica a permanência de uma instituição educativa através do tempo: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Sertão. Portanto, uma experiência coletiva que merece ser destacada, foi a criação da CESE, no ano de 2007, a qual se consolidou rapidamente e teve adesão dos membros da comunidade educativa e da localidade em geral, por um período pujante de dois anos (2007-2008). Cadastrada no sistema nacional de cooperativas, através do Projeto Esperança⁸², tinha diretoria, livros de registro, arquivo exclusivo na escola. Os sócios eram os alunos a partir do quinto ano escolar. Para a filiação dos alunos, pois eram menores de idade, falou-se com o conselho tutelar, e as famílias dos alunos eram membros da cooperativa, que

⁸⁰Devido à pandemia por Sars-cov-19, foi impossível coletar dados na própria escola do Sertão, mas fui informada que existem arquivos, com registros de documentos, inclusive fotos.

⁸¹ Cooperativa Agrícola Mista Sertão Ltda.

⁸²O Projeto Esperança é um dos Setores do Banco da Esperança da Diocese de Santa Maria, integrado com a Cáritas Regional, RS (Confederação Humanitária da Igreja Católica). Foi criado em 15 de agosto de 1987, com o objetivo de proporcionar a articulação e congregação de experiências de Economia Popular Solidária (EPS), no meio urbano e rural e na prestação de serviços autogestionários na região central do estado (pág.7). Disponível em <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1208_2.pdf> Consultado em maio de 2021.

trabalhava na escola o aspecto educativo: sindicalismo, cooperativismo, e ações de cooperação.

Uma iniciativa empreendida pela cooperativa, que deu certo, foi a coleta de resíduos recicláveis. Lutaram por esse projeto, já que a administração municipal duvidava, mas, afinal, o prefeito foi obrigado a assumir essa ideia. Graças à iniciativa da cooperativa escolar, a prefeitura ainda realiza a coleta de resíduos mensalmente, nas comunidades do interior, para a data desta pesquisa. Até hoje, os moradores juntam e deixam na beira da estrada, e a caçamba da prefeitura passa recolhendo.

A primeira coleta foi realizada pelos membros da cooperativa escolar, com a caçamba da prefeitura e apoio de toda a comunidade do Sertão e arredores, se desfazendo de sacarias, que fizeram duas caçambadas repletas de material descartável, especialmente plásticos. Era um trabalho de ecologia, de conscientização ambiental, e de limpeza do lajeado do Sertão em todo seu percurso, até lá em cima, na nascente. Inclusive, foi apresentado um teatro sobre a questão ambiental e o lixo, na Expointer, galpão da RBS, em 2008. (PROFESSOR, 2021).

Outra iniciativa foi a participação no Projeto “O Futuro é Agora”⁸³. Solicitação submetida à empresa fumageira Souza Cruz, a qual resultou em um financiamento (doação) de vinte a vinte e cinco mil reais, o que permitiu à banda escolar, com professor Valtair Vasconcellos, comprar uniformes e instrumentos musicais. Antes, os instrumentos usados proviam de sucata. A banda se apresentou em muitos lugares, inclusive na Expointer -RS. Com os recursos do projeto, se dotou a escola de equipes de informática e três antenas de internet foram instaladas, para servir à população. Os computadores estragaram, mas o sinal da internet está servindo até hoje para levar a rede até o Pinheirinho na parte norte, São Xavier e Castelo Branco⁸⁴, com os ajustes feitos pelo poder público.

Segundo informação oral, a cooperativa escolar não se extinguiu oficialmente, mas está inativa, pois teve seu auge por uns dois anos (2007-2008), e com o tempo foi enfraquecendo. Ao ser uma escola municipal de ensino fundamental, e sofrer mudança constante de pessoal, tanto de funcionários como de alunos, os

⁸³ O Programa “O Futuro é Agora!”, uma iniciativa pioneira na agricultura brasileira, foi lançado por meio do Sindicato da Indústria do Fumo, no ano de 1998, com o objetivo de combater o trabalho de crianças e adolescentes na cultura do tabaco e incentivar a educação dos filhos dos produtores. Em 2008, o programa foi ampliado com a criação de uma Rede Social composta por agentes públicos e privados e representantes do setor de tabaco. Em 2011, originou e se transformou no Crescer Legal. Veja mais em <<http://www.crescerlegal.com.br>>

⁸⁴Localidade que limita os municípios de Jaguari e Mata-RS.

servidores, que lideraram essa iniciativa não estavam mais trabalhando na escola e não houve quem orientasse os estudantes e pais para seguirem com a cooperativa.

3.1.2 Associação de Produtores de São Roque (APROROQUE).

A localidade rural São Roque, limítrofe com o município de Jaguari, assim como as outras localidades rurais do município, se reúne em torno à capela, nesse caso, católica, e o salão de festas. Fruto dessa dinâmica, que reúne fé e necessidade de colaboração para a superação de problemas de produção e comercialização, é que surge uma experiência de organização: a APROROQUE, que, segundo dados presentes no livro de atas⁸⁵, iniciou em julho de 1989 e culminou em dezembro de 1997. No entanto, a última ata não reflete um término, porque sugere continuação, fato confirmado por um dos líderes, de que a associação ainda não se dissolveu.

Participavam das reuniões, em média, vinte pessoas, geralmente casais, não tinham datas sistematicamente estabelecidas e sim datas variadas, repartidas durante o ano. O que sugere que se reuniam conforme a necessidade. Em algumas reuniões, participava um técnico da Emater e o presidente do STR. A coordenadora da Feira da Economia Solidária, e representante do Projeto Esperança, Irmã Lurdes Dill, tinha presença constante e foi membro da associação. Em uma das atas, relatam como organizaram a Visita do Bispo da Diocese de Santa Maria, fato que evoca a forte atuação da Pastoral Social da Igreja Católica na existência da Associação.

Segundo o depoimento de um ex-associado, estavam mobilizados e trabalhavam em conjunto, inclusive compravam coletivamente seus produtos na Cooperativa de Jaguari, para obter descontos e facilidades. Faziam parte do Programa de Desenvolvimento Rural/ProRenda, onde recebiam capacitação para a organização da pequena propriedade e novas tecnologias, como preparação de hortas, sobre cria de vacas leiteiras, também discutiam preços e qualidade de produtos. Levavam seus produtos para a venda na Feira de Santa Maria, ao Projeto

⁸⁵A informação contida nessa pesquisa é fruto de dois momentos: o primeiro foi uma entrevista realizada com um ex-associado, residente atualmente na sede do município. O segundo momento se deu através de contatos via WhatsApp e telefone, com um casal de agricultores e um dos fundadores da associação, durante os meses de março a junho de 2021. Os quais, além de enviarem fotos digitais de algumas páginas do livro de atas e fazerem um resumo do livro, explicaram o que se lembravam sobre a associação.

Esperança. A Pastoral da Saúde era forte e bem dinâmica. Tinham como suporte a visão Agroecológica e tentavam praticá-la. Havia apoio e assistência técnica da Emater, STR e Administração Municipal, em colaboração com o Núcleo de Agricultores de São Roque, ativo para a data desta dissertação. Como esse núcleo não foi objeto da pesquisa, não se analisou a relação entre a APROROQUE e o NAF.

Infelizmente, a associação foi desativada, a política desfez a cooperação, era uma sociedade, estava muito bem. Fui sócio desde o início até o final. Tinha cerca de 12 famílias associadas. A organização tinha fins educativos e econômicos, e a comercialização. A questão da agroecologia, plantio sem veneno, fazíamos feira em Santa Maria, uma vez por mês. Era de bastante importância, de fundamento, na época foi referência para todo o município. As discussões sobre associativismo, cooperativismo e agricultura, conseguíamos refletir e debater através das ideias da associação. Os técnicos da EMATER apostavam muito, fazíamos inclusive discussão política. Ali pelo ano 2000, meteu-se na associação a política partidária, o que gerou desentendimento e começou a se dissolver, durou uns 10 anos. (PROFESSOR e ex-sócio, 2021).

No entanto, durante o trabalho de análise de dados nos livros de Atas de outros núcleos, se percebe essa dinâmica de registro de uma associação, em cooperação com o Projeto Banco da Esperança.

Fato que se pode comprovar nas Atas do Núcleo Boa Esperança, entre outubro de 1989 a outubro de 1990. Na ata n.13, deu-se a apresentação da proposta para a implantação do Projeto “com a intenção de beneficiar as famílias de baixa renda, comprando os produtos agrícolas do agricultor com um preço justo e depois vendido com um preço acessível na cidade” (1989), para beneficiar outras famílias de baixa renda na área urbana. O objetivo dessa reunião foi organizar um plano de trabalho, esclarecer como funciona o projeto, as formas de pagamento, juros e outros assuntos. No final, estabelecem que a comunidade local irá pensar, discutir e decidir se aceita ou não a proposta.

Na Ata N. 14, de dezembro do mesmo ano, realizou-se a segunda reunião com a equipe do Projeto Esperança. Na ocasião, a reflexão do texto bíblico embasa os objetivos do projeto. A entrega de um livro explicativo sobre o funcionamento da associação e a elaboração de listado de preços e produtos, que serão “vendidos ao Projeto Esperança na próxima semana”, revelam que uma associação será constituída, fato confirmado na agenda da Ata N. 15, de janeiro 1990: “Eleição para a diretoria da associação, que está sendo fundada”. Em outubro de 1990, é a última

vez que se usa a palavra sócio, para referir-se a membros do Núcleo Boa esperança (ATA N. 19).

3.1.3 Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS

Segundo a análise de um documento em físico, recebido numa entrevista realizada ao presidente do STR, em setembro de 2020, realizou-se em Mata o I Ciclo Municipal de Planejamento para o Desenvolvimento Local Sustentável⁸⁶, entre os anos de 1999 e 2000, em quatro etapas, como tentativa de fortalecer o desenvolvimento local sustentável, com enfoque na agricultura familiar. O projeto teve como principal orientador o Programa de Viabilização de Espaços Econômicos das Populações de Baixa Renda – PRORENDA, e foi criado com a utilização desta metodologia, que envolvia a participação dos atores e agentes locais. Promovido com o apoio da CONTAG, FETAG/RS– e STR, e a realização da URI- Campus Santiago. Essa informação pode-se encontrar no estudo de Fragoso et al. (2015).

O interesse por destacar este evento ocorrido em Mata, se deve ao fato de que, apesar de que não se deu seguimento, permanece na memória de alguns entrevistados, e foi citada em algumas atas dos NAFs, sendo determinante para a formulação de algumas pautas reivindicativas, além de ter sido uma oportunidade de debate conjunto entre agricultores e representantes das diferentes instituições presentes no município. De acordo ao documento, a presença de produtores ou seus delegados por núcleo rural, durante o ciclo de debates foi ínfima, bem inferior à participação de representantes de instituições e da administração municipal. Fato que talvez tenha desestimulado o seguimento destes ciclos de planejamento para o desenvolvimento local sustentável.

No entanto, dos cinco núcleos pesquisados, pode-se acessar a livros de atas de quatro⁸⁷ deles, e destes, três fizeram referência à dinâmicas relacionadas ao PADRS, o que permite deduzir que esse tema foi tratado amplamente nos demais núcleos do município e, nesse sentido, houve participação dos agricultores familiares. Em diversas atas, encontram-se algumas referências à participação dos

⁸⁶ Não foi encontrado registro sobre um segundo ciclo que tenha sido realizado no município de Mata, nem uma avaliação sobre as propostas de “ações gerais para o desenvolvimento”.

⁸⁷ Um dos Núcleos entrevistados pertencia, anteriormente, ao grande Núcleo da Boa Esperança e, portanto, não possuía livros de atas, para a data da entrevista, dezembro de 2020.

agricultores na preparação desse ciclo de debates, as quais são citadas à continuação.

Em novembro de 1999, realizou-se, no núcleo de Boa Esperança, uma reunião com ampla participação de membros da comunidade, e um técnico da EMATER, o que eles denominaram “balanço de pontos positivos e negativos” (ATA N. 43) vivenciados pelas famílias produtoras. No mesmo ano de 1999, no Núcleo Grama, encontramos duas atas que fazem referência a esse momento, foram duas reuniões, uma em junho e outra em outubro, ambas trataram da realização de um diagnóstico das unidades produtivas familiares e da comunidade rural em geral, segundo a dinâmica de avaliação participativa: “como estávamos no passado, como estamos no presente e como queremos estar no futuro” (ATAS N. 25 e 26). Ainda no Núcleo Grama, em janeiro de 2000, a reunião tratou de assumir compromissos e planejamento nas unidades produtivas (ATA N.27).

Nas atas do Núcleo São José, (com seis atas em total, cinco no período de um ano, e uma ata no ano de 2003) é onde se encontram mais detalhes sobre esta dinâmica relacionada ao Ciclo de debates sobre desenvolvimento rural, inclusive nelas é citada a Equipe Municipal de Desenvolvimento Rural (EMDR). A primeira dessas reuniões relata a apresentação do projeto de desenvolvimento rural, pela secretaria municipal de agricultura, com apoio da URI Santiago (Ata N.21, datada de julho de 1999) e apresentação do Plano, pelo técnico da Emater, com seus questionamentos, que devem ser debatidos posteriormente pela comunidade; duas atas (N.22 e 23) relatam a realização de diagnóstico comunitário, enfatizando a presença de jovens e mulheres nas reuniões. A quarta ata (abril/2000) relata a apresentação de projetos municipais, estaduais e federais de desenvolvimento rural, e assumem o compromisso de “definição de objetivos a longo, médio e curto prazo e suas prioridades” (ATA N.24). Há uma sexta ata, de abril de 2003, que relata o debate sobre as prioridades do “Programa de Desenvolvimento Local Sustentável”: turismo, produção primária (fumo, milho, feijão) e educação” (Ata N.34). A quinta ata com referência ao tema, é a que transcrevemos à continuação:

Assunto: Apresentação do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável (PADRS). A Secretaria de Agricultura e a Emater apresentaram o projeto ao núcleo de agricultores (as). Objetivo geral do plano: ‘Os agricultores estão organizados de forma autônoma, possuem seus espaços permanentes de discussão e recebem o apoio institucional segundo as suas

demandas'. Profissionalização; Fomento ao turismo local; Apoio a atividades não agrícolas; Melhoria da comercialização. (ATA N.26, 2000).

Especialmente, deve-se destacar o esforço por tipificar as principais unidades de produção do município, a realização de diagnóstico de sua realidade e prognóstico para atuação, bem como as entidades presentes em Mata, relacionadas ao desenvolvimento, seus serviços, potencialidades e limitações. O I Ciclo de debates definiu três ações amplas, necessárias para o desenvolvimento sustentável, são elas: a) Fomentar e fortalecer a organização dos grupos, b) oportunizar mais o processo de discussão nas comunidades/escolas/cidade em termos de problemas/soluções e c) fortalecer a integração institucional.

Nesse sentido, são ressaltadas quatro das entidades estudadas no I Ciclo Municipal: NAFs, Emater, SMA e STR. No que tange aos Núcleos de Agricultores, se reconheceu seu papel de articulador das organizações dos produtores na compra de insumos a preços mais econômicos, no fortalecimento das reivindicações dos participantes, sendo um local privilegiado de encontro para debater questões sobre agricultura, saúde e desenvolvimento das comunidades rurais, onde todos se conhecem, possuem seu centro comunitário e têm facilidade de articulação e organização. Recebem apoio das Instituições, mas têm debilidades, como a falta de objetivos comuns e a falta de participação de jovens, sendo que a maior parte dos membros são aposentados.

Com respeito à Emater, seu serviço foi considerado importante, devido à assessoria e assistência técnica que presta aos agricultores e à agroindústria, bem como aos projetos que acompanhava na época, como Condomínio de Porcos e Projeto Arroz Pré-germinado. Bem como pelos cursos, palestras e seminários que executava junto aos produtores, com disponibilidade de pessoal especializado e convênios com outros municípios. Uma crítica que fazem à Emater é que priorizava os programas estaduais, em detrimento das iniciativas locais e a descontinuidade em alguns programas. Sugeriram que fosse incentivada a capacitação para a organização social. Com relação ao STR, reconheceram seu papel junto aos agricultores, na defesa de seus direitos, no referente às aposentadorias, linhas de créditos, atendimento médico e odontológico, aquisição de insumos, além de palestras, seminários, manifestações públicas e eventos festivos. Outro fator relevante foi o uso da Rádio Comunitária para informar aos produtores. Bem como

convênios e articulação em outros níveis, através de Fetag e Contag. Acreditam que deve ser intensificado o trabalho do STR com a juventude rural.

Dando seguimento à análise do documento, encontra-se que o grupo de pessoas presentes no I Ciclo elaborou uma síntese de suas discussões, onde identificou os principais problemas presentes no município, que dificultam o desenvolvimento local sustentável, e os transformou em linhas de ação prioritárias e resultados esperados. Esta síntese se traduziu no objetivo geral do plano: “Os agricultores estão organizados de forma autônoma, possuem seus espaços permanentes de discussão e recebem apoio institucional segundo suas demandas”.

Nessa lógica, definiram oito linhas de ação, que tratam de: profissionalização, fomento ao turismo rural, apoio às atividades não-agrícolas, comercialização, melhoria nos sistemas produtivos, incremento e reordenação de políticas públicas, fortalecimento da organização comunitária e maximização do acesso e da gestão de créditos. Cada uma destas linhas de ação possui como mínimo quatro resultados, como metas a conquistar para os próximos cinco anos. Não obstante a importância deste ciclo de debates e suas propostas, não encontrei outro documento que tenha avaliado se as metas foram atingidas.

Porém, mesmo que não tenha havido outro ciclo de debates, várias destas linhas de ação foram sendo executadas, e resultados encontrados. Para a data desta dissertação, mais de vinte anos após sua elaboração, seria interessante submeter esse planejamento a um estudo valorativo sobre as conquistas e os fracassos, com suas causas e consequências. Para isso, seria necessário convocar as mesmas instituições e outras, numa grande assembleia municipal, além de fazer um trabalho a priori, nas bases de cada aglomerado rural, e eleição de delegados para participarem deste ciclo avaliativo.

3.2 INSTITUIÇÕES LOCAIS E SUA RELAÇÃO COM OS NÚCLEOS DE AGRICULTORES FAMILIARES

A estrutura organizativa da categoria reconhecida como Agricultura Familiar em Mata, além da forma própria, sintetizada nas comunidades rurais e na conformação de núcleos de produtores em 70% das localidades, tem seu apoio histórico, fundamentalmente, em duas entidades locais: Emater e STR, bem como o acompanhamento da Administração Municipal, especialmente da SMA. É sobre

essas instituições, que se trata esse subtítulo. A entrevistada com a aposentada, ex-assistente administrativa do escritório da Emater em Mata, na sua fala, destaca que a relação de trabalho conjunto entre os Núcleos e as Instituições como Emater, Sindicato e a Inspetoria Veterinária, “que fazia distribuição de vacinas”, foi positiva e considerada uma forma de trabalhar própria do Município de Mata, que a distinguia das formas de trabalho em outros municípios⁸⁸.

A continuação, podem-se observar os dados (tabela 22) referentes ao percentual de vezes em que foram nomeadas nos livros de Atas dos NAFs as quatro Instituições: STR, EMATER, Administração Municipal e Cooperativa Agrícola Mista Sertão (CAMS LTDA), esta última é citada no seguinte quadro, porque teve uma presença ativa nas reuniões dos núcleos, especialmente até a década de 1990. A Instituição que mais esteve presente nas reuniões, foi o STR, chegando a 64% no Núcleo Grama.

Porém, antes de discorrer sobre estas instituições, queremos salientar, por um lado, a presença constante das Igrejas Católica e Luterana para a configuração do espaço social, desde os primórdios até os dias atuais, pois ainda se reúnem para as festas religiosas, os almoços festivos e os bailes nas tardes de domingo. A importância das Igrejas se reflete no folheto comemorativo aos cinquenta anos de história do STR, ao relatar o esforço por cooptar sócios para o nascente sindicato, no final da década de 1960 e inícios de 1970:

O Ecumenismo aconteceu de fato neste período. O Padre Pedro Wastovski não só abraçou a causa, como abriu as portas da Igreja Católica para que o Senhor Emilio Guilherme Bruning (luterano) o acompanhasse e aproveitasse a missa para transmitir a ideia de criação do sindicato no município de Mata (FOLHETO, 2018, p. 4).

⁸⁸ Entrevista realizada em dezembro de 2020.

Tabela 22: Instituições⁸⁹ que mais participaram nas reuniões (registradas nos livros de atas). Percentual de participação em relação ao total de atas analisadas.

| NUCLEOS INSTITUIÇÕES | BOA ESPERANÇA | | GRAMA ⁹⁰ | | PINHEIRINHO ⁹¹ | | SÃO JOSÉ | |
|-----------------------------|------------------|-----|---------------------|----|---------------------------|----|-----------|----|
| | Abs. (76) | % | Abs. (39) | % | Abs. (50) | % | Abs. (50) | % |
| STR | 40 | 52 | 25 | 64 | 01 | 2 | 29 | 58 |
| EMATER | 18 | 24 | 13 | 37 | 02 | 4 | 15 | 30 |
| AD. MUNICIPAL ⁹² | 17 | 22c | 09 | 26 | 06 | 12 | 13 | 26 |
| CAMS ⁹³ LTDA. | 04 | 5 | 03 | 9 | - | - | 04 | 8 |

Fonte: livro de Atas. Arranjo Piber, 2021.

Por outro lado, existem as Empresas fumageiras, que estão presentes no Município, em parcerias com os Agricultores Familiares fumicultores desde várias décadas, através da adoção do sistema integrado. Não é objetivo analisar estas empresas e sua relação com as unidades produtivas, mas é reconhecida a relação de seus técnicos instrutores com os produtores, que visitam as propriedades e fazem um acompanhamento, pelo interesse da produção de fumo. Essa relação, confirmada por um contrato entre cada unidade produtiva e a empresa fumageira é forte e, segundo estudo de Laila (2019), repleta de contradições, pois se por um lado há certa segurança para a compra da produção, o cenário de disputas de preço, pode colocar o produtor em situação de desvantagem.

Observando atentamente o funcionamento do sistema, pode-se inferir que o próprio contrato é um mecanismo de dominação. Mas no seio deste encontra-se um emaranhado de outros mecanismos, intimamente conectados uns aos outros e fomentados através da atuação da assistência técnica, isto é, dos instrutores. Tais mecanismos de dominação reduzem severamente a autonomia dos fumicultores familiares no âmbito do campo fumícola (p. 117).

⁸⁹ Outras Instituições que participaram em uma ou mais reuniões: Banco da Esperança, Banco do Brasil, Sicredi, URI Santiago.

⁹⁰ Várias atas não mencionam quem está participando. Por esse motivo, ficou difícil determinar a participação das instituições. Algumas atas são assinadas somente pelo secretário e não identificam número de participantes.

⁹¹ O registro de atas inicia no ano de 1996. Antes, o Núcleo fazia parte do Grande Núcleo São José. O motivo da conformação do núcleo é o seguinte: "Mais força para reivindicar os interesses de todos os participantes".

⁹² No Núcleo do Pinheirinho, alguma vez houve a presença da Adm. Municipal de Jaguari.

⁹³ Cooperativa Agrícola Mista Sertão Limitada.

3.2.1 EMATER

O Escritório da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural e Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural ASCAR/EMATER-RS vem atuando no município de Mata, a partir do ano 1979⁹⁴, e sua influência deve ser valorizada pelos frutos que gerou, desde a intensa arborização da área urbana, até a conformação de onze núcleos de produtores (Malfatti, 2006), nas localidades rurais. Passados quarenta anos de presença no município, seu trabalho obteve aceitação de alguns e resistência de outros (ENTREVISTA, 2020)⁹⁵.

Segundo relato da assistente administrativa, aposentada, a criação dos núcleos foi iniciativa do Engenheiro Agrônomo Roberto Antônio Fantoni, chefe do escritório municipal na época, quem iniciou, pela localidade Sertão, a conformação dos primeiros grupos, no ano 1980 quando, segundo a entrevistada, foram necessárias muitas reuniões para convencer aos produtores de formar um núcleo local de representação, com o intuito de “organizar o trabalho” e tornar mais eficiente a comunicação entre agricultores e técnicos.

Nas atas dos três núcleos que iniciaram no ano 1980, se observa a presença constante dos técnicos da Emater, tratando de lidar com os temas de interesse dos participantes dos núcleos e, ao mesmo tempo, responder às exigências do contexto desses anos, quando afloravam os movimentos sociais ligados aos trabalhadores rurais e sem-terra, à trabalhadora rural e às questões e debates sobre a construção da categoria socioprofissional agricultura familiar (NEVES, 2007). Esses acontecimentos influenciaram a busca de uma nova extensão rural, com vistas ao bem-estar social e acompanhar as mulheres e os jovens. Como relata o texto da Emater (2006):

O trabalho básico da área de Bem-Estar Social permaneceu sendo os temas saúde, recreação e lazer, alimentação, educação, saneamento e habitação, complementados por ações de organização/associativismo rural. Incorporou-se, gradativamente, a busca de tecnologias adaptadas aos agricultores familiares (denominados na época como “pequenos produtores”), definidos como público preferencial da extensão. Iniciaram-se, nesse período, as propostas de planejamento participativo. (p. 19)

⁹⁴ Na verdade, desde 1977, se fazia presente em Mata o Projeto Sudoeste 1, com os funcionários, que foram assumidos pela ASCAR/EMATER-RS, em 1979.

⁹⁵ Informação recebida em entrevista realizada à assistente administrativa aposentada, do escritório da EMATER RS de Mata, em dezembro de 2020.

Também realizavam reunião de diversos grupos quando o interesse era de todos, como grupos dos produtores de leite, suinocultores, hortigranjeiros. Cada escritório criava o seu próprio método de ação, levando em consideração as culturas existentes no município. No entanto, a formação de grupos e associações no interior do RS foi uma prática incentivada pela Instituição desde o início de seus trabalhos de ATER⁹⁶.

A ideia surgiu pela necessidade de comunicação e abrangência de um público maior e mais entrosamento com os produtores, bem como estudo da situação das propriedades e prioridades locais, como faziam esse trabalho, como funcionavam os grupos, apoio do sindicato neste trabalho bem como também tínhamos a parte social, como medicina caseira, cuidados com os lares, filhos, ajardinamento, alimentação. Os assuntos variavam conforme a necessidade de cada grupo. Também fazíamos reuniões com todos os grupos juntos, num evento maior e normalmente na sede, onde convidávamos as demais entidades para participar. Estes grupos tinham uma diretoria eleita por produtores participantes. (Aposentada, ex-assistente administrativa)

Segundo informação da extensionista rural social e atual chefe do escritório municipal, no ano de 2019⁹⁷, havia em seu quadro de pessoal, dois (02) técnicos agropecuários e um (01) técnico social. Prestando assistência técnica e extensão rural e social, considerada a maior política pública oferecida aos agricultores. Trabalhando também com chamadas públicas, desenvolvem o trabalho de forma gratuita e continuada, especialmente com grupos de mulheres e escolares. Levando conhecimento de forma informal aos agricultores familiares, contribuindo para seu desenvolvimento e geração de renda.

Na sua opinião, o processo é lento, as coisas se dão de forma gradual e fica difícil o trabalho coletivo. Mesmo assim, nos últimos dez anos, o escritório desenvolveu vários projetos na área social, que são: Projeto de Proposta Microrregional para Jovens Rurais; Projeto de Horta Comunitária na Vila Clara, Plano Brasil Sem Miséria – Fomento à Inclusão social e produtiva; Projeto Hortas Urbanas e Sinfonia para a Vida (Parceria Pastoral da Criança), Projeto Ponto da Arte (parceria com E.M.E.F. Sertão e São José); Projeto Horta na Escola (parceria com

⁹⁶ Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/multimidia/noticias/detalhe-noticia>
Último acesso em 12/04/2021

⁹⁷ Em 2019, quando da fase exploratória da pesquisa, visitei o escritório da Emater em Mata, e obtive essas informações de parte da chefe do escritório. No entanto, não soube me dizer se haviam arquivos relacionados aos núcleos.

E.M.E.F. Sertão); Plano de Ações socioassistenciais de assessoramento, defesa e garantia de direitos, com inclusão social e produtiva (ENTREVISTA, 2019).

3.2.2 Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata

O STR se constituiu durante uma assembleia na sede da extinta Cooperativa Agrícola Mista do Sertão, em vinte e três de março de 1968, com a presença de trezentos e sessenta e sete (367) agricultores. Fruto de um esforço conjunto entre o ex presidente da CAMS LTDA, luterano, e o Pároco da Igreja Católica e incentivo do contexto daquela época, como se pode ler à continuação:

[...] na década de 70 foram fundados 46% dos 2.732 sindicatos de trabalhadores rurais recenseados em 1989, e é possível relacioná-los com a busca de aposentadoria, pensões, auxílios-funeral, serviços de saúde. Por outro lado, dirigentes sindicais ligados à Contag interpretam essa aceitação do fardo previdenciário como tática do MSTR [Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais], para estimular a sindicalização e, principalmente, para evitar que os recursos [e] o controle da assistência ficassem nas mãos dos políticos locais (Novaes, 1991, pp. 178-79 apud Rodrigues, 2015).

Ao longo da história do sindicato, houve um crescimento no número de filiados, entre o ano da fundação e o ano de 1995, quando houve o pico de crescimento e, desde então, passou a ter leve declínio anual. Havendo terminado o ano de 2020 com oitocentos e trinta e sete (837) associados efetivos, e um total de mil cento e quarenta e sete (1147) no quadro geral⁹⁸, pois oscilam ou são inadimplentes⁹⁹. Representa atualmente duas categorias profissionais: Agricultores Familiares e Assalariados Rurais. Na sua base, a proporção de agricultores familiares é de noventa e sete por cento (97%), para a proporção de três por cento (3%) de assalariados rurais. Noventa por cento dos associados são fumicultores, em produção alternada com milho. Outros produtos principais, para comercialização, são: arroz, soja e pecuária de corte. Também há pecuária de leite, mas tem diminuído, duas unidades se dedicam à produção hortifruti e cinco têm como atividade principal os pomares (pêssego e uva/vinho). Há uma variedade de

⁹⁸ Em alguns casos, há mais de um associado por estabelecimento (por unidade produtiva familiar). Isso explica porque o número de associados supera o número de estabelecimentos agropecuários, conforme consta na informação do Censo 2017.

⁹⁹ Parte das informações que permitiram escrever sobre este subitem foram coletadas durante entrevista presencial realizada ao presidente do STR, em 2019 e 2020, sendo que alguns dados foram atualizados em junho de 2021, através de conversa por whatsapp.

produtos para consumo próprio e uma rica indústria familiar, para consumo e venda do excedente, de maneira informal.

Do total de associados, cinquenta por cento (50%) estão aposentados, mesmo que alguns seguem como produtores. E quarenta por cento (40%) são mulheres. Os jovens participam, mas são minoria. Há preocupação com o envelhecimento da população do campo. Até 2020, se trabalhou em conjunto com a EMATER, no programa Bolsa Juventude Rural¹⁰⁰. “Queremos que o agricultor familiar, o jovem, veja sua propriedade rural também como um negócio rentável. O importante é equilibrar custo com qualidade e produtividade.” (ENTREVISTA, 2020)¹⁰¹. Com o objetivo de animar os jovens a participarem, promove campanhas de filiação com o diferencial de filho de até 25 anos de idade e de esposa, assim como o incentivo de convenio saúde e aposentadoria. No entanto, Picolotto e Marin (2018), em seu estudo sobre a juventude rural na Região Central do RS, relativo ao tema da participação social em sindicatos rurais e cooperativas, apontam que não houve, da parte dos jovens entrevistados, qualquer informação de ações que tenham sido promovidas pelos Sindicatos Rurais orientadas para a categoria. Inclusive, da parte dos próprios jovens, não houve interesse por filiar-se aos sindicatos, os quais julgam ser “da alçada dos adultos e não dos jovens” (p. 60).

Com respeito à atuação do STR, suas principais atividades desenvolvidas são atenção e orientação às famílias associadas, em todas as dúvidas que apresentem, como: encaminhamentos do INSS e INSS digital, bloco do produtor, contratos, declarações e documentação em geral. Bem como em vários programas e atividades: cadastros junto à Receita Federal (ITR) e o INCRA (emissão do CCIR), Segurado Especial, CAR e SIOUT. Crédito fundiário e crédito rural, convenio para análise de solo, parceria Afubra e Coban (Banco do Brasil). Segundo análise de informações presentes no Folheto Comemorativo dos cinquenta anos do STR, pode-se perceber que o sindicato empreendeu uma trajetória de reivindicação dos direitos

¹⁰⁰ O Bolsa Juventude Rural é um dos mais importantes programas da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR). O programa, que distribui bolsas de estudo por um período de dez meses, está previsto na lei nº 14.373/2013 e no decreto nº 51.048/2013. Se trata de um auxílio pago a alunos matriculados em escolas públicas estaduais ou instituições educacionais sem fins lucrativos e de caráter comunitário que trabalham com a pedagogia de alternância e que atendam os critérios estabelecidos pelo Programa. Esta pedagogia prevê que o aluno fique uma semana na escola e uma semana em casa aplicando o que foi proposto. Informação disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/secretaria-da-agricultura-garante-recursos-para-programa-bolsa-juventude-rural-2021>. Acesso em 23/06/21.

¹⁰¹ Presidente do STR, início do mandato: 2014).

dos “trabalhadores rurais” como categoria autônoma, de pequenos produtores rurais, proprietários de suas terras, enquadrados, em 1995, dentro da categoria profissional agricultura familiar. O que foi corroborado na análise das atas dos NAF¹⁰² com respeito à participação de representantes do STR e os assuntos por eles tratados, nas reuniões¹⁰³.

Os principais projetos do STR para fortalecer a agricultura familiar e o trabalho rural no município, foram realizados em parceria com a Emater, os Núcleos de Agricultores e Grupo de Trabalhadoras Rurais, em especial as visitas realizadas nas comunidades, para ouvir suas demandas e incrementar a ATER através de um técnico vinculado para a realização de projetos de assistência técnica integral, em convênio com a Fetag, assim como a realização de programas de rádio, reuniões, seminários e cursos de capacitação.

Segundo entrevista com ex-presidente do STR, sempre houve parceria entre os Núcleos de Agricultores e o STR, que mantém a proposta de a cada semestre realizar reuniões nas comunidades, mesmo que os Núcleos tenham perdido sua vitalidade, independentemente do número de participantes. Os presidentes dos Núcleos e líderes das trabalhadoras rurais¹⁰⁴ fazem parte do Conselho de Liderança Sindical e se reúnem a cada semestre para traçar as diretrizes de ação do sindicato e contribuem para a construção da pauta das políticas públicas municipais, que é encaminhada à administração municipal, no dia da Festa do Agricultor, realizada anualmente no último sábado de julho. Conjuntamente, exigem que as demandas dos associados sejam atendidas, como melhorias nas estradas e reativação de programas como calcário e patrulha agrícola.

Nesse sentido, o STR elaborou e apresentou à administração municipal o primeiro Projeto Municipal de Desenvolvimento da Agricultura Familiar¹⁰⁵, no ano de 1996, o qual possibilitou a conquista de políticas públicas em favor dos agricultores. (STR, 2018, p.12). Outrossim, o STR atua tanto para a liberação de políticas públicas, como operador destas políticas, nos programas seguintes: Aposentadoria Rural, PRONAF, PAA e DAP. Programa troca-troca de sementes, milho e forrageiras

¹⁰² Núcleos de Agricultores Familiares.

¹⁰³ Ver Quadro XX

¹⁰⁴ Em quase todos os aglomerados rurais, existem grupos de mulheres, alguns são acompanhados pela Emater e/ou pelo STR. Trabalham em parceria com o Núcleos de Agricultores. São atuantes junto às diretorias das capelas, tanto luteranas como católicas. E coordenam os eventos realizados nos salões de festas das comunidades. Especialmente são ativas na preparação da logística das festas semestrais, que se realizam para angariar fundos para a comunidade.

¹⁰⁵ Não tive acesso a esse documento.

de inverno, frutíferas e exóticas, bem como distribuição de alevinos. Como alguns programas não contemplaram aos fumicultores, o sindicato fez parceria com o Sicredi, para custeio e investimento. Em relação aos serviços de saúde, há convenio com a Cauzzo¹⁰⁶ para atendimento e exames, com um desconto de até cinquenta por cento. Na sede do sindicato, se realizam periodicamente consultas com oftalmologista, dentistas e médico clínico geral, credenciados para atendimento aos associados.

Interrogado sobre a questão da agroecologia e produção orgânica, o presidente do STR respondeu da seguinte maneira:

Em geral, há certa resistência. Estão acostumados com o milho transgênico, com o uso de secante, com os agrotóxicos, já é hábito. De 2016 a 2019, aumentou de 10% a 65% o uso de milho transgênico, entre os associados. Há desinteresse pela agroecologia e não é uma bandeira do sindicato (ENTREVISTA, 2020).

3.2.3 Administração Municipal, representada pela SMA e sua relação com os Núcleos

Ao analisar os livros de Atas dos núcleos de agricultores, constatou-se que houve uma relação considerável, mesmo que descontínua, entre os núcleos e a administração municipal de turno. Nesse aspecto, observou-se em diversas ocasiões, a presença de prefeito, vereadores e os responsáveis das secretarias da agricultura, educação e saúde.

Nas palavras de um dos entrevistados, a secretaria da agricultura carece de um planejamento adequado, eximindo-se de sua responsabilidade junto aos agricultores familiares, e somente se encarrega de controlar as máquinas, pertencentes à Patrulha Agrícola, como a retroescavadeira. Para o entrevistado, as políticas municipais de agricultura estão aquém do desejado e não há assistência técnica municipal. “Existem dois técnicos agrícolas na prefeitura, com desvio de função” (PROFESSOR, 2019).

¹⁰⁶ A **Cauzzo Serviços Assistenciais** é um cartão de benefícios com acesso a uma vasta rede credenciada, com parceria de hospitais, clínicas, laboratórios e profissionais da saúde, com cobertura em mais de 15 cidades do Rio Grande do Sul. Ser usuário Cauzzo garante acesso a descontos especiais em consultas, exames e na rede de estabelecimentos comerciais parceiros.

3.3 CONSTITUIÇÃO DE NÚCLEOS DE AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE MATA - RS

Segundo Ribeiro (1993 apud LIMA & VARGAS, 2015), existem dois tipos de associação de agricultores, quanto à origem: as que foram criadas de forma assistencialista, com a iniciativa governamental ou de agências de cooperação para o desenvolvimento, muitas vezes localizadas fora do país, as quais existem enquanto duram os recursos disponíveis de algum projeto. E as que existem porque os grupos locais motivam a participação de seus associados ou beneficiários, que as legitima. Essas atuam com maior independência e possuem maior expectativa de durabilidade temporal. Pois o grupo organizado se fortalece ao longo do tempo, na medida em que consegue soluções conjuntas para problemas comuns.

Essa última tendência vem sendo particularmente observada desde o final da década de 1970, dando origem a experiências diferenciadas, cuja autonomia e sustentabilidade estiveram muito associadas às oportunidades e assessorias disponibilizadas aos grupos (p. 162).

Nesse contexto, pese a que a existência de Núcleos de Agricultores Familiares, no Município de Mata, com seu caráter peculiar, assim organizados pela EMATER/ASCAR-RS, foram propostos pelos técnicos do escritório, como urgente necessidade de atualização e implementação de novidades, nasceram, no início da década de 1980, no interior de relações anteriormente estabelecidas, conhecidas e consolidadas entre os habitantes dos aglomerados rurais. Portanto, sua base é a unidade produtiva familiar fortalecida pela cultura cristã, na tríade escola-igreja-salão comunitário, presente em cada um dos aglomerados rurais, desde seus inícios.

Isso explica a aparente transitoriedade dos membros dos núcleos e sua participação nas reuniões:¹⁰⁷ reside no fato de que as famílias já participam de todos os acontecimentos importantes em cada comunidade rural e, alguma vez, nas comunidades vizinhas, especialmente de atividades relacionadas à Capela e à Escola. Igualmente participam das reuniões e encontros de formação ou festivais junto ao STR. Portanto, quando lhes interessava o tema, ou dependendo de quem

¹⁰⁷ Feita análise das assinaturas dos participantes nas atas das reuniões, tanto em número como na identidade dos que participavam, pode-se entrever que sempre houve um grupo fixo, geralmente os que faziam parte da diretoria do núcleo. Mas a maioria participava conforme o assunto e a instituição que convocava.

era o sujeito que convocava as reuniões, havia maior ou menor adesão do pessoal da comunidade. Além disso, não raro os dirigentes dos núcleos fazem parte da diretoria da capela e são atuantes junto à comunidade rural. Por esses fatos, é de se supor que a comunicação fluía entre as famílias do aglomerado rural, o que igualmente justifica o registro de reuniões sobretudo quando estava presente alguma Instituição ou pessoa que não fazia parte do núcleo e das relações na comunidade.

Outrossim, os descendentes dos agricultores, que permaneceram no espaço rural, foram repartindo terras herdadas e arrendando ou comprando outras, ao distribuírem-se pelas localidades rurais, o que gerou necessidade de melhoria na infraestrutura, como açudes, pontes, bebedouros, novas estradas de lavoura, corretivo do solo e água potável. Esta dinâmica local, própria do processo sócio-histórico na unidade produtiva familiar, somada ao contexto e aos interesses por uma “agricultura moderna”, impulsada pela presença de ATER, deram origem aos NAFs na cidade de Mata. A equipe da EMATER se ausenta por uns quatro anos, e quando isso acontece, os NAFs se desanimam em parte, mas mesmo que vários projetos organizados pelos técnicos da Emater tenham se fragilizado, os núcleos seguiram existindo, acompanhados pelo STR:

Trabalhamos até 31/08/2007, quando os já aposentados (trabalhei cinco anos já aposentada), fomos despedidos todos os técnicos pela governadora leda. Nossa empresa é uma autarquia e vende o serviço ao estado. Só ficou a faxineira (EX ASSISTENTE, 2020).

3.3.1 Contexto sócio-político quando da instituição dos NAFs

O contexto histórico em que se estabeleceram, e no qual se inseriram, é caracterizado pelo envelhecimento da população rural e pela imigração de sua juventude à área urbana, por um lado, e pelos movimentos de reivindicação por políticas públicas para o “pequeno produtor”, constrangido pela “Revolução Verde”, e a sindicalização, por outro. Esse contexto, onde se intensificam bandeiras de lutas, como o Movimento pela Reforma Agrária, é marcado pela mecanização da agricultura e inovações impostas pelo crescimento do capitalismo rural, a acentuação da visão da terra como mercadoria e dos conflitos agrários, bem como, no campo político, a deterioração e o endurecimento do regime militar ditatorial no governo do Brasil, uma vez que a sociedade brasileira reivindicava a democracia.

Assim como as crises internas nas instituições que representam os trabalhadores rurais, como o sindicalismo corporativista. No entanto, no município de Mata, o STR se fortalece e adquire uma representatividade municipal, junto aos Núcleos de Agricultores Familiares, pois é notório como vai ocupando espaço, ao lado da Emater e, para inícios dos anos 1990, torna-se presença constante e assume protagonismo nas reuniões e na pauta dos debates.

Segundo Picolotto (2018), a partir de meados da década de 1980, a categoria Trabalhador Rural, base sindical unificada oficialmente, que foi referência até então, perdeu espaço representativo, devido ao surgimento do que ele classifica como “alternativas externas ao universo sindical” (p. 202). Ou seja, outros nomes e outros atores foram ocupando espaço na esfera política brasileira, gerando mudanças e uma clara diferenciação de categorias, não necessariamente sob a tutela do sistema sindical predominante. Afirmção inspirada em Medeiros (2001, p. 109):

Ocorreu a “implosão” da categoria “trabalhador rural” tal como constituída nos anos 70, acompanhada pela emergência de diversas possibilidades organizativas que romperam com a tradição unitária de representação do sindicalismo rural. Surgiram tanto alternativas externas ao universo sindical, como é caso do MST, como outras que, dentro da lógica sindical, apontaram para a criação de sindicatos por categorias específicas (como é o caso dos “empregados rurais”, de “fumicultores”, de “suinocultores” e, mais recentemente, dos “agricultores familiares”).

Nesse sentido, podemos encontrar reflexão similar nos estudos de Almeida (2004) sobre a diversidade de categorias, associações e movimentos dos povos que vivem no território amazonense. Uma “pérola” encontrada nesse texto, deriva da afirmação de que as organizações e movimentos sociais se apresentam como fator de existência coletiva, na qual se valorizam as ações dos sujeitos, com profunda conexão entre si e com o território, onde a própria etnia é nação e, portanto, forma organizativa, esse fato supera o entendimento sobre qualquer forma organizativa existente ou baseada na forma sindical e exige um novo discurso. Inclusive o autor destaca que a infinidade de representantes aumenta e diversifica o poder de barganha com o Estado, conforme se lê (ALMEIDA, 2004, p. 23):

Tal multiplicidade de categorias cinde, portanto, com o monopólio político do significado dos termos *camponês* e *trabalhador rural*, que até então eram utilizados com prevalência por partidos políticos, pelo movimento sindical centralizado na Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e pelas entidades confessionais (Comissão Pastoral da Terra –

CPT, Conselho Indigenista Missionário – Cimi, Ação Cristã no Meio Rural – ACR).

No entanto, Medeiros (2001) considera que o caminho pelo qual a ação sindical foi sendo conduzida, inclusive para levantar bandeira reivindicativas genuínas, como a reforma agrária, pautado estritamente nos mecanismos institucionais/legais existentes, “sem investimento na organização e mobilização dos envolvidos, não mostrou eficácia” (p. 109). Nesse sentido, a autora reconhece que o surgimento das ocupações foram uma alternativa para pressionar o Estado, criando “fatos políticos” e atraindo a atenção da opinião pública. Tornando-se a principal forma de luta por reforma agrária e, mais do que isso, constitutiva de uma identidade política: “os Sem-Terra” (p. 106). Nesse sentido, podemos concordar com o trecho seguinte, de Ricci, (2006, p. 329):

Os movimentos sociais rurais dos anos 1980 são, portanto, um campo de dupla resistência política, contra a ordem social, que os exclui, e contra as organizações formais de representação social, que não os acolhe.

Seguindo essa linha de pensamento, Rosa (2009), aprofunda sobre uma forma de reivindicação, negociação e luta, que não é aleatória, mas planejada, a “Forma Movimento”, que transcende a própria existência material dos sujeitos políticos envolvidos, fruto de um trabalho de base, uma “pedagogia de ensaio e erro”, com uma linguagem própria, expressada na ocupação e na bandeira. No entanto, o mesmo autor chama a atenção para as contradições que surgem no processo de legitimação do conflito rural, pois ao mesmo tempo em que se logra poder de barganha aos movimentos sociais - “alçar ao patamar da interlocução demandantes e beneficiários”, é quando o Estado sai em vantagem, fortalecido no seu poder de “controle e uso da força, seja ela física ou burocrática” (p. 26).

São variadas as formas que os diferentes atores encontraram para aglutinar pautas reivindicatórias e unificar interesses e opiniões, algumas vezes divergentes, para estabelecer interlocução com outras categorias de produtores (empresas do agronegócio, frente parlamentar ruralista) e instituições do Estado brasileiro. Não poderia ignorar formas de organização, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) o DNTR/CUT¹⁰⁸ e o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural; a Frente Sul da Agricultura Familiar, que aglutinaram diferentes organizações

¹⁰⁸ Departamento específico dos rurais dentro da Central Única dos Trabalhadores.

e frentes de luta do jeito unificador de Contag, que ao dar preferência à Agricultura Familiar, por ver potencial político nessa categoria, anteriormente esquecida, chega a fazer aliança com a CUT. Destacadas por Picolotto e Medeiros (2017), foram as atividades de animação de base, com a intenção de reviver as relações entre dirigentes dos sindicatos e suas bases, nominados Mutirões de Bases, somados a “eventos massivos de debate e organização dos agricultores familiares, no âmbito do Fórum Sul dos rurais da CUT” (p. 353).

Não obstante, o sindicalismo é uma das formas peculiares de organização do rural brasileiro, talvez a mais formal, no sentido de interlocução com o Estado. Inclusive teve um papel crucial na história da sindicalização brasileira. Favaretto (2006) explica que o novo sindicalismo somente foi possível devido a um conjunto de práticas sociais, que se consolidaram na primeira metade dos anos 1970, “desencadeadas por um bloqueio às possibilidades de reprodução dos produtores familiares”. E, por seu perfil de confrontação com o Estado e o latifúndio, conseguiu reunir a adesão de diversos atores, de norte a sul do país.

Contudo, a oficialização das associações sindicais dos trabalhadores rurais brasileiros foi uma forma em que o Estado conseguiu conter o ímpeto das mobilizações reivindicatórias e dos conflitos que estalavam, uma e outra vez, por todo o território nacional. Porém, o movimento conhecido como Novo Sindicalismo traz novidades ao sindicalismo tradicional, a tal ponto de ser chamado na América Latina, “novo movimento social”¹⁰⁹. Segundo o estudo de Picolotto e Medeiros (2017), talvez um dos grandes avanços no processo de pautas reivindicatórias e conquistas de direitos, deu-se através da mudança de uma postura defensiva a uma postura propositiva. É nessa postura propositiva que, na década de 1980, surgem os NAFs, iniciados pelo escritório da EMATER-Ascar RS, mas acompanhados, igualmente, pelo recém fundado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata-RS.

Segundo Grisa e Schneider (2015), os vinte anos que antecederam a década de 1980, foram marcados pela atuação do Estado como interventor no meio rural, com políticas públicas que visavam a modernização da agricultura, inserção de tecnologias capazes de aumentar a produção e a produtividade, com vistas à criação de dinâmicas integradoras com as indústrias e os mercados. Enquanto que nas décadas de 1980 e 1990, com todas as transformações estruturais, as

¹⁰⁹ Sobre isso, consultar Ricci, 2006, In: **Fernandes, Bernardo et al.** Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. Vol. II, pp. 321-338.

mudanças também ocorreram na academia e nos movimentos sociais, aliadas ao início da redemocratização do país e, com isso, se fortaleceram as críticas ao modelo tecnológico da Revolução Verde, relacionadas à sustentabilidade ambiental, à viabilidade econômica e à justiça social, devido, especialmente “ao empobrecimento de segmentos significativos da agricultura familiar, processos crescentes de expulsão da terra e aumento do grau de dependência dos agricultores à agentes externos” (Emater, 2006, p. 19). Essa nova conjuntura impulsa outra dinâmica estatal, como consequência “a atuação do Estado e das políticas públicas são modificadas e minimizadas, ganhando maior proeminência a atuação do mercado e da sociedade civil no desenvolvimento” (p. 14). É nesse contexto de repensar o papel da sociedade e a extensão rural, que os técnicos do escritório da Emater em Mata, convocaram as famílias agricultoras a se reunirem como núcleo de produtores em cada uma das comunidades rurais.

Segundo Fagotti (2017), mesmo que as associações de produtores rurais tenham se multiplicado por todo o território nacional, devido ao fato de que as políticas públicas foram condicionadas à participação em associações ou cooperativas, os motivos para esse fenômeno são diversos, bem como sua interpretação. Ao apontar que o surgimento de associações é motivado pelo fato de facilitar o acesso a créditos agrícolas, aos canais de comercialização e à interlocução junto das instâncias governamentais, a autora faz um convite à reflexão sobre o papel da associação de produtores tanto na organização das demandas do grupo como na representatividade que a proposição conjunta adquire, como garantia de direitos diante de outros segmentos da sociedade. De todas as formas, houve um apelo e motivação para que os produtores “tornem-se agentes participantes nos processos de implantação e consolidação das políticas públicas” (p. 36).

3.3.2 Programa Patrulha Agrícola

Com o passar dos anos e a ausência momentânea de técnicos da Emater que assessorassem os NAFs, eles seguiram sendo acompanhados pelo STR e Administração Municipal. No entanto, no ano de 2013, quando estavam desmotivados, pois grande parte da finalidade dos núcleos havia perdido o sentido, especialmente servir de enlace e interlocução entre os produtores e instituições de fomento à agricultura familiar, uma vez que existiam melhores estradas e a maior

parte dos produtores obtiveram acesso à internet e a um veículo próprio, tornando-se, assim, mais fácil chegar, individualmente, à sede do município e também às reuniões e aos serviços do STR e da SMA; nesse momento, a Administração Municipal, através do secretário da agricultura e fomento econômico da época, propôs o Programa de Patrulha Agrícola, que se resumiu na nucleação e entrega de maquinário, sob a responsabilidade de seis grandes núcleos de produtores, conformados por até três aglomerados rurais. Conforme pode-se ler à continuação:

[...] o secretário explicou sobre a nova maneira de atendimento que está sendo implantado no município sobre a Patrulha Agrícola, e administração de todo o trabalho, como a prioridade são os núcleos ficaram dividido em seis. Foi explicado como funcionará esse trabalho, mas é preciso haver união dos produtores e que o presidente do núcleo terá autonomia para programas que beneficiaram os agricultores e cada núcleo terá alguma máquina disponível, para que esses administrem o trabalho das máquinas em seus núcleos (ATA N.69 - Boa Esperança, 2014)

Não obstante, a Prefeitura Municipal, anteriormente a esse Programa, já dispunha de galpão, funcionários, maquinário e equipamentos, para prestar serviços de manutenção de estradas, abertura de açudes, entre outros, tanto na área urbana como na rural. E os núcleos vão assumindo a responsabilidade de coordenar o uso dessas máquinas em cada localidade rural, assim como pode-se constatar na análise do livro de Atas do Núcleo da Grama, no qual se abordou a necessidade de um planejamento, com as solicitações realizadas não mais de forma individual, mas através dos núcleos “para organizar melhor o deslocamento de máquinas pesadas, a benefício dos produtores”. (Ata N. 04,1983). Igualmente, o papel dos Núcleos na organização do uso de maquinário se percebe em Boa Esperança: “o assunto mais discutido foi a nomeação de um líder para organizar os pedidos de maquinário agrícola da prefeitura e a elaboração de uma lista de demandas para o uso das máquinas” (Ata N.30, 1995)

A grande novidade da patrulha agrícola consistiu em disponibilizar aos agricultores familiares, através de um contrato de cessão de equipamentos públicos e máquinas agrícolas, que permaneceriam sob a tutela dos dirigentes dos núcleos de agricultores. A finalidade do programa é permitir maior autonomia aos produtores rurais, aproximar os equipamentos e os mesmos gerenciarem e executarem as obras e serviços na hora desejada e da maneira apropriada. E da mesma forma, diminuir os custos operacionais para a prefeitura, responsável pela organização e

assistência técnica¹¹⁰, uma vez que as distâncias entre a sede e as unidades de produção, localizadas nos aglomerados rurais, prejudicavam o serviço, sendo que o acesso a esse maquinário, tornava-se difícil para a maioria.

Reunião com a comunidade presente, para tratar da entrega oficial dos equipamentos da patrulha agrícola: um subsolador, uma ensiladeira (rastelo), uma plantadeira. Os cuidados e a administração dos implementos foram pontos importantes enfatizados pelo presidente do STR. (Núcleo São José ATA N.48, 2015)

No entanto, segundo a declaração do entrevistado (EX SECRETARIO, 2021), idealizador do programa no âmbito municipal, no início houve certa resistência, pois os produtores viam mais comodidade em que a prefeitura prestasse tais serviços, mesmo que de maneira insatisfatória. Porém, realizadas rodadas de reuniões nas comunidades e explicações acerca de como iria funcionar, a adesão ao programa foi praticamente total, até porque quem ficasse fora dos núcleos, começaria a encontrar dificuldades para acessar esses serviços. Pela análise dos livros de atas, se constatou que o Programa da Patrulha Agrícola foi um tema relevante dentro dos NAFs, tratado inúmeras vezes, com importância comparada aos temas da reivindicação de direitos e da assessoria técnica da Emater. Mesmo que a execução tenha sido complicada inicialmente¹¹¹, visto que os produtores teriam que se organizar e planejar os serviços, o que em um primeiro momento, gerou muitas dúvidas. Com o tempo, no entanto, os produtores organizados e contando com os equipamentos, estabeleceram rotinas e programação dentro dos núcleos, acarretando melhoria na execução dos serviços. O programa tinha suas normas e a entrega do maquinário era oficializada pela assinatura de um documento, conforme podemos ler no livro de Atas do núcleo Boa Esperança:

Com a presença do secretário municipal da agricultura e o presidente do STR, a finalidade da reunião foi a cedência das máquinas da Patrulha Agrícola do município para este núcleo. Voltou-se a explicar como vai funcionar esse trabalho e que os presidentes dos núcleos, totalizando seis, terão a posse das máquinas, portanto, devem se reunir na sala de reuniões do sindicato para assinar o contrato (Ata N.72, 2016).

¹¹⁰ Trecho elaborado a partir de entrevista ao ex-secretário municipal da agricultura, gestão 2013-2016 (Mata, setembro, 2021).

¹¹¹ No núcleo Boa Esperança, as atas de número 69 a 72 (entre novembro de 2014 e janeiro de 2016), tratam da responsabilidade, união dos produtores para a entrega das máquinas ao núcleo. Mas não consta a data da entrega, que deve estar no documento de concessão.

Ao ser indagado sobre a legitimidade do programa, o ex secretário da agricultura confirmou que havia um projeto escrito e a entrega dos maquinários e equipamentos, respeitava a legislação municipal, visto se tratar de equipamentos públicos. Quanto aos maquinários destinados aos núcleos, disse que eram: alguns arados subsoladores (pé de pato), batedores de cereais, enleiradores de pedras, plantadoras, ensiladeiras, entre outros implementos agrícolas (ENTREVISTA, 2021).

Nesse sentido, consultado sobre o tema, o atual secretário de agricultura, gestão municipal 2021-2024, respondeu: “O papel da administração municipal é dar continuidade ao objetivo do Programa. Por isso, a importância de os núcleos estarem organizados e ativos para o fortalecimento da Patrulha Agrícola” (ENTREVISTA ONLINE, 2021).

De fato, a presente dissertação encontra, na teoria sobre as cooperativas camponesas, (CHAYANOV, 1991/2017), argumento que justifica a importância da cooperação entre os agricultores familiares, nesse caso: a aquisição e/ou uso coletivo de maquinário agrícola, o que desvela o papel fundamental dos NAFs para as unidades de produção familiares, no município de Mata. Inclusive, respaldada pelas falas dos entrevistados, poderia afirmar que um dos principais motivos da reativação dos núcleos, tenha sido a implantação do Programa de Patrulhas Agrícolas. Questionado se o Programa de Patrulha Agrícola tinha trazido algum benefício, Arroz (2020) respondeu:

Ah, melhorou muito a respeito das colheitas de feijão, do milho. Que precisava muito... muitas vezes tinha que debulhar o milho na maquinazinha manual, às vezes bater o feijão, tinha que bater de manguar, ou alguns que tinham trator, passavam o trator em cima e com essa patrulha agrícola mudou bastante, por causa do batedor. Pra plantar o milho também, tem a plantadeira, daí as pessoas que têm o trator pegam a plantadeira, planta lá pro outro, planta pra esse, e a plantadeira tá aqui na comunidade, não tem que ir lá na cidade buscar a plantadeira. Então melhorou muito isso aí, na comunidade, com o núcleo, com essa patrulha agrícola, aí melhorou muito, melhorou bastante mesmo.

Por esse ângulo, a decisão dos agricultores familiares do município de Mata, ao aceitar essa responsabilidade de gerenciar os equipamentos e máquinas públicas e encarregarem-se de seu cuidado, decisão que não foi tomada de uma hora pra outra, mas discutida, reflete, igualmente, a teoria da economia camponesa, de Chayanov (1974/2016) sobre o justo equilíbrio entre trabalho (autoexploração) e consumo, entre benefício e penosidade.

Ao tipificar o modelo de cooperação camponesa, Chayanov (1991/2017) cita como exemplo singular a associação de usuários de maquinário, a qual faz parte dos processos técnicos, que geram rentabilidade, ao favorecer o aumento na escala das operações, respeitando um dos princípios cooperativos da produção camponesa e suas atividades econômicas: a autonomia relativa frente ao mercado capitalista (p. 185). A aquisição de maquinário complexo seria rentável somente para grandes extensões de terra e processamento em larga escala de produtos, já que para as unidades com área reduzida, a execução manual do serviço seria mais em conta. Porquanto, o custo econômico do trabalho mecanizado, geralmente, não seria viável para o minifúndio, pois o gasto na compra do maquinário, e sua consequente amortização, deve ser dividido pelos dias de uso e pela quantidade de área plantada durante um ciclo (p.186). Então, vislumbramos o papel fundamental da associação de usuários de máquinas agrícolas: “disponibilizar para uso coletivo grandes equipamentos cuja aquisição não está ao alcance das pequenas unidades camponesas individualmente” (p. 199).

Nesse sentido, o autor teoriza sobre quando e em quais situações seria vantajoso o uso de maquinário nas unidades de produção camponesa. Um deles se refere à superação do problema de mão de obra, e a subsequente necessidade de distribuição, o mais regular possível, do trabalho ao longo do tempo (p. 191). Na tentativa de equilibrar a necessidade de inversão em trabalho de acordo com a mão de obra familiar disponível, em determinado espaço de tempo, a mecanização é bem vista, uma vez que alivia e organiza a distribuição do trabalho familiar e, inclusive, possibilita o cultivo de uma área maior (p. 194) e de maior variedade de produto cultivados, aumentando, assim, a renda bruta da propriedade. Ao interessar-se pelo uso de máquinas na sua propriedade, a lógica camponesa não pensa somente no lucro, mas no equilíbrio real entre produção e trabalho, o que dá sentido às associações de usuários de máquinas. Portanto, essa dissertação se atreve afirmar que aspectos da lógica camponesa permanecem nas mentes dos agricultores familiares matenses e tiveram papel fundamental sobre a decisão deles em apoiar o programa municipal de patrulha agrícola. Pois perceberam o rendimento e economia de tempo e esforço:

Tu dando certo, sabendo usar, é a melhor coisa que tem. Que daí fica perto aqui né, o pessoal daí precisa de uma máquina, tocava de ir na Mata buscar, tu vês a distância. Tendo máquina no núcleo é a melhor coisa.

Tudo, funcionando, bah. Tu não precisas esperar eles vir de lá. Por que eles, pra vir, chegam aqui muito tarde, então tendo aqui tu faz [sic] mais na hora que quer, e é ligeirinho (FEIJÃO, 2020).

Alguns problemas e vantagens das associações para uso coletivo de maquinários, apresentados por Chayanov (1991/2017), como: a origem do financiamento, forma de levantar o capital e quem controla o uso, como fazer para reposição de máquinas velhas, quem decidiu e sobre quais princípios se selecionou o tipo de maquinário mais necessário e se deu prioridade, demanda e estoque de máquinas (p. 195); igualmente foram mencionados pelos entrevistados, o programa não apresentou problemas, inicialmente, com o financiamento, pois a origem são os recursos públicos. No entanto, os problemas surgiram na organização, pois algumas pessoas não queriam participar dos núcleos, mas, por interesses político-partidários, se beneficiavam do uso de maquinário, muitas vezes sem colaborar com o fundo para manutenção destas máquinas. Assim, com o tempo, foram superados vários problemas, mas outros persistiram, especialmente, segundo relato dos entrevistados, relacionados a algumas atitudes parciais do secretário de agricultura de turno, devido a interesses partidários.

Uma vantagem fundamental, foi a superação dos longos deslocamentos das máquinas, bem como a diminuição das distâncias percorridas entre um aglomerado rural e outro desde o galpão da prefeitura, na sede urbana do município, até a unidade de produção. No caso de um produtor solicitar o uso de alguma máquina, logo outro de uma comunidade distante; depois outro, da comunidade anterior, a máquina se deslocava de um setor a outro do município, e, com isso, muitos produtores desistiam de fazer uso dessas máquinas.

4 CAPÍTULO III - O PAPEL DOS NAFs NAS DINÂMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS E POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

“Tantas vítimas produzidas pelo meu curral. Tantos queijos suculentos levei para a cidade. Nunca voltei com a sacola cheia.”¹¹².

Este capítulo pretende ser mais do que uma síntese dos temas tratados nos dois capítulos anteriores. Ser um esforço por tecer, entrelaçar, amarrar e estabelecer considerações no que tange às questões que nortearam esse estudo e relacioná-las com o sentido de desenvolvimento nas diferentes experiências de organização e no papel dos NAFs. Voltamos a nos perguntar que papel os Núcleos de Agricultores Familiares tiveram na organização e permanência das famílias nos aglomerados rurais, ao longo do tempo e ainda hoje, de que forma e em que nível. Quais são os desafios e oportunidades para superar obstáculos e alcançar melhores níveis de desenvolvimento, associado à qualidade de vida e sustentabilidade social e ambiental?

Com o propósito de compreender o sentido do desenvolvimento na visão dos atores envolvidos nas dinâmicas dos NAFs e o seu papel no desenvolvimento local, o presente capítulo foi estruturado em cinco seções. A primeira insere uma reflexão sobre o sentido de desenvolvimento, assim como algumas reflexões sobre o tema no município de Mata (MORAES, 2009; FRAGOSO, 2015) e sobre a participação nas organizações, com seus condicionantes, segundo o estudo de Souza (2012).

A segunda seção apresenta uma reflexão sobre dados dos censos agropecuários 1970-2017, relativos a estabelecimentos agropecuários associados, especialmente à entidade de classe e cooperativas. A terceira seção aborda as reflexões e sínteses produzidas pela análise realizada nos livros de atas de quatro núcleos, que foram agrupadas em três indicadores: ATER, Políticas Públicas, Reivindicação e Conquistas de Direitos que, por ser uma seção mais longa, foi dividida em três subtítulos. A quarta seção aborda o tema sobre o papel dos Núcleos de Agricultores nas dinâmicas da AF do município de Mata-RS e no desenvolvimento rural.

Finalmente, a quinta e última seção concentra-se em elaborar alguns desafios e potencialidades surgidos a partir da reflexão sobre as dinâmicas evolutivas da AF,

¹¹² BARTRA, A. Os Novos Camponeses. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

mostradas tanto em alguns dados históricos, coletados do IBGE e examinados na segunda parte do primeiro capítulo, como na análise das atas e falas dos entrevistados.

4.1 O SENTIDO DE DESENVOLVIMENTO E AS CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS QUE O FAVORECEM

Nesta seção pretende-se pensar sobre o sentido do desenvolvimento, com seus qualificativos: econômico e social. Considerar o que se entende sobre desenvolvimento, nos seus atributos rural e sustentável, para determinar obstáculos e potencialidades, é um desafio. É possível equilibrar desenvolvimento econômico, geração de renda com sustentabilidade ambiental, por exemplo? Que classe de desenvolvimento se entrevê nas experiências locais de organização trabalhadas nesta pesquisa? Segundo Souza (2012), a concepção e os sentidos de desenvolvimento acompanham os diferentes grupos e está atrelado às contingências geográficas, sociais, históricas, étnicas. O autor considera que o desenvolvimento se dá durante os processos participativos, mesmo que tenhamos sido acostumados a pensar em termos de resultados, de acordo a indicadores pressupostos.

O que é considerado desenvolvimento para um grupo ou uma pessoa, pode não ser para outros, o que era desenvolvimento no passado pode não ser no presente e, provavelmente, não será no futuro, de forma que consensos sobre indicadores são, praticamente, inviáveis (SOUZA, 2012, p. 264).

Com a intenção de encontrar um genuíno significado de desenvolvimento e suas consequências diretas para as pessoas, Veiga (2008) traz à discussão o legado de Amartya Sen (1999): *Desenvolvimento como Liberdade*¹¹³, ao refletir sobre sua essência, que seria a ampliação de capacidades humanas, sobretudo liberdade de decisão, bem como acesso a bens e serviços de qualidade: alimentação saudável, paz, saúde, educação, lazer, segurança, entre outros. Desenvolvimento que implica capacidade de escolha sobre o que consideram

¹¹³ Série de conferências proferidas entre os anos 1996 e 1997, quando o indiano era membro da presidência do Banco Mundial, e publicados em 1999, depois de haver recebido o Nobel de Economia.

valores, como: direito a pensar, participar e decidir sobre temas que envolvam sua própria vida e de sua família, bem como de seu ambiente e entorno social. “O desenvolvimento, assim, tem a ver com liberdade, com proteção dos direitos humanos e com o aprofundamento da democracia” (p. 56). O autor enfatiza a necessidade de distinguir e separar os conceitos de desenvolvimento e de crescimento econômico, uma vez que pobreza não deve ser vista só pela variável renda, mas como inexistência de qualidade de vida, considerando o crescimento econômico como incapaz de per se, responder ao que seria o desenvolvimento; por outro lado, refuta as teorias que consideram o desenvolvimento inalcançável, uma quimera. Então, faz uma reflexão sobre o desenvolvimento como “caminho do meio” entre ambas concepções e lhe acrescenta o adjetivo sustentável, como qualidade *sine qua non*.

Em resumo, para esses estudiosos que tentam trilhar um caminho do meio, não há desenvolvimento sustentável possível sem que se harmonizem objetivos sociais, ambientais e econômicos, sem que se tenha solidariedade com as gerações atuais e futuras. (p. 57)

Nesse aspecto, a possibilidade de desenvolvimento sustentável¹¹⁴ no município de Mata sempre foi alvo de questionamentos pessoais, assim como um sentimento de responsabilidade para com minha terra natal, o lugar onde eu nasci e morei durante minha infância e adolescência, terra constituída por diversidade de povos, por diferentes recursos naturais, policultivos e variadas possibilidades de desenvolvimento. Para que haja desenvolvimento sustentável, é preciso existir produção de alimentos diversificada, produção que protege e reproduz os *recursos* naturais ou as bases naturais da existência. Aliada ao desenvolvimento de potencialidades humanas e sociais. Outrossim, as ideias e noções geradoras de debates sobre mundo rural e desenvolvimento, segundo Schneider (2004), foram importadas pela intelectualidade brasileira, devido à percepção de urgência na construção de uma nova abordagem sobre o tema. As discussões giram em torno dos seguintes elementos: a erradicação da pobreza rural, a questão do protagonismo dos atores sociais e sua participação política, o território como

¹¹⁴ Sustentável no sentido de proteção, cuidado com a conservação ambiental e a reprodução satisfatória dos bens naturais, ofertados pelo Planeta, bem como o respeito com toda forma de vida e com a esperança de um futuro saudável para as gerações que virão.

unidade de referência e a preocupação central com a sustentabilidade ambiental (p. 94).

Para Souza (2012) “As organizações existem e se desenvolvem sobre determinadas condições sociais, políticas, cognitivas, culturais e ambientais” (p.10). Não há um bom ou mal desenvolvimento per si, mas juízos de valor, por esta razão, todo planejamento de desenvolvimento deve ser, necessariamente, participativo. Participar, segundo o autor, implica assumir parte da responsabilidade por decisões que envolvem seus valores e suas vidas. A participação deve ser efetiva, consciente e racional, capaz de afirmar a pessoa frente ao grupo e confirmar sua existência pessoal, seus valores, objetivos, critérios de decisão e suas opções de vida. (p.153-187). Destaca-se, ainda, a participação como processo social, e não fim em si mesmo, pois na participação efetiva, genuína, a qual considera a liberdade, a expressão pessoal, a individualidade e a profundidade que as decisões tomadas na organização poderiam ter na vida de seus membros. Esse processo seria mais importante que os resultados, uma vez que os processos desencadeados pela participação são dinâmicos, seu curso é imprevisível e o resultado pode ser totalmente distinto ao esperado.

Todo pensamento e ação de desenvolvimento rural se dão e transitam dentro de organizações, porquanto, a presença de condicionantes organizacionais pode obstruir ou facilitar, limitar ou potencializar o andamento de políticas e ações de desenvolvimento e a definir seu caráter.” (SOUZA, 2012, p.23)

Quando esta participação é genuína, autêntica, implica juízo de valor, liberdade, protagonismo, não é falaciosa e supõe uma entrega e responsabilidade de todos e cada um, conforme seu talento. Bem como o desenvolvimento de habilidades e capacidades sociais. Mas tratar sobre isso é complexo, já que nas relações existem conflitos de poder, manipulação, cerceamento e evitação (SOUZA, 2012), entre outros fatores que impedem uma participação geradora de transformação da realidade de cada um para o bem-viver de todos. Seguindo este raciocínio, Lederach (2008, p. 131), convida a pensar a interseccionalidade e favorecer a flexibilidade imaginativa como habilidade para “adaptar-se e aproveitar os desafios emergentes e situados em um contexto”. O autor aborda o tema sobre a transformação de conflitos e, em sua teoria da teia de aranha, sobre a transformação social, afirma: “tejer redes es el arte de crear plataformas para

generar respuestas creativas, [...] la capacidad continua de generar procesos, ideas y soluciones” (p. 132)¹¹⁵

Como contraponto, e para seguir tecendo a narrativa, com base no relato de alguns entrevistados, pode-se entrever uma convicção de que o enfraquecimento das comunidades rurais e das lutas organizadas, ativas a partir dos anos oitenta, deu lugar a uma forma isolada de cada produtor familiar resolver seus assuntos, muitas vezes ancorada numa atitude de apadrinhamento e dependência político-partidária. Como relata um entrevistado:

A política partidária entrou no seio dos movimentos, associações e instituições, inclusive no Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entidade com mais de cinquenta anos de presença atuante no município e que, na atualidade, se tornou operacionalizador de políticas governamentais. As instituições não se renovaram, por muitos anos permaneceram os mesmos líderes, tanto na Administração Municipal como no Sindicato dos Trabalhadores Rurais (PROFESSOR, 2019).

Há coincidências no relato das pessoas entrevistadas, com respeito à falta de incentivo da administração pública municipal e vontade política no apoio às iniciativas e empreendedorismo de qualquer espécie, assim como a necessidade de capacitação e renovação dos servidores públicos. “[...] o presidente do núcleo de agricultores da comunidade, quem falou sobre o desinteresse da prefeitura para com a comunidade São José (Ata 15, 1996).

Por outra parte, alguns entrevistados afirmam que as iniciativas não são coordenadas nem apoiadas pela maioria da população, quem mantém uma postura mais independente nas suas atividades empreendedoras e consideram que reunir-se para o debate conjunto é perder tempo, como nos revela a fala seguinte:

As reuniões são convocadas, geralmente, pela Prefeitura, Emater ou Sindicato, e eu vou avisar. A maior parte das pessoas não participam das reuniões. Não sei o porquê, talvez seja muita conversa e poucas coisas feitas. Até a respeito do nosso poço, já foi feita alguma reunião e muita conversa e não foi resolvido o problema. A conversa, nós temos que conversar e resolver os problemas. Porque se conversamos hoje, e amanhã e depois e ainda não resolvemos o problema! O povo está desta forma, quer ir lá e resolver, não quer ficar escutando conversa. (ARROZ, 2020).

Não obstante, a ideia de trabalho associado implica um desprendimento, que talvez nem todos possam compreender ou ver como benéfico, já que supõe

¹¹⁵ Tecer redes é a arte de criar plataformas para gerar respostas criativas, a capacidade permanente de gerar processos, ideias e soluções [tradução própria].

riscos. É preciso educação para a colaboração e o cooperativismo. Segundo Naressi e Cotrim (2013), os princípios e valores do cooperativismo precisam ser entendidos e cumpridos pelas pessoas que pretendem ser parte de uma cooperativa, só assim sua organização conseguirá atingir sua principal finalidade: promover o desenvolvimento local. Nesse sentido, a motivação é a chave do sucesso de uma organização.

A agricultura camponesa precisa de espaço para concretizar seus potenciais. Se esse espaço não estiver disponível, por causa de interações negativas do ambiente na agricultura camponesa, a capacidade de a agricultura camponesa dar vazão ao seu potencial, fica bloqueada (PLOEG, 2017, p. 87)

Por esse ângulo, este estudo considera afirmar que a forma de organização dos aglomerados rurais em Mata, em grande parte determinadas suas características pela cultura cristã dos imigrantes, é resultado das relações dialéticas entre a identidade camponesa, trazida pelos colonos e a adquirida através do processo de construção de um novo ator social e de configuração de um espaço social renovado. Essa fusão entre identidade cultural e construção de território imprime seu selo na base organizativa da unidade familiar e nas suas relações, bem como em cada núcleo constituído e existente atualmente, nas diferentes localidades. Segundo Putnam (2006), o contexto mais amplo onde a ação coletiva está inserida determina a forma como se suplantam os seus impasses e as posturas oportunistas desagregadoras.

Cabe aqui resgatar o estudo realizado por Fragoso (2015) – intelectual local e ativista – e sua proposta de desenvolvimento para o município de Mata. Os fatores que influenciam o desenvolvimento rural, citados pelo estudo, estão interligados e se retroalimentam. São os seguintes: Movimentos sociais, que mobilizam o interesse da administração; o interesse da administração em criar programas de fomento; as legislações favoráveis e a disponibilização de orçamento para estes segmentos (pp. 6 e 13). Para o autor, esses elementos são constantes, e foram comprovados pelo estudo teórico¹¹⁶ e a análise de ações coletivas, impulsionadas por políticas públicas, realizadas em três municípios¹¹⁷.

¹¹⁶ No estudo de Fragoso, são citados os autores: Schneider, 2006. Maluf, 2009. Passador et AL, 2005. Putnam, 2000. Fialho e Waquil, 2008.

¹¹⁷ Projeto Jeito Caseiro de São Francisco de Assis, Hortomercado de Santiago e Fundo Rotativo de São Pedro do Sul (p.9-14).

O mesmo autor, na sua análise da realidade matense, afirma que devem ser consideradas algumas variáveis, propulsoras de desenvolvimento local, tais como: capacitação e renovação dos servidores públicos; inversão em conhecimento e educação para o desenvolvimento e a valorização do patrimônio, convênios com instituições de ensino próximas geograficamente e adoção de um conjunto de ações, traduzidas na elaboração de um plano conjunto de trabalho no município. Enfim, maior organização e dinamismo, onde sociedade e administração pública municipal se comuniquem de forma mais concreta e eficaz. Sugere que o resultado das políticas públicas pode ter um viés cultural e político que mobiliza (ou não) o interesse da administração, as melhorias na legislação e no orçamento público. Perguntado, durante uma conversa que tive com ele, sobre a aplicação de suas sugestões para um plano de trabalho¹¹⁸ conjunto no município, Fragoso confessou, com certo desânimo, que seu estudo foi engavetado. No entanto, esta pesquisa considera a possibilidade de que seu estudo/ proposta poderia ser resgatado

Nesse aspecto, Moraes (2009) constata que a existência de diversificação de atividades agropecuárias no espaço rural do município, especialmente em unidades de produção familiares de até cinquenta hectares, e outras, como agroindústrias e fábrica de móveis e rota de turismo rural, dinamizam a economia local e fazem com que o rural exerça um papel relevante. “A inter-relação das atividades tradicionais com as novas cadeias produtivas inseridas e, também, com as atividades não-agrícolas apresentam-se como perspectivas de desenvolvimento” (p. 137). A autora sugere que haja um investimento conjunto, entre administração pública municipal e produtores rurais, no aperfeiçoamento das cadeias produtivas existentes¹¹⁹, através de cursos de especialização e o estímulo às iniciativas da população rural, bem como investimento em tecnologia de produção. Nesse aspecto, a ação coletiva entre empreendedores, agricultores familiares e instituições impulsaria o desenvolvimento socio econômico do município, como expressa o trecho seguinte:

A ação coletiva no contexto da agricultura familiar é capaz de viabilizar atividades rurais e processos industriais, podendo torná-la sustentável ao

¹¹⁸ Fragoso (2015) apresenta um plano de trabalho (p.16, versão virtual), com seis metas e ações, baseadas em sua avaliação das políticas públicas, no intuito de colaborar para a construção de um modelo de desenvolvimento, que parte do rural, mas que abrange todo o município.

¹¹⁹ Cita a bacia leiteira, e opina que deveria ser estimulada pelo poder público, devido à presença de uma fábrica de laticínios no município de Mata que, atualmente, compra de outros municípios a maior parte de sua matéria prima. E o cultivo de noz-pecã, que é um cultura relativamente nova e prometedora.

longo do tempo. Além disso, os benefícios da ação coletiva transpassam as fronteiras da propriedade, externalizando ganhos coletivos que são capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais. (TIERLING e SCHIMIDT, 2016, p.13)

4.2 PRODUTORES ASSOCIADOS A COOPERATIVAS/SINDICATOS. MATA RS – REFLEXÃO A PARTIR DOS DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS 1970-2017.

Segundo Chayanov (1991/2017), a cooperação entre camponeses encontra sentido na sua capacidade de “proteger a unidade de produção camponesa de pequena escala sob condições de competição de mercado” (p. 29), uma vez que a cooperação entre esses grupos de produtores possibilita compartilhar algumas vantagens da produção em larga escala. Ainda, a esse tipo de cooperação, o ator atribui “méritos sociais”, em benefício dos **agricultores familiares camponeses**¹²⁰, em comparação com as consequências desfavoráveis da economia de mercados capitalistas.

Picolotto & Diesel (2004) apresentam a constituição de associações de produtores para formação de cooperativas e agroindústrias, como parte das “estratégias coletivas de resistência à proletarização desenvolvidas pelos agricultores familiares” (p. 1), uma vez que os produtores descobrem benefícios de filiarem-se a uma associação ou entidade de classe.

Sobre o número de sindicalizados rurais, Rodrigues (2015, p. 113), observa que vem caindo em todo o Brasil e, especialmente, nas regiões Sul e Sudeste, pois na região Nordeste houve crescimento. “Na comparação dos anos selecionados de 1992 a 2013, verificamos que a Região Sul, que era, de longe, a região mais sindicalizada, caiu de 26% para 19%”. No entanto, em Mata, o número de filiados cresceu ao longo da história do STR, entre a fundação¹²¹ e o ano de 1995, ano do pico de crescimento, e, desde então, teve leve declínio. Segundo a gestão atual (2020), a filiação ao STR tem aumentado nos últimos anos, devido às campanhas de filiação, como o diferencial para esposa ou filho de até 25 anos de idade e o incentivo de convenio saúde e aposentados.

¹²⁰ Expressão empregada por Sergio Schneider no prefácio à edição brasileira, do livro *Camponeses e a arte da agricultura*. (Ploeg, 2016)

¹²¹ Fundado em 23 de março de 1968. Reconhecido pela Carta Sindical do Ministério do Trabalho e Previdência Social, em maio de 1969 e inscrito como pessoa jurídica em março de 1971.

Nesse sentido, a tabela 23 mostra dados que revelam um constante aumento de estabelecimentos associados a sindicatos e cooperativas, no período histórico analisado. Para o censo de 1970, cerca de dezenove por cento (18,92%) dos estabelecimentos rurais estava associada. Em 1980, houve uma redução, ficando no percentual próximo a catorze por cento (13,82%). Houve aumento significativo em 2006, chegando a sessenta e um por cento dos estabelecimentos (61,12%), tendência que continuou em 2017, com sessenta e oito por cento (68%) dos estabelecimentos associados. Um aumento significativo das associações, mesmo com a redução dos estabelecimentos ao longo das décadas. Esse aumento, se deve, especialmente, à filiação dos agricultores ao STR, a partir da década de 1980, até 1995.

Tabela 23 - Número de Estabelecimentos associados a cooperativas/sindicatos – censos 1970-2017¹²²

| Ano do Censo | Estabelecimentos Agropecuários | Associados | % |
|--------------|--------------------------------|------------|-------|
| 1970 | 1.025 | 194 | 18,92 |
| 1980 | 890 | 123 | 13,82 |
| 2006 | 836 | 511 | 61,12 |
| 2017 | 768 | 523 | 68,09 |

Fonte: IBGE censos 1970, 1980, 2006 e 2017. Arranjo Piber, 2021

Ao distinguir os dados da AF, na tabela 24, podemos observar incremento de associados em ambas tipologias: na AF, passou de sessenta e dois por cento (61,89%) em 2006 a setenta e um por cento (71,13%) em 2017, em relação ao total de estabelecimentos familiares. No entanto, o dado mais relevante é que as duas categorias tiveram um incremento na filiação à cooperativa, sendo um aumento significativo dos estabelecimentos da AF neste tipo de associação. No município, no último censo houve redução de estabelecimentos, em números absolutos, com relação ao censo anterior, pois os dados da tabela 2, mostrados no Capítulo 1, revelam que essa redução ocorreu nos estabelecimentos de AF. Não obstante, aumentou o número de estabelecimentos associados, tanto em cooperativas como entidade de classe. Sendo um aumento expressivo de estabelecimentos da AF associados à cooperativa. De dezoito (18) em 2006, aumentou a cento e cinquenta e

¹²² Não foram encontrados dados sobre produtores associados no censo 1995-6. No entanto, a informação de que houve aumento significativo de filiados ao STR entre 1980 e 1995, foi dada pelo presidente do STR (ENTREVISTA, 2019).

dois (152) estabelecimentos, em 2017, percentual de elevação maior a mil por cento. Não temos estudos sobre a que tipo de cooperativa os estabelecimentos familiares estão filiados, mas é um dado interessante a se analisar futuramente. Alguns estabelecimentos estão associados tanto à entidade de classe como a uma cooperativa.

Tabela 24 - Estabelecimentos de produtores associados a cooperativas/sindicatos Tipologia AF 2006-2017.

| Ano do censo | Número estabelecimentos | Associados | % | Coop. | Entidade de classe/sindicato | |
|--------------|-------------------------|------------|-----|-------|------------------------------|-----|
| 2006 | Total: | 836 | 511 | 61 | 27 | 449 |
| | Ag. familiar: | 748 | 463 | 62 | 18 | 415 |
| | Não familiar: | 88 | 48 | 54 | 09 | 34 |
| 2017 | Total: | 768 | 523 | 68 | 186 | 474 |
| | Ag. familiar: | 641 | 456 | 71 | 152 | 427 |
| | Não Familiar: | 127 | 67 | 53 | 34 | 48 |

Fonte: IBGE Censos 2006 e 2017. Arranjo Piber, 2021

4.3 ANÁLISES DAS AÇÕES DOS NÚCLEOS DE AGRICULTORES: ATORES, PARTICIPAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO.

No segundo semestre de 2020, entre os meses de agosto e dezembro, após haver estabelecido diálogo com os dirigentes dos NAFs, quem me emprestaram seus livros de atas, foi realizada leitura, revisão e resumo de duzentas e quinze (215) atas, distribuídas nos Livros de Atas de quatro¹²³ dos sete núcleos ativos no município. Posteriormente, no primeiro semestre de 2021, realizou-se análise de conteúdo destes documentos. Iniciada por um exame crítico dos mesmos, onde foram consideradas as cinco dimensões do que Cellard (2010) chamou de “análise preliminar” (p.299), as quais são, em outras palavras: o contexto social onde o documento foi produzido e ao qual os autores pertenciam; a identidade das pessoas que elaboraram o documento, seus interesses e motivos; a confiabilidade e autenticidade do texto; a natureza do texto e, finalmente, a sua lógica interna e o significado dos conceitos relevantes. Enfim, completada esta análise, consciente das limitações próprias de um documento escrito há certo tempo, por pessoas que não tinham muita intimidade com a linguagem escrita e conhecendo seus motivos, que

¹²³ Grama, Boa Esperança, Pinheirinho e São José.

primavam pela busca de solução a problemas concretos e reais, bem como responder à orientação da assessoria técnica por deixar registro das reuniões, e não, necessariamente, elaborar complexos relatórios de atividades, realizei análise de conteúdo: sistematização, categorização e interpretação a partir de um mix de temas relevantes para minha pesquisa e repetidos na maior parte das atas da maioria dos Núcleos.

As atas das reuniões dos NAFs são sucintas e somente em parte conseguem traduzir ou expressar toda a riqueza presente na vida que se desenrolou junto e a partir da constituição dos núcleos. Inclusive, um bom número delas foi realizado quando havia troca e eleição de nova diretoria. Assim como registravam as atas, especialmente, quando as reuniões contavam com representantes de instituições, como técnicos da Emater, Administração Municipal ou STR.

No entanto, há uma dinâmica por detrás dos apontamentos registrados em cada livro de atas, os cadernos podem estar-se deteriorando, alguns literalmente perdendo seu conteúdo físico, porém, existem anseios, colaboração mútua, desafios, consciência, esperança e conquistas escondidas nas letras que se descolorem e que precisam ser resgatadas e socializadas. Dinâmica fruto da constituição dos NAFs junto às comunidades rurais do município e da relação que se estabeleceu entre as diferentes instituições e os agricultores familiares, justamente nesse lugar social. Os principais temas tratados nas reuniões, são indicadores da relevância dos NAFs nas dinâmicas da AF e na sua configuração atual, seu papel para o desenvolvimento local.

Conforme quadro comparativo (figura 3), que resume dados analisados nos livros de atas, a média de participação nas reuniões não representa a totalidade dos membros dos aglomerados rurais, pois é de dezessete (17) participantes, e as comunidades possuíam um número bem maior de habitantes. No entanto, geralmente participaram das reuniões dos núcleos os membros da diretoria e, conforme o tema a ser tratado, um representante por família, geralmente do sexo masculino e responsável pela unidade produtiva familiar. Nesse fato, se pode perceber uma das principais finalidades da criação dos núcleos, ou seja, servir de enlace entre os agentes das instituições, presentes na área urbana e as famílias moradoras na área rural.

As mulheres, mesmo havendo participado de algumas reuniões, em número bem mais reduzido, têm seu próprio Grupo de Mulheres, uns ligados aos programas

da EMATER e outros ligados ao STR. Conforme o relato da extensionista rural social e atual *chefa* [sic] do escritório municipal da Emater:

Os grupos de mulheres costumam se reunir uma vez ao mês, seja na casa de alguma delas ou no clube da localidade, desenvolvendo atividades práticas como confecção de receitas, elaboração de produtos de limpeza, artesanatos, entre outros. Aproveitamos a reunião para tratar de assuntos relacionados a saúde, saneamento, segurança e soberania alimentar, agroecologia, garantia de direitos, valorização das relações, cooperação, etc. São atendidas 11 comunidades, cerca de 180 mulheres no total (ENTREVISTA, 2019)

Para realizar esta análise, foram pensados cinco indicadores/categorias, estabelecidos três critérios para facilitar a sistematização: os temas que mais vezes foram mencionados nas atas e que pudessem reunir os interesses dos diversos atores presentes nas reuniões e, ainda, que pudessem responder às questões da pesquisa. Duas categorias foram inseridas no capítulo anterior, em subtítulo próprio, relacionadas ao Plano Alternativo de Desenvolvimento Rural (ciclo de debates, diagnóstico das propriedades), e ao Programa de Patrulha Agrícola. Os demais temas foram agrupados em três categorias: Capacitação e ATER, Políticas Públicas, Reivindicação e Conquistas de Direitos, baseados em um quarto critério, a relação das seguintes instituições com os NAFs: Emater, Administração Municipal e STR.

Considera-se a interdependência entre as três categorias, inseridas em um processo complexo e multifacetário, que se dá em espaços construídos ao longo dos anos, como foram os NAFs analisados. Nesse sentido, a organização para a reivindicação de direitos fundamentais e para o acesso apropriado a eles, que direcione a elaboração e a aplicação das PPs, incluída a política de ATER, com vistas ao desenvolvimento rural sustentável, pressupõe reconhecimento mútuo, admitir a existência da AF como classe política e categoria socioprofissional, tanto pelas Instituições, como pelos próprios atores sociais.

O reconhecimento conferido à agricultura familiar e a construção de políticas diferenciadas para um vasto grupo social, que até então não havia sido contemplado com ações específicas, não foram mudanças triviais, e é por isto que ganharam repercussões no cenário nacional e internacional (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p. 20)

Em suma, as três instituições citadas anteriormente atuaram junto aos NAFs desde sua fundação até os dias atuais. A análise dos livros de Atas revela que essas

instituições trabalharam, em alguns aspectos, de forma conjunta e consensuada, e em outros de forma individual. No entanto, sua atuação possibilitou que demandas dos agricultores familiares fossem organizadas e encaminhadas, e muitas reivindicações colocadas em pauta. Bem como políticas públicas pudessem chegar ao maior número de agricultores, graças ao trabalho conjunto entre Instituições e as diretorias dos NAFs, e à participação do grupo nas reuniões convocadas. Destacase a Emater no tema de assistência técnica e extensão rural específica para a melhoria da produção e a geração de renda. A administração municipal, na infraestrutura e programas de incentivo à AF, com ênfase no programa de patrulha agrícola. O STR, nos temas relacionados à reivindicação de políticas públicas e direitos, como aposentadoria rural de homens e mulheres e gestão de alguns programas, como o Sistema troca-troca de sementes e PRONAF. A continuação, segue quadro que resume a análise das atas dos quatro núcleos.

Quadro 2 - Quadro comparativo dos livros de atas¹²⁴

| NÚCLEOS | Boa Esperança | Gramma | Pinheirinho | São José |
|--|---|---|--|--|
| Total de Atas | 76 | 39 | 50 | 50 |
| Período | Junho/1980 a julho/2018 | Junho/1980 a junho/2017 ¹²⁵ | Outubro/1996 a setembro/2020 | Junho/1980 a Junho/2018 |
| Média número de participantes (H/M) | 5 mulheres/reunião: 26% 14 homens/reunião: 76% | 4,5 mulheres/reunião: 21,5% 12,5 homens/reunião: 78,5% | 1 mulher/reunião: 3% 14 homens/reunião: 97% | 4 mulheres/reunião: 17% 17 homens/reunião: 83% |
| Instituições Participantes¹²⁶ | STR, Emater, Administração Municipal, Banco da Esperança, Cooperativa do Sertão, Sicredi, Banco do Brasil. | STR, Emater, Administração Municipal, Cooperativa do Sertão, | Administração Municipal de Mata e de Jaguari, Emater STR, URI-Santiago | STR, Emater, Administração Municipal, Cooperativa do Sertão, |
| Principais temas tratados (os mais repetidos) | Políticas Públicas de apoio à agricultura familiar. Capacitação e ATER Organização e Associativismo, eleição de representantes, Celebração do Dia do Agricultor. Reivindicação e Conquistas de Direitos Sociais, participação em reuniões, eventos e manifestações. Patrulha Agrícola | Políticas Públicas de apoio à agricultura familiar, Capacitação e ATER, Reivindicação e Conquistas de Direitos Sociais, participação em reuniões, eventos e manifestações. Organização e Associativismo, eleição de representantes, Celebração do Dia do Agricultor Patrulha Agrícola | Poço artesiano comunitário. Reivindicação e Conquistas de Direitos Sociais, participação em reuniões, eventos e manifestações. União, Organização e Associativismo, eleição de representantes. Políticas Públicas de apoio à agricultura familiar. Capacitação e ATER. Patrulha Agrícola | Reivindicação e Conquistas de Direitos Sociais, participação em reuniões, eventos e manifestações. União, Organização e Associativismo, eleição de representantes. Políticas Públicas de apoio à agricultura familiar, Capacitação e ATER. Patrulha Agrícola. Plano de Desenvolvimento Rural |

¹²⁴ Com a pandemia, as reuniões foram suspensas, mesmo assim, a partir de 2018, já não se realizaram reuniões, não souberam me explicar o motivo, mas deduzo que seja pelo momento político. Nesse período, entre 2018 e 2019, os núcleos realizaram reuniões para acessar às emendas parlamentares, com intuito de adquirir novo maquinário para o Projeto de Patrulha Agrícola, mas essas reuniões não registraram atas. Somente o núcleo Pinheirinho seguiu registrando suas atas, mas correspondiam à comissão do poço artesiano, na verdade.

¹²⁵ Apesar de que não me foi fornecido livro de Atas a partir deste período, o Núcleo da Gramma segue ativo e tem sua diretoria.

¹²⁶ Citadas as instituições que participaram de pelo menos uma reunião, durante todo o período. Aqui não se apresenta o número de vezes em que cada instituição participou.

4.3.1 ATER – Assessoria Técnica e Extensão Rural para o desenvolvimento rural sustentável, oferecida pelo escritório de EMATER-ASCAR RS aos Agricultores Familiares que faziam parte dos NAFs.

Como visto no capítulo anterior, a constituição dos NAFs surge da iniciativa do escritório da Emater, como uma estratégia que facilitasse a implantação dos programas de assessoria, no intuito da “modernização agrícola” e que os agricultores de Mata estivessem capacitados para receber essas inovações. No entanto, a missão da instituição (EMATER, 2006) remete à concepção de que o desenvolvimento sustentável é um processo, onde as questões de cunho social, como geração de renda, segurança alimentar e qualidade de vida, sempre foram prioridade, mesmo algumas vezes esquecidas na tarefa de assistência técnica. “As populações envolvidas, apoiadas pelos agentes de extensão rural, devem ser coprodutores ativos dos resultados” (p.9). Nesse sentido, a assistência técnica foi a base das primeiras reuniões (registradas nos livros de atas¹²⁷ dos NAFs, e a abrangência dessa assessoria não se reduziu à implantação de novas tecnologias, mas o enfoque social sempre esteve presente, conforme se pode ler no trecho do Marco Referencial para as ações de extensão:

A extensão rural possui uma função de caráter educativo não formal, participativo e de assistência, com uma efetividade social ampla na medida em que leva às populações conhecimentos nas diversas esferas da vida em sociedade, nas áreas de produção, organização, educação, saneamento ambiental e básico, saúde, nutrição, cultura, geração de renda, entre outras (EMATER, 2006, p. 12).

Ao analisar os livros de atas, assim como as falas dos entrevistados, se percebe que a participação da Emater foi fundamental e muitas atividades foram realizadas, especialmente na década de 1980 e início de 1990. Dos quatro livros pesquisados, três iniciam em 1980, com a presença de técnicos da Emater, e as primeiras atas tratam de assistência técnica e formação de parcelas demonstrativas. Com os seguintes temas, que se repetem: orientações técnicas sobre análise e conservação do solo, calcário e adubo, cultivo do fumo, milho, feijão e batata, uso de fungicidas e inseticidas, e as precauções necessárias para evitar doenças. Bem

127 Atas N. 1 a 10, junho de 1980 a agosto de 1987, Boa Esperança. Atas N. 1 a 7, de junho 1980 a abril 1987, em São José e atas N. 1 a 6, de junho 1980 a junho 1987, Grama.

como sobre o controle das moscas caseiras, e o combate à mosca das frutas. Produção de leite, silagem e Bio-gás. Armazenamento de grãos. Criação de pequenos animais e cultivos de subsistência. Sistema de Plantio Direto (SPD). Reflorestação. Cultivos de lavoura permanente, especialmente parreiras. Esses assuntos foram tratados nos três núcleos analisados. Algumas vezes, foi citada a troca de experiências entre os agricultores de diferentes núcleos e, inclusive, com os municípios vizinhos, como se pode observar no Núcleo São José: “um dos produtores explicou como foi sua participação em São Pedro do Sul, sobre o funcionamento do Bio gás e os silos para melhor aproveitamento de ração” (Ata 4, 1981).

Outro tema discutido em algumas reuniões foi a produção pecuária, especialmente no Núcleo Boa Esperança, no entanto a discussão sobre produção de leite e aquisição de vacas leiteiras por financiamento, ocorreu também em outros núcleos, como Grama (Ata 20, 1997). O tema da pecuária, sobretudo com animais de pequeno porte (galináceos, suínos) foi encabeçado pela administração municipal, além da Emater, e versou sobre: aquisição de um abatedouro de frangos, a ser construído no município, devido à necessidade da diversificação das atividades agrícolas, pela frustração das últimas safras, com a sugestão da criação de frangos. “Os mesmos produtores seriam os donos da indústria de frangos abatidos”. A administração municipal expressa o interesse por construir um condomínio de porcos, criar galinhas e trabalhar em conjunto. “Os produtores tomaram a proposta, depois de muita discussão, e decidiram que vão conversar e responder em outra ocasião” (Boa Esperança, Ata 21, 1991). No entanto, quatro anos depois, o tema do condomínio ressurgiu no núcleo Boa Esperança. “Assunto: Núcleo e condomínio. Ficaram em que realizarão reuniões para eleger um representante de cada núcleo.” (Ata 27, 1995). De forma empírica, sei que existe criação de suínos, em São José do Louro, que pertencia ao Núcleo Boa Esperança. No entanto, um estudo sobre o que sucedeu depois destes debates sobre produção pecuária nos NAFs, com seus avanços e dificuldades, é meritório, pois os dados do Censo Agro 2017 mostram que houve redução no efetivo de rebanho suíno.

A dinâmica das reuniões dos NAFs, no que se refere à categoria ATER, bem como os assuntos tratados nessas reuniões, espelham que a forma dialógica acontecia, onde se privilegiava o debate e a decisão consensuada, tanto sobre os

assuntos como sobre as ações; o objetivo era melhorar a qualidade de vida dos membros dos grupos e suas famílias, na unidade de produção e no coletivo rural; propósito que supera o crescimento econômico, pois as atividades nomeadas, de geração de renda e diversificação da produção visavam o desenvolvimento local sustentável, em que o processo participativo, quando as pessoas têm oportunidade de tomar decisões, é um elemento constitutivo essencial, conforme Sen (1999/2010): “Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (p. 33).

Com respeito à atuação da Emater junto aos núcleos, sua presença volta a aparecer em meados dos anos 1990 e no ano 2000, coincidindo, especialmente, com o I Ciclo de debates sobre Desenvolvimento Rural Sustentável, que foi tratado no capítulo anterior. No entanto, mesmo que a presença da Emater junto aos núcleos não esteja claramente refletida nas últimas reuniões dos NAFs, há indícios de que o trabalho de extensão rural exercido pelo escritório, no município, somente diminuiu a partir de 2007, quando houve a demissão dos técnicos, já aposentados, pelo governo estadual daquele ano. Para ser retomado poucos anos depois, com o enfoque mais social. Perguntado sobre se existia ainda a assessoria da Emater, Arroz (2020) respondeu assim:

É, continua tendo relação com a Emater. Até eles me fazem visita aqui seguidamente, né, e a gente visita lá também. Eles vêm e me dão assistência em alguma coisa aqui, e melhorou alguma coisa aqui em casa também, através da Emater, né, do esgoto que foi feito. O encanamento da pia, pelo menos, saía daqui, ia lá embaixo, e lá corria campo fora. E aí, através da Emater, nós fizemos e cobrimos aquilo ali, e fizemos um buraco, enchemos de pedra, pedra graúda, e depois foi botado um plástico por cima. O sumidouro que foi feito ali. Aquilo a gente tinha ideia de fazer, mas nunca se deu muita importância pra fazer, e aí, através da Emater, ela veio, e olhou, e falou. Até que um dia eu peguei e fiz, foi muito importante o feito. E melhorou.

4.3.2 Políticas Públicas de incentivo à agricultura familiar e relação da Administração Municipal e suas secretarias com os NAFs.

Segundo Vilela (2017, p. 252), com respeito ao tema das políticas públicas, é necessário questionar sobre o “lugar que ocupa a agricultura familiar no projeto de sociedade” capitaneado pelo Estado. Somente construindo uma resposta, e a partir

dela, é que se estabelecerão critérios de elaboração e emprego das políticas públicas, bem como a articulação dessas políticas segundo a concepção de desenvolvimento rural e da definição do lugar da AF, pois, segundo o autor, se a visão que se tem é de que a AF seja um setor da agricultura em geral, serão determinados certos critérios para a aplicação de PP, assim como a destinação de recursos/investimentos públicos para esse setor, considerando elementos como total de área colhida ou quantidade produzida, por exemplo, segundo dados do IBGE (2017): ocupando a AF 23% da área cultivada, contra 77% ocupada pelo agronegócio; segundo esse critério, podemos deduzir que o montante de investimentos públicos será bem distinto entre um e outro setor.

Por outro lado, se existe consenso de que a AF é um ator importante no projeto de desenvolvimento do país, ancorado na visão sociopolítica, que parte da “concepção de que a unidade familiar rural é unidade de produção e de vida” (p. 252). A partir desta concepção mais abrangente de projeto de desenvolvimento, do qual a AF é parte fundamental, os critérios para adoção de instrumentos de PP serão distintos, pois “transitarão das políticas agrícolas até as políticas de proteção social, passando pela infraestrutura e as políticas de educação e saúde” (VILELA, 2017, p. 259). Para o autor, a chance de continuidade de grande parte das unidades de produção familiar implica a diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas, organização do trabalho rural e participação das famílias como públicos-alvo de políticas sociais.

[...] a necessidade de se redefinir o papel da agricultura familiar no projeto de desenvolvimento nacional em uma conjuntura de perda de hegemonia política deste segmento social. Esta perda de hegemonia política tem como consequência principal o exercício do “controle” relativo das políticas públicas pelas forças do agronegócio, hoje, politicamente hegemônicas. Portanto, recolocar a agricultura familiar em lugar de destaque no projeto político de desenvolvimento é fundamental para a democracia. (VILELA, 2017, p. 248)

Durante o período analisado da realização das atas (1980-2020), houve um fluxo contínuo de debates sobre propostas e programas governamentais, reveladores de que houve informação, apropriação e decisões sobre as PPs no âmbito dos NAFs. Conforme Ata 28, no núcleo Boa Esperança, “debate sobre organização e escolha de um líder que colaborasse com os projetos da administração pública”, se percebe que os NAFs jogaram um papel fundamental na

viabilização de PPs (1995). Nesse sentido, durante o ano de 2017, pelo menos três núcleos (Boa Esperança, Pinheirinho e São José) realizaram reuniões e conseguiram verba parlamentar do gabinete de um deputado para a aquisição de maquinário agrícola, para o Programa de Patrulha Agrícola.

Do mesmo modo, os assuntos foram diversificados e importantes para a superação coletiva de problemas que afetavam a todos, assim como as propostas de superação de condições adversas para o desenvolvimento local, como se pode observar nos assuntos de uma das atas do núcleo Grama:

[...] União dos produtores, Sistema troca-troca de sementes, PRONAF na compra de vacas leiteiras, Pró Rural 2000, eletrificação rural e campanha do agasalho na própria comunidade. O secretário da agricultura explicou sobre Calcário, ureia, adubos naturais e sementes de milho e também foi discutido sobre a falta de documentos e de blocos para os produtores se aposentarem. A secretaria da saúde falou sobre o novo dentista e a educação para a saúde, na alimentação e prevenção de doenças, da falta de médicos e do caro que é. Dos módulos sanitários e da municipalização da saúde e de um posto ambulante para atender nas comunidades (ATA 20, 1997).

Variados também foram os programas citados nas atas, como Prorenda, Pró Rural 2000, PróLuz, Luz para todos, Previdência Social, Programa de Habitação Rural, entre casas reformadas ou construídas novas, foram cento e dez unidades, durante os anos 2006 a 2012 (STR, 2018, p. 17). Seguro da Agricultura Familiar, criado no âmbito do Proagro, aproveitando o arcabouço institucional e a estrutura operacional existentes nesse programa e no Pronaf. Provap (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), linha de crédito provisória para a pequena propriedade, sendo que o STR foi o primeiro sindicato da região a organizar os agricultores para acessar o crédito (STR, 2018, p. 12).

Programa troca-troca de sementes, especialmente milho, foi o mais citado nas atas, criado em 1988, com o objetivo de consolidar a produção de milho (híbrido, convencional e transgênico) no estado, entre agricultores familiares, para a produção de grãos e silagem¹²⁸. Segundo dado fornecido pelo presidente do STR, de 2016 a 2019, aumentou de 10% a 65% o uso de milho transgênico, entre os associados do STR. A forma de participação se dá através de instituições representativas (prefeituras, sindicatos, associações) que intermediam a operacionalização do

¹²⁸Disponível em <<https://www.agricultura.rs.gov.br/troca-troca-de-sementes>> Acesso em novembro 2021.

programa em cada município. Conforme STR (2018, p. 10): “o programa troca-troca de sementes de milho e feijão foi uma das primeiras conquistas da FETAG nas PPs junto ao governo do estado. O STR o executa desde sua origem.”

RS Rural - o Programa de Manejo dos Recursos Naturais e de Combate à Pobreza é um programa desenvolvido pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul e decorre de empréstimo do Banco Mundial (BIRD) e contrapartida do Estado do Rio Grande do Sul. Promove o desenvolvimento rural sustentável direcionando-se aos agricultores familiares e agricultores assentados, pecuaristas familiares, pescadores profissionais artesanais, povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos. Concentra suas ações na conservação e manejo dos recursos naturais, na melhoria da infraestrutura social básica e renda familiar, buscando diminuir os níveis de pobreza e degradação ambiental (GARTNER e BASSI, 2007, p. 413). Parece-me que serviços básicos como saneamento, sanitários, água apta para consumo humano e instalações elétricas, que são citados em atas, se referem ao Programa RS Rural, de “alívio da pobreza rural”¹²⁹

Programa Nacional de Crédito Fundiário¹³⁰ - PNCF (criado em 2003, em substituição ao programa Banco da Terra, criado em 1998). Faz parte das políticas de acesso à terra, coordenado pela Subsecretaria de Reordenamento Agrário e financia a “aquisição de terras por agricultores familiares sem-terra ou que possuem áreas insuficientes para a reprodução social da família” (GOMES ET AL, 2015, p. 362). Segundo informação do STR, sessenta famílias receberam financiamento nos dois Programas (STR, 2018).

PRONAF é a primeira política agrícola nacional orientada principalmente para agricultores familiares. Sua institucionalização, em 1995, é um marco de reconhecimento oficial da categoria AF, o que abriu oportunidades para a criação de novas políticas específicas para essa categoria. Foi o segundo programa mais discutidos nas atas analisadas.

O Pronaf investimento, criado em 1997, foi o resultado de anos de luta da representação sindical, junto aos agricultores, que acederam aos investimentos em

¹²⁹ Disponível em <<https://arquivofee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m16t04.pdf>>. Acesso em novembro 2021.

¹³⁰A PORTARIA SAF/MAPA Nº 123, de 23 de março de 2021, aprova o Manual de Operações do Programa Nacional de Crédito Fundiário - Terra Brasil Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-saf/mapa-n-123-de-23-de-marco-de-2021-310090949>> Acesso em novembro 2021.

máquinas, pecuária e infraestrutura, segundo dados do STR. Em Mata, “os primeiros investimentos foram direcionados no melhoramento genético da produção leiteira” (STR, 2018, p. 13). Conforme ata do núcleo Pinheirinho, “o Pronaf investimento foi liberado para oitenta (80) vacas leiteiras” (Ata 9, 1997). Igualmente, se lê numa das atas do núcleo São José, sobre o Pronaf mais alimentos:

É financiado para um mínimo de três pessoas, sem juros, por cinco anos. O Pronaf C e D será de dez mil para investimentos em Paiol, pois a perda de milho armazenado chega a 40%. E para gado de leite, devido à deficiência de produção que existe para suprir a fábrica de queijo (Ata 32, 2002).

Segundo Grisa e Schneider (2015), nos anos 2000 se retoma um papel mais ativo do Estado no que se refere às PPs em amplos setores, com destaque às direcionadas à AF e as orientadas à promoção de segurança alimentar e nutricional. Para os autores, essa mudança de direção, que eles chamam de ressaca do neoliberalismo do período anterior, contou com a decisiva participação das organizações sociais, que se remonta aos anos 1980, como “frutos da redemocratização, e à construção conceitual e político-institucional da categoria AF, em meados de 1990” (p. 10).

Assim mesmo, a análise das atas revela que foi na década de 2000 quando se destacaram os assuntos relativos aos programas governamentais de incentivo à AF, como se pode observar na seguinte ata, do Núcleo Boa Esperança que, na ocasião, reunia três aglomerados rurais: Boa esperança, Chacrinha e São José do Louro. De todas as atas analisadas, foi a que mais apresentou participantes, num total de cento e vinte e oito (128), sendo vinte e duas mulheres:

Finalidade da reunião: tratar sobre o programa RS Rural, que vai beneficiar neste ano os moradores da microbacia de Boa Esperança. A reunião foi com a Emater de Mata e também contou com a presença do Prefeito Municipal. Os técnicos da Emater explicaram como o programa vai funcionar, os montantes destinados e distribuídos para os produtores e os critérios a serem cumpridos, como: pertencer a microbacia de proprietário, ou ter contrato assinado pelo proprietário. Os recursos vêm do Governo do Estado, através do banco. O prefeito explicou que os recursos do município serão aplicados em insumos e implementos agrícola (ATA 53, 2003).

Nesse sentido, o acesso às políticas públicas e a relevância da organização da vida cotidiana das famílias de agricultores foram, com o decorrer no tempo, os principais temas tratados nas reuniões dos NAFs, que haviam se constituído inicialmente para facilitar a comunicação com os técnicos da Emater. Segundo

Medeiros (1989), as situações adversas, que podem gerar privações, enfrentadas pelos agricultores familiares, condicionam respostas distintas, desde o afastamento da situação, através do êxodo rural, passando pela violência individual, ou, do lado oposto, podem favorecer a “organização em defesa do que se considera legítimo” (p. 13/215). Segundo a autora, o que vai determinar o tipo de reação é o espaço sociocultural e conjuntural onde foram vivenciadas essas situações.

Considerando que os NAFs foram essa forma de organização encontrada para superar as “situações adversas” e fortalecer a AF em Mata, cabe destacar o projeto de abertura de poços artesianos, para o acesso à água potável, enfatizado por dois dos dirigentes entrevistados (Arroz e Pêssego). Sendo tema frequente nas atas das reuniões dos NAFs. “Prefeito falou sobre poços artesianos, que serão construídos no município, conforme a necessidade da localidade” (Boa Esperança, ata 37, 1997). Tanto no Núcleo Pinheirinho como Boa Esperança, existem comissões organizadas em torno ao fornecimento de água, recurso fundamental para a vida das pessoas e o desenvolvimento eficiente da unidade produtiva familiar. Nas falas de Arroz e Pêssego, se percebe a importância da organização para manter o fornecimento adequado de água, e os desafios que se apresentam, inclusive Arroz (2020) relata que, depois da construção do poço, funcionou bem por uns quatro anos, mas que há cinco anos não podem utilizar a água do poço, devido a que a bomba tinha queimado e a tiraram para retificar e, quando foram instalar, as pessoas contratadas pela prefeitura para fazer o serviço se equivocaram e derrubaram a bomba e afundaram-na sobre o barro com a retroescavadeira.

Nós pegávamos água do artesiano, mas agora o artesiano tá com problema, deu problema no poço, faz cinco anos já, não conseguimos mais restaurar ele. Deu problema, caiu a bomba pra dentro e daí não conseguimos mais tirar, foi mal trabalhado, e daí não foi possível mais. Quando a prefeitura não traz água, a gente busca. Daí a gente busca lá no Campestre, naquele poço que tá bombando água fora (ARROZ, 2020).

Questionado sobre a atuação das dezenove famílias que usavam a água do poço, se não teriam condições de fazer outro, Arroz disse que até juntaram o dinheiro para perfurar um novo poço, mas que quando decidiam e iam pedir colaboração da prefeitura com maquinário, havia a promessa de que logo haveria um financiamento para isso, e assim o tempo foi passando, e as famílias aguardando:

Teria condições, sim, até nós íamos fazer e era pra tá pronto, vinte e dois mil reais nós ia [sic] gastar pra fazer esse poço. Mas daí o prefeito prometeu que já saía, já tava [sic] vindo o poço, uma e outra vez, e pedia uns dias a mais, pra nós esperar, nós esperemo [sic] mais uns dias. É uma coisa que o núcleo tá debatendo há muito tempo, sobre esse poço, pra nós abrir por conta, mas daí fica a nosso critério, sendo que o poço é da prefeitura. Então nós vamos investir ali, e se nós investirmos essa semana, e a semana que vem chegar verba do governo pra abrir esse poço? Nós perdemos. Então, a gente fica naquela, espera um pouquinho mais e faz e... não faz. Vamos esperar mais uns dez dias, e já faz cinco anos que tamo [sin] sem. E aí, quando o prefeito nos deu a informação que não ia vir mais esse ano 2020, mas só para o ano que vem, de abril em diante ainda. As promessas estão aí, um promete, outro promete, mas nós continuamos sem água. (ARROZ, 2020).

Outro livro de atas que enfatiza a questão da perfuração do poço e fornecimento de água às propriedades rurais, é o do núcleo Pinheirinho, que abrange unidades de produção familiar pertencentes a Jaguari e Mata, pois há membros de ambos municípios, conforme expressado na fala à continuação:

Fizemos várias reuniões e levou dois anos para vir a verba para a construção do poço, levaram mais um ano pra fazer. Foi uma conquista da organização da comunidade, entre Jaguari e Mata, o poço é das pessoas dos dois lados. Éramos quarenta e duas famílias. Aqui a água ajudou muito. Nós mesmos não tínhamos água. A filha era pequena e buscávamos a água lá no outro lado, tudo nas costas, longe, não tinha condição. Isso faz uns 15 anos. Foi uma coisa boa, do núcleo, né. (PÊSSEGO, 2020).

A primeira ata a nomear poço artesiano foi a de número vinte e três (Ata 23), no ano 2000, quando é comunicado que há verbas no município para a perfuração de poços. Foram dois anos de debate e parceria entre os membros do núcleo e a administração municipal dos dois municípios. Até que na Ata número trinta, ano 2002, a diretoria do núcleo e da comissão do poço tornam-se uma só e, em todas as atas daqui pra frente, até setembro de 2020¹³¹, o tema principal foi a organização em torno ao poço artesiano e o fornecimento de água. Na referência ao mutirão, Ata quarenta e sete (47), de junho de 2020, fica claro que a cooperação em uma ação comum, de interesse coletivo, permanece, ainda hoje, no cotidiano dos agricultores familiares. Segundo SEN (1999/2010), o desenvolvimento reflete a condição de agente dos indivíduos e certo nível de liberdade pessoal, que resulta em comprometimento social, ou seja, em capacidade para confrontar e resolver os

¹³¹ Ata n. 50, última ata que constava no livro do núcleo Pinheirinho, para a data da pesquisa, dezembro 2020).

problemas que se enfrenta. “Reunião entre beneficiários do poço artesiano, assunto: aprovar como será refeita a rede elétrica do poço artesiano, colocar fio de cobre, vão ser trocados todos os postes. No sábado, mutirão para cravar os postes” (Ata N.47, 2020).

O acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito humano, contemplado nas leis, que deveria ser garantido pelo Estado, mas precisa ser conquistado uma e outra vez, pois é de interesse pessoal e coletivo o fornecimento de água apta para o consumo humano e a sua distribuição de forma adequada nas residências. Seria pertinente realizar um estudo avaliativo mais aprofundado, sobre esse programa específico da água, como também sobre continuidade desta e das outras PPs, implementadas no município, em suas facetas: “agrícolas, agrárias, ambientais, sociais, de segurança alimentar e nutricional, de desenvolvimento territorial, de ciência e tecnologia” (GRISA E SCHNEIDER, 2015, p. 13), que analisasse como e em que nível foram apropriados pelos atores locais, suas contribuições e limites, e como influíram na melhoria das condições de vida dos agricultores e suas famílias, bem como na sua permanência na localidade e sua reprodução social. Finalmente, à guisa de conclusão deste subtítulo urge trazer aqui uma fala de Arroz (2020), ao ser perguntado sobre sua visão de futuro, continuidade do núcleo e relação com a administração municipal:

Olha, eu posso dizer o seguinte, que eu gostaria muito que o núcleo continuasse e que aumentasse esse núcleo. Mas eu não vejo aumento no núcleo, eu só vejo diminuição. Eu gostaria muito de reerguer esse núcleo, mas eu acho muito difícil. Porque nós não temos a colaboração com a nossa prefeitura, que devia dar mais atenção para a agricultura, principalmente pra onde tem o núcleo. Eu vejo assim. Porque eles podem dar atenção pra toda comunidade, mas eu acho que eles deveriam dar mais atenção, assim, principalmente pro núcleo, incentivar esse núcleo, que permanecesse esse núcleo, com a finalidade de que seja bom para a comunidade e que seja bom pro secretário, e que seja bom também até pra prefeitura.

4.3.3 Ações Participativas e Reivindicativas, representação sindical e sua relação com desenvolvimento.

Em relação ao indicador ações de reivindicação, negociação e conquistas de direitos como cidadãos e como categoria política e socioprofissional, pode-se observar que os debates e ações articuladas tinham como primeiro objetivo melhorar

as condições da unidade de produção familiar, e a conseqüente qualidade de vida das famílias, a partir do acesso organizado a políticas públicas, como a aquisição de sementes de milho e feijão, o acesso a moradias novas ou reforma, a abertura de poços artesianos. Com o intuito de facilitar a aplicação das conquistas sociais, a atuação do STR se intensificou em todos os núcleos, a partir do final da década de 1980. Como os dados das atas mostram, foi a instituição que mais vezes esteve presente nas reuniões dos núcleos Boa Esperança, Grama e São José. Os debates sobre ações relacionados às PPs e às reivindicações de direitos, bem como participação dos membros dos núcleos em manifestações, foram trazidos à pauta dos núcleos pelos membros do STR. Segundo Picolotto e Medeiros (2017, p. 347), “os *pequenos agricultores do Sul* [grifo dos autores] garantiram seu espaço, centrando suas reivindicações principalmente em torno de dois temas: previdência social e política agrícola adequada às suas necessidades”. Assim, como em outros municípios, em Mata, o protagonismo dos agricultores familiares ocorreu com o suporte do STR. Como se pode observar no testemunho de uma agricultora (Folheto Informativo, 2018, p. 30):

Assim foram muitas viagens, a Porto Alegre e inclusive a Brasília, de ônibus, levava em torno de 36 horas. Mas tudo isso foi muito proveitoso, conheci muitas pessoas e aprendi muito e tento passar para as mulheres o quão vale a pena [...] eu me sinto grata por tudo o que o sindicato fez e continua fazendo por nós mulheres e agricultores.

Uma das ações, lideradas pelo STR, foi a promoção de encontros, que no início estava relacionada ao dia do trabalhador, com pautas de protestos e mobilizações, em especial para regulamentar a forma de encaminhamento e pagamento das aposentadorias. “Em meados de 1992, se pagam as primeiras aposentadorias para as mulheres no município. Foi impressionante a reestruturação nas propriedades rurais com o acréscimo da renda da mulher” (Folheto Informativo, 2018, p. 11). Nesta lógica, são as atas de Boa Esperança: “Protesto dos trabalhadores rurais de Mata contra os altos juros e correção monetária. Necessidade de novos preços para os produtos (ATA 9, 1987) e “STR tratou da organização dos produtores para protestar contra a cobrança da correção monetária ao crédito agrícola (ATA 11, 1988). Logo, passou-se às diferentes edições do Grito da Terra e, em nível municipal, à Festa do Dia do Agricultor, como forma de legitimar demandas, que eram encaminhadas.

Importância do vigésimo grito da terra brasil. Pois foi nos gritos da terra que se avançou em conquistas como Pronaf, Banco da Terra, Habitação Rural. O RS é o estado que mais apresenta propostas para o grito da terra e onde se avançou em benefício da agricultura familiar (SÃO JOSÉ, Ata 45, 2014).

Todos os encontros, mas em especial a Festa do Dia do Agricultor, trazem em sua pauta ações de cunho avaliativo, com um histórico de realizações e conquistas, de organização de demandas reivindicativas e, talvez o mais significativo para os participantes, o cunho celebrativo, pois se promove o encontro e reencontro entre familiares e amigos de distintos aglomerados rurais. Essa festa, realizada anualmente, preferentemente no mês de julho, nas diferentes comunidades rurais, foi assunto veiculado em diferentes atas, em cada núcleo, ocasião em que se convidava à participação. Outra pauta frequente nas atas são os convites e organização para participação em atividades nos municípios vizinhos: “Participar da inauguração da Casa Familiar Rural, em Jaguari e do vigésimo quarto encontro das trabalhadoras rurais de Tupanciretã (SÃO JOSÉ, Ata 44, 2013).

No entanto, por diversos motivos, inclusive pela oportunidade de acesso às PPs, o número de participantes nos NAFs foi mais intenso nas três primeiras décadas (1980, 1990, 2000). Por isso, o resgate de alguns debates e ações de reivindicação e representação sindical, descritos nas atas, durante a trajetória dos NAFs, se faz necessário, pois revelam seu papel, como espaço organizativo e de participação. Assim como lemos em Wanderley (2009, p. 27):

Uma vez que os camponeses se comunicam e compartilham um projeto político unido, cujo propósito seja transformar o campo, eles se constituem em uma classe que pode ser bastante capaz de deixar sua marca nas transições que ocorrem em um determinado momento.

Exemplo desta atitude de esforço coletivo, observamos na ata de fundação do núcleo Pinheirinho (Ata 01, 1996): “reuniu-se a comunidade para formar um núcleo, com a intenção de ter mais força para reivindicar os interesses de todos os participantes”. No entanto, os principais temas na pauta das reuniões descritas nas atas dos núcleos analisados foram relacionados à unidade de produção e assistência técnica, aos serviços de infraestrutura e programas de incentivo à AF, através de políticas públicas. A mobilização para a reivindicação como categoria, foi

registrada de forma moderada, mesmo assim, esteve presente, como se pode ler na Ata número 45, núcleo Boa Esperança (2001):

[...] decidir sobre a escolha de cinco representantes para participar de uma manifestação em Porto Alegre, na ocasião em que acontece o Grito da Terra na capital do país. Uma promoção festiva para arrecadar fundos para este grupo, com data a ser definida e com a colaboração de todos. Foram escolhidos três homens e duas mulheres para participarem da manifestação em Porto Alegre.

Nesse sentido, o estímulo recíproco sobre a necessidade de estarem organizados e unidos, se nota desde as primeiras atas até as últimas, como é o caso do núcleo São José (Ata 5, 1983), que debate sobre a importância e papel do núcleo junto à comunidade e sobre a união de homens, mulheres e jovens, que trouxeram à discussão, o êxodo rural: “todos prometeram fazer algo para que a fuga do campo para a cidade diminua e que o povo se conscientize de que a vida na cidade não é tão fácil”. Bem como, em diversas ocasiões, o trabalho comunitário e ações coletivas se realizaram, como a compra de insumos agrícolas. Esse esforço pela organização de ações conjuntas, se intensificou durante o período 1998 - 2000, coincidindo com os diagnósticos e propostas realizadas no contexto do Plano Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS), que foi trazido por esta pesquisa em subtítulo no capítulo 1. Segundo o STR, “a partir do estudo realizado no Ciclo Municipal de Planejamento para o Desenvolvimento, o sindicato começou a investir na promoção da juventude rural” (Folheto Informativo, 2018, p. 14).

Em algumas atas, se observa que as reivindicações não só aconteciam nos níveis estadual e federal, quando se escolhiam delegados para representar a classe, nas manifestações em Porto Alegre e Brasília (Marcha das Margaridas, núcleo São José, Ata 40, 2007), ou quando reuniram demandas para levar à constituinte, conforme livro de atas do Núcleo Grama: “Finalidade da reunião: reivindicações e sugestões para a Constituinte, dando seguimento aos pedidos e demandas de outros núcleos, coordenados pela Emater” (Ata 05,1987). Nesse sentido, segundo Moura (2007), a implantação de políticas públicas, como o PRONAF, foi fruto da pressão dos movimentos sociais e vislumbrou mudanças que possibilitaram a inserção de agricultores familiares no debate, através da criação de “Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural – CMDRs, permitiu e potencializou o acesso dos agricultores familiares a discussões e decisões relativas ao desenvolvimento

rural do município” (p 242). Referência ao CMDR aparece em algumas atas, como no Núcleo São José (Ata 24, 2000):

Reuniram-se os representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, STR, Emater, Banco do Brasil e produtores rurais, grupo de mulheres e jovens da comunidade para a apresentação de projetos municipais, estaduais e federais de desenvolvimento rural.

Portanto, as reivindicações e negociações ocorriam, frequentemente, no nível municipal, como se confirma no núcleo São José: “Informação sobre o comitê formado no município, com representantes dos dez núcleos. Esse comitê seria porta voz dos produtores junto às *repartições públicas* [grifo próprio]” (Ata 07,1987). Essas reivindicações tomaram a forma de demandas por melhores serviços, como estradas, eletricidade, educação e saúde, fiscalização sobre os representantes municipais, como prefeitos, secretários e vereadores e controle sobre a aplicação dos recursos do município, conforme o núcleo Pinheirinho (1997): “Conselho Municipal com a representação de núcleos por área para fiscalizar a Prefeitura Municipal e outros setores das secretarias” (ata 8). Igualmente, a Ata de número cinco (5), convoca “umas três ou quatro pessoas para participarem da sessão na câmara municipal, com o objetivo de representar o núcleo e defender seus interesses” (1997), assim como nas atas seis e sete, do mesmo ano, o núcleo solicita e debate a Lei Orgânica dos municípios de Jaguari e Mata. E na ata 29, de 2001, se faz um convite para assistir à votação de projeto na Câmara de Vereadores. Da mesma forma, se pode constatar em outra ata do mesmo núcleo:

Reunião dos membros do núcleo e a comunidade, com a finalidade de discutir o estado precário das estradas. Decidiu-se por convocar os vereadores de Mata e Jaguari, representantes da região conforme compromisso firmado e assinado em ata quando em campanha eleitoral. A data a ser definida o mais breve possível (PINHEIRINHO, Ata 20, 1998).

Uma reflexão sobre a teoria da atividade econômica familiar (auto exploração do trabalho doméstico), nascida do estudo de Chayanov (1966 apud Ploeg 2016), sobre a organização da unidade camponesa na Rússia, no início do século XX e sobre o balance entre trabalho e consumo, baseado na busca constante de equilíbrio, o qual se conseguia de uma maneira que hoje, talvez, não seja possível, remete à análise das atas, com acréscimo de algumas falas, porquanto pensamos

em que o suposto individualismo vivido nas unidades de produção familiar de Mata, não é necessariamente uma opção em plena consciência de que essa atitude seja a mais adequada para alcançar um nível de desenvolvimento desejado, mas uma imposição do contexto mais amplo e uma forma encontrada de resistir e sobreviver como categoria socioprofissional. Apesar disso, essa forma solitária de resolver seus assuntos, resulta não ser uma opção autônoma, e por isso não gera comprometimento social nem desenvolvimento (SEN, 1999/2010).

As pessoas não gostam de assistir às reuniões, preferem comprar suas máquinas, estão mais abastadas, daí não estão atrás de reunião. E se é para pegar seu trator e ir lá na outra comunidade buscar a plantadeira, preferem tirar um financiamento e comprar a sua própria. Reunião, se unir, as pessoas não querem (ARROZ, 2020).

No entanto, a característica dessa busca constante de equilíbrio segue presente, pois inerente à unidade familiar, como herança camponesa. Porém, segundo Ploeg (2016), esse equilíbrio assume uma forma distinta nos dias atuais, pois o consumo contemporâneo apresenta muitos elementos que não são oferecidos no interior da unidade de produção, nem no ambiente vicinal: como educação dos filhos, eletricidade, mobilidade, internet, e maquinário, por exemplo. Ou seja, “as demandas de consumo mudaram significativamente” (p. 81).

Para o autor “a unidade camponesa é o resultado complexo e dinâmico das considerações e deliberações estratégicas da família agricultora” (p. 85), fruto de uma capacidade intrínseca, perpetrada de geração em geração, presente nas famílias agricultoras, “capacidade de balancear cuidadosamente os diversos equilíbrios ao considerar os parâmetros, oportunidades e ameaças advindos do ambiente” (p. 86), mediados e ponderados, de maneira singular.

Portanto, o significado de progresso e desenvolvimento, para as famílias agriculturas hoje, é distinto de vinte ou quarenta anos atrás. Igualmente suas preocupações, desafios e necessidades também são diferentes e, portanto, suas ações assumem outras nuances, inclusive o sentido que se dá ao desenvolvimento tem muito a ver com a resolução de problemas cotidianos dentro da unidade produtiva, dos interesses e necessidades da família e da comunidade.

Como se pode observar na fala de Feijão, enquanto ele nomeava a infinidade de *contas por pagar*, se notava certa angústia em suas palavras, sobretudo no momento que expressou não ter controle sobre o preço da produção de fumo. As

empresas fumageiras são as que tomam as decisões, e o produtor se sente pressionado. Sua fala resume bem a reflexão do autor citado anteriormente, sobre a pressão que a complexidade de distintos mercados, interdependentes, faz sobre a unidade de produção familiar, que precisa adaptar-se e resistir, e atuar com esperança, em nome de um legado para seus filhos e netos:

Agora, a gente não pode perder a esperança. Eu sempre digo, a gente tendo saúde, tem que enfrentar. Eu sempre tenho esperança que vai melhorar. Só que a gente tem que se virar, aqui, pra manter as coisas, a gente tem umas coisinhas, daí pra manter, o custo é muito alto. Nós compramos [sic] trator, todo ano tem uma prestação de quase dez mil. Tem que sair já aquela parte para aquilo, e mais pra manter o resto, daí é luz, é comida que precisa comprar, precisa de remédio, às vezes. É gasolina, é o IPVA. Então não dá pra tá sentado muito na sombra. Tem que ter um carro. Uma vez alguém disse numa reunião: os colonos não precisam, se um comprar um carro, o outro comprar também, pode pegar carona do vizinho. E eu fui e disse: não, mas tu tá errado. Como é que nós trabalhamos [sic], nós queremos ir numa festa no domingo, nós temos que depender do vizinho? Não tá certo. Cada um tem que ter o seu. Como é que tu vais depender do vizinho? Se amanhã eu quero ir em tal lugar, vou lá ver se o vizinho me dá uma carona? Como eu disse, pra ele, não adianta a gente só trabalhar, tem uma festa no domingo, nós vamos ver se o vizinho dá uma carona pra nós daí? Quem pode, tem que ter pra passear, não adianta só trabalhar (FEIJÃO, 2020).

4.4 O PAPEL DOS NÚCLEOS DE AGRICULTORES NAS DINÂMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO MUNICÍPIO DE MATA-RS E NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Esta pesquisa constatou que os NAFs tiveram papel relevante na permanência da AF como fator de desenvolvimento local, uma vez que foram – e me pergunto se ainda podem ser - espaços constituídos para o debate, o aprendizado e a tomada de decisões conjuntas sobre temas fundamentais para a solução de problemas cotidianos. Espaço de organização social que gerou um mínimo de condições para o desenvolvimento de atividades produtivas, base para a reprodução social de muitas famílias que participavam das reuniões dos núcleos. Como bem expressa a fala de Arroz (2020):

Na época, depois de uma reunião, eu até falei, eu não tinha terra pra plantar, eu só trabalhava de diarista, né, não plantava. Até que eu tinha meus três filhos, eu trabalhava de diarista. Aí eu tinha que comprar banha, eu tinha que comprar carne, eu tinha que comprar ovos, eu tinha que comprar galinha pra comer, eu tinha que comprar feijão, até mandioca tinha que comprar muitas vezes, não produzia. Depois que eu consegui um

pouco... um calcário, um adubo, comecei plantar aqui, depois até eu testemunhei um dia, numa reunião, há mais de 20 anos atrás, eu paguei 82 reais por uma lata de banha. Depois dessa vez, eu nunca mais comprei banha, porque aí eu comecei a plantar um cantinho, botar um adubinho, juntar um estrumezinho, fui plantando e criando um porquinho, criando um leitão, e fui indo, fui indo, até me disseram: Então inverteu a coisa? Assim, aqueles que me venderam banha naquela época, agora vêm me comprar banha. Aqueles que me venderam feijão ruim, pra eu comer. Hoje eles vieram comprar feijão bom, de mim. Porque eu tive como e onde produzir. Daí eu tinha terra, daí eu consegui arrendar um pedacinho de terra, aí eu comecei a fortalecer minhas plantinhas aqui, e aí eu comecei a melhorar. Mas, se eu não tenho um início, não tem como fazer, não tem o que fazer, né?

O papel que exerceram foi significativo, segundo o relato dos entrevistados e a análise das atas das reuniões: serviu de enlace entre as instituições e os produtores, pela facilidade de comunicação entre Emater, Sindicato e Administração Municipal, ao levar e trazer informação para o pessoal, com a ida de apenas um representante à Sede, quando não tinham veículo próprio, no controle da vacinação do gado e acesso a programas governamentais. De certa forma, os NAFs conseguiram aglutinar e estabelecer interrelação entre instituições e produtores dos aglomerados rurais do município de Mata, e também entre dois municípios, Jaguari e Mata, no caso do Pinheirinho, especialmente na questão do fornecimento de água potável através da perfuração de poço artesiano, caixa d'água e controle do fornecimento. Nas duas décadas, entre os anos 1980 e 2000, foi importante a comunicação entre produtores, especialmente para avançar em algumas bandeiras de lutas, como a conquista do direito à aposentadoria para as mulheres. E os NAFs facilitaram a organização e a comunicação neste período. A escolha de delegados para as reuniões, assembleias e lutas reivindicatórias, que representassem a comunidade rural nas manifestações, tanto em Porto Alegre como em Brasília, foi outro tema tratado inúmeras vezes nas reuniões dos núcleos analisados.

Segundo a memória de um entrevistado, a base da organização dos núcleos, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, foram as lutas coletivas para o agricultor e sua família. Lutas envolvendo reivindicações junto à administração municipal, para a melhoria dos serviços públicos, como educação e saúde “não se tinha o direito a internar no hospital, se lutou por conseguir a AIH¹³², com consulta gratuita no posto de saúde, e médicos e dentistas atendendo lá no interior, com o odontomóvel” (PROFESSOR, 2020). Assim como aposentadoria, obras de infraestrutura para a

¹³² Autorização para Internação Hospitalar.

agricultura, construção e manutenção de pontes e estradas de lavoura, água potável, bebedouros, açudes. Como a produtividade do solo caiu, conseguiu-se calcário através das reuniões dos representantes dos núcleos com a administração. O papel fundamental dos núcleos se refletiu inclusive no estímulo à diversão e lazer: se organizavam por núcleos as olimpíadas rurais.

Outro aspecto a ser destacado sobre a relevância dos NAFs na dinâmica da Agricultura Familiar foi a oportunidade, talvez a única, que muitos produtores tiveram de escutar e ser escutados, através da assessoria prestada pelos técnicos do escritório da Emater, como espaço social construído nas reuniões dos Núcleos. Essa oportunidade de debate é peça fundamental para o processo de desenvolvimento, construído entre todos e a partir das dinâmicas locais e do protagonismo das pessoas envolvidas. Como se pode observar na fala de Arroz, (2020):

Que nem eu disse uma vez pro saudoso Carlos Alberto, que era técnico da Emater, ele perguntou numa reunião, o quê que eu gostaria de ter, que eu gostaria de conquistar, pra daqui a três anos. Quê que eu gostaria de ter daqui a três anos, em cima da minha propriedade? Era uma reunião que nós tinha [sic]... havia muita gente lá. Todo mundo ficou olhando um pro outro. Quê que você gostaria de ter daqui a três anos? O quê que você gostaria de melhorar em cima da sua propriedade? E eu levantei o dedo, alguém já olhou: mas já vem este. E, naquele tempo, eu bebia uns tragos. Eu levantei o dedo: fala. Eu disse: eu gostaria de que daqui a três anos, em cima da minha propriedade, que eu pudesse ter pelo menos água. Acharam muito importante. Por quê que tu quer [sic] ter água? Eu quero ter água pra eu ter as demais coisas. Porque, se eu tenho água, eu posso ter as demais coisas, mas eu, sem água, eu não posso conquistar nada.

No gesto de levantar a mão, sob o olhar admirado e de censura dos outros agricultores. E no gesto reflexivo, de parar para pensar sobre sua própria realidade e sobre seus sonhos, novas dinâmicas são construídas. Na repetição da pergunta, uma e outra vez, mais de duas décadas depois, é possível vislumbrar a riqueza de questionamentos e de busca conjunta de soluções para seus problemas, de aprendizado, de tomada de consciência e de decisões que aconteceram por pelo menos quatro décadas, nos NAFs. A pergunta segue: o que mais você gostaria de conquistar? Por exemplo, com ajuda da Emater, com ajuda do sindicato, lá na agricultura.

Eu digo, eu gostaria que a Emater ou o Sindicato, através da Emater, ou a Emater, através do sindicato, conseguisse um jeito de distribuir, pra nós agricultores, calcário, semente, adubo, essas coisa [sic] assim. Pra quê? pra nós fortalecermos aquele cantinho de terra que nós temos, pra nós poder

sobreviver dali de cima. Porque nós... eu tenho um cantinho de terra, que é o meu caso aqui, eu tenho um cantinho de terra, mas não tenho condições de comprar um saco de adubo. Aí eu vou plantar o meu feijãozinho lá, mas vou tirar um pouquinho só, porque eu não tenho condições de botar adubo. Né. Precisava botar calcário, mas eu não tenho condições de comprar calcário, como é que eu vou botar calcário na minha terra? Então, se tivesse um meio da Emater, ou o Sindicato, distribuir alguma coisa assim, parecida, eu tenho certeza que isso ia melhorar muito aqui na agricultura, principalmente pros pequenos agricultores, que não têm nada. (ARROZ, 2020)

Assim como Arroz, muitos agricultores viram uma mudança na sua vida pessoal e de sua família, a partir da participação nos NAFs. Pelas atas das reuniões, pode-se perceber o alcance dos temas tratados, as políticas de atenção ao produtor rural, as reivindicações, através da organização sindical e os programas de ATER. Em outro momento, Arroz expressa que receberam um incentivo, com apoio da Emater, para recuperação de nascentes de água. Reflorestaram e até hoje ele cuida a nascente, mesmo que não esteja na sua propriedade.

Naquela época, eu disse, se tivesse um meio também, não querendo me aparecer, que eu disse, mas foi verdade, que eu falei mesmo essas coisas, né. A vertente mesmo, tem essa água que hoje nós ocupemo [sic] pra lavar roupa e pra criação, uma vertentezinha que tem ali, é bem fraquinha. Eu disse: se tivesse um meio de a gente fazer um... [sic] por causa que é no limpo, e é na propriedade de um vizinho, não é minha propriedade. Se fosse minha propriedade, eu já tinha feito, plantado umas bananeiras, alguma coisa em roda pra preservar essa vertente ali. Então, não tem um meio de a gente fazer alguma coisa pra proteger essa vertente? Aí com os estudos da Emater lá, eles acharam um jeito e veio um programa pra cobertura de vertente, veio cimento e tijolo e alguma coisa mais, com que eu fiz a cobertura daí, pra vertente, ali nesse mesmo programa veio um pouquinho de semente de feijão, não me lembro do quê mais. Então, daí hoje tem a vertente, ainda não secou por causa dessa cobertura. Eu cuido ela, é. Eu cuido (ARROZ, 2020).

Nesse sentido, ao ser perguntado sobre a importância dos Núcleos de Agricultores, outro entrevistado¹³³ reconhece o papel fundamental dos núcleos, que se tornaram enlace entre o sindicato e a comunidade rural, para dar vazão às políticas públicas e às demandas dos produtores:

É importante ressaltar que nesses quarenta anos, o meio rural sofreu uma grande transformação, muito pela Assistência Técnica e muito pela

¹³³ Entrevista realizada em agosto de 2020. Ex-presidente do STR (mandato 1987-2014), agricultor, líder comunitário, ex-secretário da agricultura. Talvez tenha sido a pessoa que mais vezes esteve presente nas reuniões dos núcleos, como líder comunitário e professor, no aglomerado Linha Canoa, que foi um dos primeiros núcleos fundados, como vereador e secretário de agricultor e como presidente do STR. E membro da diretiva da FETAG-RS, regional Santa Maria, por cinco mandatos.

influência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, onde se conquistaram programas sociais importantes, que oportunizaram aos agricultores adquirir, através do crédito rural: terra, máquinas e implementos, moradia e acima de tudo, os direitos previdenciários, como aposentadoria, pensão, salário maternidade e auxílio-doença. Tudo isto resultado das informações semeadas nas reuniões dos Núcleos, que motivaram os agricultores a participar das reivindicações para conquistar direitos. (EX-PRESIDENTE DO STR, 2020)

4.5 DESENVOLVIMENTO RURAL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA AGRICULTURA FAMILIAR EM MATA

São pensadas algumas potencialidades e desafios da AF em Mata-RS, à luz das análises feitas neste trabalho, sobretudo fruto do diálogo com os entrevistados.

4.5.1 Potencialidades

Algumas potencialidades foram vislumbradas durante o processo da pesquisa e da construção da escrita, e foram sendo apresentadas no decorrer deste processo. Neste espaço, enfatizamos algumas. No entanto, ao pensar os desafios de forma esperançosa, muitos deles partem das oportunidades, como se poderá ver em seguida.

A primeira potencialidade tem como fundamento a existência de núcleos de agricultores, ativos em sete aglomerados rurais (chamados comunidades pelos moradores), e a memória de outros, que não estão ativos, mas que deixaram seu legado. Como base para a reativação dos NAFs e fortalecimento dos que existem, se apresenta a própria estrutura sociocultural dos aglomerados rurais, baseada nas relações de proximidade e parentesco. Essas relações são alicerce que podem sustentar as bases da associação para o desenvolvimento e a reprodução social das unidades produtivas familiares (ANÉSE, 2009). Nesse aspecto, podemos ler em Lima (2015, p. 160): “a união de forças por via do associativismo e do cooperativismo pode ser considerada uma alternativa viável para a sustentabilidade das unidades produtivas e das atividades agropecuárias dos agricultores”.

Uma segunda potencialidade se fundamenta na relação histórica entre as várias Instituições e os NAFs: Emater, Administração Municipal e, em destaque, o STR, com sua trajetória de sindicalismo reivindicativo e, posteriormente, de gestor de políticas públicas de incentivo à AF, com mais de cinquenta anos presente junto

aos agricultores familiares, pois seu alcance é de um potencial enorme, que deve ser explorado, transformando algumas posturas mais assistencialistas. Assim como o número de associados à entidade de classe e cooperativas (tabela 24), bem acima da média do RS ou da área urbana, pois setenta e um por cento (71%) dos estabelecimentos de AF se declararam associados à alguma entidade, no Censo 2017. Sobre a realidade associativa dos agricultores familiares no município de Mata, seria interessante um estudo mais aprofundado sobre o papel do STR.

Nesse sentido, uma terceira potencialidades, que pode transformar-se em fortaleza, é a existência de alta porcentagem (83,5%) de estabelecimentos familiares no município, equivalente a seiscentos e quarenta e uma (641) unidades de produção (tabela 2); seguindo a tendência dos censos demográficos, 40% da população estimada para 2020 no município, estaria ainda na área rural, o que daria uma média de três pessoas por unidade de produção. Mesmo com a redução de área e de número de estabelecimentos na AF, entre os censos de 2006 e 2017, é uma oportunidade de desenvolvimento, desde a ótica da afirmação de Conterato; Schneider; Waquil (2010, p. 185):

Considerar o verdadeiro papel da agricultura familiar para o desenvolvimento rural, que vai além da produção de alimentos e fibras, mas que também passa pelo fortalecimento da segurança alimentar e nutricional das populações, pela preservação do patrimônio cultural e ambiental, pela geração de emprego e renda, dentre outros tantos atributos.

Existe uma potencialidade derivada das características da AF, como a diversificação de cultivos nas unidades de produção familiar, e a existência de outras atividades produtivas, não agrícolas, trabalho familiar não remunerado e agroindústria familiar (cachaça e outros derivados da cana de açúcar, vinho, suco, portas e janelas de madeira, ovos, leite, queijo, derivados suínos); bem como a lógica diferenciada da AF, aliada ao cuidado por reproduzir suas bases de recursos, como legado camponês, que enfrenta as situações adversas porque está em busca constante de equilíbrio entre forças que garantam sua reprodução social e por isso são capazes de alcançar maior produção por área colhida (PLOEG, 2016).

As potencialidades, além de fazerem parte do contexto, elas também podem ser fruto de esforços dos diferentes atores, e nascem das memórias e dos ensinamentos do passado. Entre as experiências de organização, destacamos o Primeiro Ciclo Municipal (1999-2000) de debates sobre Desenvolvimento, que

originou o PADRS. O documento partiu dos diagnósticos realizados nos NAFs e elaborou linhas de ação prioritárias, estabeleceu metas e resultados esperados. Esta síntese se traduziu no objetivo geral do plano: “Os agricultores estão organizados de forma autônoma, possuem seus espaços permanentes de discussão e recebem apoio institucional segundo suas demandas”. Resgatar essa e outras experiências poderia ser uma oportunidade de realizar uma grande assembleia municipal, aproveitando o encontro anual que realiza o STR: Festa do Dia do Agricultor para reiniciar esses ciclos de debate. Assim como outros grupos sociais: Grupo de Mulheres nos diferentes aglomerados rurais, Cooperativa Escolar do Sertão, entre outros, que por sua trajetória, uma vez revitalizados, são espaços coletivos fundamentais para pensar e encaminhar as demandas de forma participativa.

Finalmente, outra potencialidade inovadora, é o uso das novas tecnologias, como recurso de comercialização, estabelecidas nas relações diretas entre produtor e consumidor via redes sociais, fenômeno muito comum acontecendo em Mata. É aconselhável que as Instituições aproveitem essa potencialidade para oferecer um serviço de forma mais incluyente e organizada, com o suporte de uma plataforma virtual, onde cada agricultor possa oferecer seu produto, como parte de um todo.

4.5.2 Desafios

Entre os desafios que a AF em Mata enfrenta nos dias atuais, podemos citar o que se refere à organização para a formulação de estratégias conjuntas que, de alguma forma, possam reverter a tendência à concentração de terra, e à redução continuada de diversidade de produtos de lavoura permanente e temporária, enfatizado pelo aumento exponencial na área destinada à produção de soja, em detrimento de feijão, milho, fumo, mandioca, e outros cultivos, como frutíferas.

Dados mostrados nos capítulos anteriores, apresentaram uma tendência à redução nas variáveis número de estabelecimentos da agricultura familiar e área utilizada pela unidade de produção familiar; bem como descenso da população rural do município. No entanto, houve aumento no número de estabelecimentos com mais de 500 hectares.

Um segundo desafio é a configuração binária tanto do relevo, como da condição fundiária e da constituição social da população. De um lado, estão os

colonos, os que só sabem trabalhar de sol a sol. Do outro, os arroteiros, pecuaristas e, hoje, sojicultores, considerados os empreendedores modelo para o município. Fato que reforça a afirmação à continuação: “Ao longo da história brasileira, a percepção sobre os agricultores que produziam seus meios de vida e viviam fora do circuito da grande lavoura pode ser considerada predominantemente negativa”. (PICOLOTTO e MEDEIROS, 2017, p. 344).

Outrossim, a economia do município ainda encontra sua força na diversidade de produção rural e na agroindústria de alimentos (empresa beneficiadora e empacotadora de arroz e fábrica de laticínios). Por isso, outro desafio é fortalecer e incluir as unidades de produção familiar, em sua diversidade de área, renda, atividade produtiva, pessoal ocupado, num processo de desenvolvimento integral do município. Não é suficiente o crescimento do PIB do município, que vem ocorrendo cada ano, focado somente no fortalecimento da produção de commodities.

Consequentemente, se acrescenta um terceiro desafio: fortalecer as experiências de organização no rural. Nesse tema, o desafio é unir empreendedores, administração pública, instituições, núcleo de agricultores familiares e não medir esforços em recuperar o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, elaborado através de um ciclo de debates, que envolveu diversos atores do município, entre 1990 e 2000. Pois se não houver equidade no “crescimento econômico” do Município, que envolva os diversos atores presentes, com oportunidades para todos, não há desenvolvimento.

Pois, o quarto desafio seria colocar o produto nos mercados locais, que trazem a hortifrutti dos centros do estado. Cada vez mais, se tem conhecimento sobre a prática de oferecer produtos diversificados no município, através das redes sociais; pelo perfil da família agricultora, os usuários encomendam e determinado dia o produto é entregue. Essa nova forma de relação produtor-consumidor está se fortalecendo. Nesse sentido, de desdobram outros desafios, tanto de inovação tecnológica, como dessa nova forma de associação, via internet. Exigência que se apresenta à Adm. Municipal para a criação de uma plataforma virtual, que solucionaria o problema de escala, pois sozinha, a unidade de produção familiar não consegue suprir as demandas dos mercados. Essa plataforma resolveria, em parte, o desafio de vender a produção diversificada em pequena escala, típica da categoria

AF. Segundo Grazziano (2020)¹³⁴, a manutenção da AF e da agroecologia depende das tecnologias atuais, com suas plataformas virtuais, como espaço de troca, que geram transações de compra-venda, e são uma forma nova de associação que se desenha.

Outrossim, o papel das instituições locais, seria apoiar a AF, dando-lhe suporte de financiamento. O autor cita como exemplo as Comunidades de Suporte da Agricultura (CSA)¹³⁵, como possibilidade de garantia de financiamento da produção, mais viável que créditos agrícolas, especialmente para a produção orgânica, que existe no município, mas não é estimulada suficientemente, tanto que, durante meus sete meses como recenseadora,¹³⁶ pude observar o esforço exacerbado e desânimo das unidades familiares que tentam produzir de forma mais sustentável, sobretudo devido ao avanço do cultivo da soja, com seus agrotóxicos.

Nesse esforço por trazer para a cidade os alimentos saudáveis, a Adm. Municipal, representada pela SMA, tem o enorme desafio de gerenciar e subsidiar programas de revitalização das feiras populares. Que implica outro desafio: atualização e capacitação dos membros da Adm. Municipal, com suas secretarias, que são os gestores do desenvolvimento local, na forma de cargos comissionados, muitas vezes ocupados mais para satisfazer um acordo político-partidário e menos pela competência técnica específica.

Segundo a narrativa, surgem outros desafios, logados aos anteriores, como a necessidade de renovação das posturas das Instituições com relação à AF como categoria e classe social, inclusive à representatividade sindical. Talvez essas instituições teriam que mudar a lente que determina suas ações de apoio à unidade de produção familiar. Incentivar o debate, para que as iniciativas partam das bases, é um desafio. Crescer em consciência de classe, pois que a elaboração de políticas públicas passa por uma representatividade política, no poder legislativo, tanto em nível municipal, regional como no Congresso Nacional. A pergunta é se em Mata elegemos quem verdadeiramente representa a nossa classe, os que representam a AF nesse espaço democrático.

¹³⁴Palestra proferida por José Grazziano, no Curso on-line Soberania Alimentar e Crise Alimentária. Aula Inaugural. 18 de ago.2020 - Curso de Questão Agrária e Soberania Alimentar, Centro de Formação Paulo Freire. Canal do YouTube.

¹³⁵ Sobre o significado de CSA, disponível em: <<http://csabrasil.org/csa/bem-vindo-a-csa-brasil/>> Acesso em nov.2021.

¹³⁶ Censo Agro 2017 (período de trabalho: outubro 2017 – abril 2018)

Sem uma representatividade política genuína, a realidade do desmantelamento sistemático, como estratégia econômica, das instituições estatais, que faziam parte de políticas afirmativas para certas categorias, como o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), e o conseqüente enfraquecimento de PPs específicas para a AF, somada à legislação desfavorável e posturas clientelistas, que incentivam a reprodução do latifúndio e a produção de commodities, políticas agrárias e econômicas que destinam a maior parte dos recursos públicos ao agronegócio, em detrimento da AF, acentuam as desigualdades.

Desse modo, mais um desafio se apresenta: fortalecer os NAFs, pois alguns estão inativos e outros estão desanimados, especialmente durante este tempo de distanciamento e interrupção de atividades desde o início da pandemia por Sarcov-19. Resgatar sua memória, com a intenção de reativá-los não somente como um canal que viabiliza as políticas públicas, um braço da administração municipal ou do STR, mas como espaço privilegiado de construção coletiva, de pensar e buscar caminhos e ações conjuntas para transformar a realidade. Que sejam capazes de criar alternativas para permanecer no campo, uma identidade político social. Pois sozinhos estão fadados ao “extermínio”. Criar condições de debate, que ampliem a visão sobre as decisões que são tomadas na unidade de produção familiar, as quais não são tão autônomas como se pensa, mas que o contexto influencia e o sistema agrário-agrícola brasileiro, aliado a mercados diversos e de abrangência mundial, tem grande poder.

4.5.2.1 O desafio da sucessão rural

Esse desafio foi colocado em destaque, num item a parte, para fechar esse subtítulo, devido à sua premência. Na verdade, são dois desafios em um, pois para superar o obstáculo da sucessão rural é preciso reverter o êxodo rural. No entanto, os entrevistados foram unânimes em afirmar que o município não oferece perspectivas para os jovens. Inclusive, afirmaram que não há políticas públicas que motivem a permanência do jovem na área rural e sequer na área urbana de Mata. A juventude, quando termina o ensino médio, ou antes, e, em alguns casos, até mesmo sem terminar o ensino fundamental, migra para centros maiores, no intuito de conseguir trabalho e também seguir com seus estudos. Muitas vezes, a escolha

do curso no ensino superior não tem uma relação direta com o trabalho ou a profissão dos pais, exceto em alguns casos.

O desafio da sucessão rural, cuja realidade foi expressada com preocupação pelas pessoas entrevistadas. Pois o município possui uma dinâmica demográfica reducionista, seu crescimento populacional é negativo, sobretudo com perda de população rural (cf. Tabela 20). Assim, podemos atribuir essa variação negativa à baixa natalidade, aliada ao envelhecimento da população, à migração de jovens. Conforme explica Fragoso (2015), a população rural migra para outras cidades da região, como Santa Maria e outros centros urbanos, em busca de emprego e renda. Nesse sentido, o êxodo rural continuado pôde ser confirmado pelos dados do censo agro 2017, ao se estabelecer uma relação entre a idade dos produtores responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários com o censo anterior (tabela 19).

Causas motivadoras da migração juvenil, apresentadas nas falas das e dos entrevistados, se referem à geografia irregular do território e ao acesso à sede do município, pois julgam que sua localização seja um dos entraves ao desenvolvimento, uma vez que a BR-287, que liga Santa Maria a Santiago, passa distante cerca de doze quilômetros, “para entrar na cidade, precisa-se de uma motivação forte”. A migração dos jovens é, segundo um dos entrevistados, como água de chuva ladeira abaixo, não tem como detê-la, podemos fazer curvas de nível, que contenham a água e os danos, mas é um caminho sem volta.

Trata-se de um tema bastante complexo, abrangente, com implicações que superam as decisões e ações individuais tomadas pelos diferentes atores presentes no município de Mata. A pergunta que a administração pública municipal, bem como os diversos atores e fatores da sociedade matense deveriam fazer, sobre se é possível ou não os jovens buscarem melhores condições de emprego e renda, acesso à educação e melhores condições de infraestrutura na sua própria cidade de origem. E se a resposta for afirmativa, surge outra pergunta: Que estamos fazendo para que a juventude queira ficar e, certamente, permaneça no seu município? Esses questionamentos são feitos pelas famílias agricultoras, segundo a fala de Arroz (2020):

Se tivesse mais atenção da Prefeitura, eu acho que seria mais organizado. E economizava mais pra agricultura, ajudava mais os agricultores, por

exemplo. Eu acho que com isso, a prefeitura dando atenção principalmente ao núcleo, ela ia incentivar mais a agricultura. Se fortalecer na agricultura, né? Porque, quem é agricultor que nem eu, que trabalha aqui na agricultura na idade que tô [sic] hoje, eu não tenho intenção de sair, mas a juventude não fica mais. Os jovens não querem mais saber de agricultura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Arrisco dizer que não há saídas possíveis para alguns dos grandes problemas que o Planeta enfrenta atualmente, que não passem pelos camponeses ou pequenos produtores rurais.” (Ploeg, 2016)

Ao concluir a escrita da minha dissertação, estou satisfeita com o caminho percorrido, apesar de algumas dificuldades condicionadas ao tempo atual, muitas arestas ficaram sem solução. No fim, restou o imperativo de realizar mais estudos sobre o tema, que parta, especialmente, da relação continuada e participante com os sujeitos da pesquisa. Sinto-me como se tivesse feito um esboço aprimorado, mas que ainda promete, com dedicação e cuidado, tornar-se uma obra de arte.

O objetivo da pesquisa foi analisar os NAFs sob o prisma de organização da agricultura familiar, e seus efeitos sobre as dinâmicas da AF e o desenvolvimento rural. Para alcançar esse objetivo, três metas foram traçadas, ações que essa pesquisa executou: apresentar a formação sócio-histórica da agricultura familiar no Município de Mata, à luz da teoria mais ampla sobre o campesinato. Realizar análise de dados coletados no site do IBGE, nos livros de atas e nas entrevistas semiestruturadas. Investigar sobre a relação entre Instituições, como EMATER-RS, STR e SMA e os NAFs e os efeitos desta relação.

A partir da análise dos livros de atas de quatro núcleos, dos sete ativos no município, complementada pelas falas dos entrevistados, cinco dirigentes de núcleos e outros atores, esta pesquisa conclui que os NAFs tiveram papel fundamental nas dinâmicas produtivas e nos processos coletivos das unidades de produção familiar, na busca conjunta de solução dos problemas para a melhoria da qualidade de vida e reprodução social, em cada aglomerado rural. Os NAFs podem ser reconhecidos como lugar social de construção coletiva de alternativas que promovem o desenvolvimento.

Apesar de que a iniciativa de constituição tenha sido da Emater, as famílias agricultoras participaram ativamente das reuniões, elegendo sua própria diretoria e considerando os núcleos como oportunidade, tanto de assessoria técnica e extensão rural, reivindicação, acesso e implantação de políticas públicas, como de atividades relacionadas à organização sindical e às conquistas relativas à categoria AF. A maioria deles existe há mais de quarenta anos, acompanhados também pelo STR e Administração Municipal.

Pelo considerado no parágrafo anterior, existe hoje o desafio de revitalizá-los, pois na fala dos entrevistados se notou que necessitam de mais união e participação. Alguns estão desativados e outros se concentraram na comissão do poço¹³⁷ e no Programa de Patrulha Agrícola, ambos temas fundamentais para os dirigentes entrevistados. As causas do enfraquecimento dos núcleos são diversas e não foram objeto desta pesquisa, o que instiga a seguir investigando.

Apesar de que não tenha sido um objetivo da pesquisa estabelecer relações entre sociedade camponesa e as características da agricultura familiar em Mata, foi um questionamento ao realizar o estudo bibliográfico, conclui-se que as famílias agricultoras de Mata conservam aspectos de sua origem camponesa e tenham noção de que existem atualmente por sua resistência e resiliência, fundamentadas nessas características: heterogeneidade, diversidade, lógica alicerçada na família como gestora da unidade de produção, na busca constante do equilíbrio entre trabalho e consumo, entre benefício e penosidade (CHAYANOV, 1966/2016). Nesse sentido, este trabalho entende que a permanência histórica dos NAFs e a participação das famílias agricultoras, residentes nos aglomerados rurais de Mata, mesmo que instável, podem ser consideradas como estratégia de reprodução social, baseada na sua compreensão de que ações coletivas podem trazer benefícios para a unidade de produção familiar.

Portanto, neste momento conclusivo, quero destacar algumas características gerais da AF no município: origem pluricultural, baseada em diferenças e similitudes, como a heterogênesse da configuração racial¹³⁸, com predomínio de descendentes de imigrantes italianos e germânicos. Organização do espaço: comunidades rurais, distribuídas as residências conforme a estrada geral¹³⁹, centradas na cultura cristã e na reciprocidade, na tríade escola, igreja e salão de atividades comuns.

Segundo a análise das tabelas de dados dos Censos Agropecuários e a amostra gerada pelas entrevistas aos dirigentes dos NAFs, a média de idade¹⁴⁰ dos

¹³⁷Em alguns aglomerados rurais, algumas famílias sofrem a escassez de água potável. Por essa razão, houve a perfuração de poços artesianos, com recursos estatais, coordenados pela administração municipal e acompanhamos pelos núcleos de agricultores, que criaram uma comissão para coordenar a distribuição de água para as famílias.

¹³⁸Mais reflexões podem ser lidas em torno à tabela 21, capítulo I.

¹³⁹Relly (2013), estuda a forma de organização sociocultural *picadas*. Como se a estrada fosse a linha que, ao mesmo tempo, protegesse e fragilizasse cada uma das unidades familiares, revelando a necessidade intrínseca de, ao diferenciar e unir, estabelecer relações de pertencimento e reciprocidade.

¹⁴⁰ Os gráficos 1, 2 e 3 apresentam dados interessantes, e foram analisados no capítulo I

responsáveis da unidade de produção, é de cinquenta e um (51) anos, com progressivo envelhecimento da população. A média no número de residentes na unidade de produção é de quatro pessoas por família; na condição legal das terras predominam terras próprias e arrendadas. A média da área de cada unidade de produção familiar é de 21 hectares (Tabela 2). Em número, correspondem a 83,5% do total de estabelecimentos agropecuários no município, com diversificação da produção, em áreas de lavouras e pecuária, mas com tendência ao aumento do cultivo de soja, inclusive entre agricultores familiares.

Conclui-se que as conquistas foram resultado de lutas e negociações coletivas. Essas questões, debatidas nas reuniões analisadas nas Atas e nas falas dos dirigentes dos NAFs, resultaram em melhorias na qualidade de vida da população rural, e seguem dando uma configuração especial aos aglomerados rurais. Foram muitos os avanços nesse processo de desenvolvimento, como aposentadoria da mulher rural, e outras PPs: eletricidade, internet, melhoria na habitação rural e nos convênios de saúde. Mas essa dinâmica da vida é contínua, assim como o esforço por permanecer no ambiente rural com um mínimo de condições de bem estar coletivo, pois existem problemas cotidianos que solucionar, como o fornecimento de água para algumas famílias da comunidade Boa Esperança.

Contudo, esta pesquisa não está acabada, ao contrário, despertou outras indagações, interesse por aprofundar em vários temas, como são as causas que levaram, e ainda levam os jovens a migrarem aos grandes centros urbanos, em busca de uma melhor qualidade de vida e renda. O grau de responsabilidade dos diferentes atores na dinâmica de desenvolvimento rural, entre eles a Administração Municipal, com suas secretarias de educação, agricultura e turismo, a Emater e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Portanto, as dinâmicas relacionais entre NAFs e as Instituições presentes no município de Mata, podem ser objeto de outros estudos; necessários, igualmente, para determinar as condições dos NAFs atualmente, em qual nível seguem influentes nos dias atuais e em que aspectos precisam ser revitalizados.

Um resgate de memória das ações coletivas, o qual seja capaz de devolver voz a esses núcleos, recuperar a auto confiança dos agricultores e a confiança de que a colaboração mútua e os sentimentos de pertencimento e reciprocidade, essenciais para a reprodução de sua forma de vida, apoiada na reprodução da base

de recursos, o que implica sustentabilidade ambiental, são valores e atitudes fundamentais para a resistência e resiliência, e a própria existência.

Creio nas alternativas, e me inspiro em estudos que reconhecem a multiplicação de práticas colaborativas, ao redor do mundo, baseadas em relações sociais e econômicas capazes de impulsar reprodução e melhoria na qualidade de vida de milhões de pessoas. Práticas essas, segundo Da Silva (2008, p. 3), “inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação individual de riqueza e de capital”.

Seguir estudando, aprofundando, realizando estudo de caso e uma pesquisa ação-participante é o desejo desta que aqui vos fala. Faz-se necessário escutar, registrar, recontar, pois uma memória e umas palavras coletivas talvez estejam adormecidas na mente e no coração de quem se foi à cidade e de quem ficou no campo: esse sonho de uma sociedade camponesa, de uma terra que é morada e trabalho, que é querência¹⁴¹ e não simples tapera.

¹⁴¹Local onde se nasceu, criou ou se acostumou a viver; lugar querido e recordado, de saudades da infância, pago, pátria, rincão.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária** – vols. 28 nº 1, 2, 3 e 29, nº1 – Jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999 Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvolvimento-territorial.pdf>> Acesso em fev. 2021.
- AHLERT, L.; GEDOZ, S. T. Povoamento e desenvolvimento econômico na região do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul - 1822 a 1930. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 8, n. 1, p. 49-91, 2001. Disponível em: <<http://www.cicvaledotaquari.com.br/wp-content/uploads/hist-eco-vt-texto3-1822-1930.pdf>> Acesso em 30 set.2021
- ANÉSE, R. L. R. **Arranjos produtivos locais e capital social no vale do Jaguari/RS**. 2009.123f. Tese (Doutorado em Economia) Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18879/000729045.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 18 abr. 2020.
- BIANCHINI, V.; BAZOTTI, A. **Agricultura Familiar no Censo Agropecuário 2017 – Brasil e Paraná** - Unidade de Coordenação de Projetos da FAO para a Região Sul do Brasil. Série Pareceres e Análises Técnicas, 2020.
- BICALHO, M. F. As Câmaras Municipais no Império Português: O Exemplo do Rio de Janeiro. **Revista Bra. Hist.** vol. 18 n. 36, São Paulo 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000200011>> Acesso em: 30 de set. 2021.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO AMERICANO – **Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino Americano**. Puebla de Los Angeles, México, 1979. 439p. Disponível em: <http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20130906182452.pdf> Acesso em: 25 de out.2021.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J.; et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295 – 316.
- CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. Caps. 1 e 2, p. 47-96.
- CHAYANOV, A. **A Teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.
- CHRISTILLINO, C. L. **Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a Consolidação Política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. 2010, 353p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1249.pdf>> Acesso em: set. 2021.

COREDE Vale do Jaguari. **Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Jaguari 2015-2030**. Gestão 2016-2017. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão – SPGG/RS. Convênio n.1636/2015.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES - FETAG/RS. **Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRS**, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mata, 2000. Material impresso, 10p.

CONTERATO; SCHNEIDER; WAQUILL. Estilos de agricultura: uma perspectiva para a análise da diversidade da agricultura familiar. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 149-186, 2010. Disponível em <[2240 - CONTERATO; SCHNEIDER E WAQUIL.PMD \(ufrgs.br\)](#)> Acesso em novembro 2021.

DA SILVA. G.P. (Org.); VENDRUSCOLO, R. **Experiências Inovadoras em Extensão Rural na Agricultura Familiar na Região de Abrangência do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul** –IFFarroupilha, São Vicente do Sul, 2012. Disponível em <<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/12/Silva-Vendrusculo-Experiencias->> Acesso em agosto 2019.

DE DAVID, C. Transformações no espaço rural gaúcho: Um esforço de síntese. In DE DAVID, C. (Org.); WIZNIEWSKI, C. R.F. ; CANCELIER, J.W. **Rio Grande do Sul: Estudos de Geografia Agrária**. Porto Alegre: Evangraf, 2015, p. 261-274. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/538/2019/05/Rio-Grande-do-Sul-estudos-de-geografia-agr%C3%A1ria.pdf>>Acesso em: março 2021.

DELGADO, G. C.; Bergamasco, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>> Acesso em: fev.2021.

DREBES, L.M. **Suicídio de Fumicultores Familiares: Construções de um Problema Social**. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria RS, 2019. 239 p. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18608/TES_PPGER_2019_DREBES_LAILA.pdf> Acesso em: out.2021.

EMATER. Rio Grande do Sul / ASCAR. **Marco referencial para as ações sociais da EMATER/RS-ASCAR**. Porto Alegre, 2006. 83 p. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos/relatorio-institucional/marco_referencial_outubro_2006.pdf>Acesso em: nov.2021.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Dados sobre população**. Disponível em <<http://fee.rs.gov/perfil/socio-economico/municipio>> Acesso em: 30 ago. 2019.

FAGOTTI, L. N. **O 'fazer-se' associativo: Associativismo e Agricultura Familiar no Interior Paulista**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade

Estadual Paulista. Araraquara, 2017. 121p. Disponível em:
<[Http://Hdl.Handle.Net/11449/150693](http://hdl.handle.net/11449/150693)>. Acesso em: Junho de 2021.

FAVARETO, A. Agricultores, trabalhadores: os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.21, n.62, 2006.

FERNANDES, B. *et al.* **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. Vol. II A diversidade das formas das lutas no campo.

FRAGOSO, F. M. Políticas Estratégicas de Desenvolvimento Rural: Uma Proposta para o Município de Mata. In: X Seminário internacional sobre desenvolvimento regional. **Anais...** Santa Cruz do Sul, 2015.

FROEHLICH, J. M. et al. A colonização alemã na região central do Rio Grande do Sul – Capital Social e Desenvolvimento Regional. **Antropolítica**, Niterói, n. 25, p. 159-177, 2008.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IX Recenseamento Geral do Brasil – 1980. Volume 2 - Tomo 3 - Número 22 - **Censo agropecuário Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983-1984. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo>> Acesso em Fev. 2021.

GARCIA JR., A. ; HEREDIA, B. A. de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, v.2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p. 213-244, 2009.

GARTNER, C. BASSI, L. Programa RS Rural como instrumento de apoio à Conservação da Biodiversidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007 Disponível em <<https://arquivofee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m16t04.pdf>>. Acesso em novembro 2021.

GHIZELINI, A. A M.; ARAGUÃO, L. Campesinato e Agricultura Familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais**, n. 23/1 Jan-Jun 2019, Vitória – Brasil Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/index.php/sinais/article/view/28030>> Acesso em fev.2021

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES et al., Crédito fundiário no Brasil: instrumento de ordenamento fundiário? In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**, p. 361-380. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GORZ, A. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003. 247p.

GRISA, C. (Org.) SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624 p.

HARTMANN, R.de B. **A questão Ambiental a partir de uma Constituição Sócio Histórica no Município de Mata – RS**. 2016, 96p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

Disponível em:

<http://w3.ufsm.br/ppgexr/images/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Renata_UFSM.pdf >

Acesso em: nov. 2021.

HERTZ, A. Dinâmica migratória alemã no Rio Grande do Sul: o lugar do agricultor familiar nessa trajetória. In: WEIZENMANN, T.; SANTOS, R. L.; MÜHLEN, CAROLINE. **Migrações históricas e recentes**. Lajeado: Univates, 2017.

HOUTART, F. El carácter global de la agricultura campesina. In: Francisco Hidalgo F., François Houtart, Pilar Lizárraga A. **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos 2014**. Quito: Editorial IAEN, 2014. Disponível em: <<https://www.bivica.org/files/agriculturas-campesinas.pdf> > Acesso em: fev.2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**–Resultados Definitivos. Rio de Janeiro, v. 8, p.1-105, 2019.

Disponível

em<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf> Acesso: outubro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. **Dados sobre cultivos de lavoura temporária**. Disponível em

<<http://cidades.ibge.gov.br/Brasil/RS/mata/pesquisa>> Acesso em 30 ago. 2019.

LAMARCHE, H. (coord.). Introdução geral. In: **A agricultura familiar: comparação internacional**. Vol. I: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 13-22.

LEDERACH, J. P. **La imaginación moral. El arte y El alma de construir La Paz**.

Bogotá. Grupo Editorial Norma, 2008. Disponível em:

<<https://www.gernikagoratur.org/portfolio-item/la-imaginacion-moral-el-arte-y-el-alma-de-la-construccion-de-la-paz/> > Acesso em: ago. 2019.

LIMA, F. A. X; VARGAS, L. P. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica. **Revista. Ceres**, Viçosa, v. 62, n.2, p. 159-166, mar-abr, 2015. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/rceres/a/RzYYt8JQbJ4RF8hbSM9XJl/?lang=pt>>Acesso em:

nov. 2021.

LOVOIS, A, M. de A. **Entre os Campos e as Florestas: Origem e Evolução da Agricultura no Rio Grande do Sul/Brasil**. Artigo apresentado no Séminaire franco-brésilien “Dialogues contemporains sur la question agraire et l’agriculture familiale au Brésil ET en France”. Paris, 24-25 avril 2013.

MALFATTI, S. A. AGOSTINI, L. C. **Mata ontem madeira, hoje pedra**. Santa Maria: Editora Unifra, 2006. 87 p.

MANFIO, V.; PIEROZAN, V. L. Território, cultura e identidade dos colonizadores italianos no Rio Grande do Sul: uma análise da Serra Gaúcha e da Quarta Colônia. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 23, n. 1, p. 144-162, abr. 2019. ISSN 2179-0892. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/146130>> Acesso em: maio 2021.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua Nova**, nº. 23, Mar.1991 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64451991000100003>> Acesso em: jan.2021.

MARX, K.. **O capital**. Ed.1. São Paulo: Boitempo, 2013. Capítulo 24 – A assim chamada acumulação primitiva, pp. 785-833.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989. Introdução e Cap. 1-4.

MEDEIROS, L. S. de. “**Sem Terra**”, “**Assentados**”, “**Agricultores familiares**”: **considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros**. Buenos Aires: Editorial CLACSO, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100929012955/7medeiros.pdf>> Acesso em 31/10/2020.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Introdução, p 11- 18.

MINAYO, M. C. de S. (Org) et al. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Série: Manuais Acadêmicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2016. (reimpresso em 2019). 96p.

MORAES, F. D. **A Organização Espacial de Mata - RS: reestruturação produtiva no seu espaço rural**. 2009, 155p. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9303/MORAES%2c%20FERNANDA%20DALOSTO.pdf>> Acesso em: ago. 2019.

NARESSI, A. J.; COTRIM, D. Formar ou não uma Cooperativa? O Caso dos Agricultores Familiares de São José do Inhacorá/RS. In: COTRIM, D. (Org.). **Gestão de cooperativas: produção acadêmica da ASCAR**. 2013. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/tese> Acesso em: ago. 2019.

NEVES, D. P. Agricultura Familiar: Quantos Acoradouros. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PICOLOTTO, E.L.; DIESEL, V. Agricultura familiar no Norte do Rio Grande do Sul: A cooperação como estratégia de resistência à proletarização do município de

Constantina. In: VI Encontro da Sociedade Brasileira de Produção, Aracaju. **Anais...**, Encontro da SBSP, 2004.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista Economia e Sociologia Rural- SOBER**. Vol.52. Supl.1. Brasília. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>> Acesso em: ago.2020.

PICOLOTTO, E. L. Pluralidade sindical no campo? Agricultores familiares e assalariados rurais em um cenário de disputas. **Lua Nova**, n. 104, p. 201-238, 2018.

PICOLOTTO, E. L.; MEDEIROS, L. S. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. In: BERGAMASCO, Sônia P.P.; Delgado, Guilherme (org.) **A Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília: MDA/NEAD, 2017.

PICOLOTTO, E.L. MARIN, J. O. B. **Juventude Rural: estudo na região central do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro, Bonecker Ltda, 2018 1ª ed. 100p.

PINHEIRO, G. **Agricultor Familiar e Projeto Agroecológico de Vida**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/1400/TESE-AFRAV.pdf?sequence=1>> Acesso em maio 2021.

PLOEG, J. D. van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da URGs, 2006, p. 13-54. 2013.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto chayanoviano**. Porto Alegre/São Paulo: Ed. UFRGS/UNESP, 2016. 196p

POUPART, J.; et al (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5.Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

QUEIROZ, M. I. P. Uma categoria rural esquecida. [1963] In: WELCH, Clifford et al. (org.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: UNESP, 2009. pp.57-72.

RELLY, E. **FLORESTA, CAPITAL SOCIAL E COMUNIDADE: IMIGRAÇÃO E AS PICADAS TEUTO-BRASILEIRAS (1870-1920)**. 2013, 182p. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, Jun. 2013. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/330/1/EduardoRelly.pdf>> Acesso em jan. 2021

RODRIGUES, I. J.; LADOSKY, M. H. Paradoxos do sindicalismo brasileiro: a CUT e a ruralização da ação sindical. **Lua Nova**, São Paulo, 95: 87-142, 2015. Disponível

em:

<<https://www.scielo.br/j/ln/a/ZDgWgVj6yvTHdwxX5RPhZwb/?format=pdf&lang=pt>>

Acesso em:

ROSA, P. P. V. Agroecologia e Campesinato: Pela valorização do conhecimento tradicional que possa levar à uma gestão do território assentada em bases culturais. In: XII Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. EGAL 2009 – **Anais...** Programa on-line, 2009. Disponível

em:<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/115.pdf>> Acesso em: 25 set. 2021.

SANTOS, I. P. et al., Agricultura Familiar do Maranhão Rural: Uma Breve Análise do Censo Agropecuário 2017. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 55-70, agosto, 2020. Disponível em:

<https://www.bnb.gov.br/documents/80223/8054629/D_1262.pdf/7c249a30-9ece-2b19-3cd3-8522f0fb01a5> Acesso em: out. 2021.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar** [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, 252 p. Disponível em:

<<https://static.scielo.org/scielobooks/b7spy/pdf/schneider-9788538603894.pdf>>

Acesso em out. 2019.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06>> Acesso em: nov. 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. 1999. Tradução Laura Teixeira Motta, São Paulo: Cia de Letras, 2010. 460 pp.

SILVA, J. L. A. da. SILVA, S. I. R. da. A economia solidária como base do desenvolvimento local. **E-cadernos ces** [Online], 02 | 2008. Disponível em:

<<http://journals.openedition.org/eces/1451>> Acesso em: 17 out. 2018.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MATA (STR). **50 anos de História**. Folheto Informativo próprio. Impressão JA Editora, Flores da Cunha RS, 2018. 39p.

SOUZA, R. S de. **A condição organizacional: O sentido das organizações no desenvolvimento rural**. Santa Maria: Editora UFSM, 2012.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 2ª ed. Editora Cortez, Autores Associados, São Paulo, 1986. 109p.

TIERLING, I. M. B. M., SCHMIDT, C. M. Benefícios da ação coletiva no contexto da agricultura familiar: um estudo na associação de produtores de Corumbataí do Sul – PR. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de Outubro de 2016. **Anais...** Disponível em:

<<https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/218>> Acesso em: set. 2020.

UBERTI, H. G. **“A benção que se pede e que se dá”**: as trajetórias sócio-familiares de camadas intermediárias (Randolpho José da Silva Pereira- 1841-1914). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011. 220 p.

UBERTI, H. G. O Vale do Jaguari no processo de Construção da fronteira Oeste do Rio Grande do Sul – por Hermes Gilber Uberti. **Revista Eletrônica História em Reflexão**: Vol. 6 n. 11 – UFGD - Dourados jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/1876/1042>> Acesso em jun.2021

MOURA, J.T.V. de. Os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDRS) e a construção democrática: esfera pública de debate entre agricultores familiares e o estado? **Organizações Rurais & Agroindustriais**, vol. 9, núm. 2, 2007, pp. 241-255 Universidade Federal de Lavras Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87890208>> Acesso em nov. 2021.

VEIGA, J. E. da. Debates / Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008 3ª ed. 220 pp.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** / José Eli da Veiga & Lia Zatz. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Armazém do Ipê). Disponível em: http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2015/04/2008_DS_Qu_e_bicho_e_esse_Veiga_Zatz.pdf Acesso em: nov. 2021.

VILELA, S. L. de O. Perspectivas para a agricultura familiar brasileira: elementos de um projeto político de desenvolvimento rural, para além de uma "questão tecnológica". 2017. pp.246-264 In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf> Acesso em out.2021.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do Campesinato Brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: 1996. **Anais...** Caxambu/MG, 1996.

Wanderley, M. de N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 336 p.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. p.37-57. In: **Reforma Agrária**. n.2 e 3, v.25, maio-dez, 1995.

WANDERLEY, M. N.B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Norma

Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4.

WANDERLEY, M. N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. 151p. ISBN: 978-85-268-0957-4.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 21, 2003, pp. 42-61.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, Rio de Janeiro, outubro 2000. p 87-145.

WEBER, S. E. **Colonização Germânica no Vale do Taquari: Os Colonos Católicos de Santa Clara (Século XIX)**. Monografia (Especialização em História) - Centro Universitário UNIVATES, Lajeado, novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/1551/1/2016SimoneElisaWeber.pdf>> Acesso em: set.2021.

APÊNDICE

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA, REALIZADA A CINCO DIRIGENTES DE NÚCLEO DE AGRICULTORES FAMILIARES DO MUNICÍPIO DE MATA – RS.

A) Perguntas específicas sobre o informante e dados sobre unidade produtiva: Nome, idade, naturalidade (se não é matense nato, há quanto tempo vive em Mata), endereço.

1. Pessoas envolvidas na unidade de produção familiar (número, idade, sexo)
2. Vivem somente da renda da UPF ou existem outras rendas que complementam. Qual a principal?
3. Condição legal das terras, quantidade de hectares na propriedade, quantas usadas para cultivo.
4. Principais cultivos ou atividades econômicas.

B) Perguntas relacionadas ao Núcleo de agricultores familiares

1. Quanto tempo você e sua família participam no Núcleo? Existe alguma condição para fazer parte?
2. Qual sua função no núcleo? E como se sente? O que significa o núcleo para você? Por que faz parte dele?
3. Pertencer ao Núcleo de agricultores influenciou de alguma maneira nas suas decisões sobre a unidade de produção familiar? Como?
4. Abrangência do núcleo: amplitude em área, setor, número de pessoas, estabelecimentos agropecuários. Quais são as características dos membros do núcleo?
5. Há quanto tempo existe o núcleo na sua comunidade? Por que e por quem foi formado (de quem foi a iniciativa)? Qual a finalidade originária do Núcleo? Essa finalidade ainda vigora?
6. Existe um planejamento? Onde e com que periodicidade e por quais motivos se reúne? Quem convoca as reuniões? E quem participa?
7. O Núcleo trouxe ou traz alguma mudança na vida da comunidade e das famílias de agricultores? O que seria?
8. Existe uma (ou mais) conquista relevante para a comunidade e para as famílias agricultoras que tenha sido possível pela existência do Núcleo?
9. Das atividades desenvolvidas no Núcleo, qual julga mais relevante para o desenvolvimento da agricultura familiar no município?
10. Acha que o núcleo cumpre sua finalidade? Para o futuro, o que espera do núcleo? Há alguma coisa que poderia melhorar?
11. O núcleo mantém relações com outros núcleos ou Organizações (Emater, STR, cooperativas, secretaria da agricultura, Igreja, empresas? Como são essas relações e de que maneira essas organizações colaboram com a agricultura familiar desta comunidade?